

# CARTOGRAFIA DAS MASCULINIDADES, FEMINILIDADES E VELHICES CONTEMPORÂNEAS

ARTICULAÇÕES COM ESTUDOS  
CULTURAIS, GÊNERO E SEXUALIDADE



ORGANIZADORES

Raquel da Silva Guedes

Fábio Ronaldo da Silva

# CARTOGRAFIA DAS MASCULINIDADES, FEMINILIDADES E VELHICES CONTEMPORÂNEAS

ARTICULAÇÕES COM ESTUDOS  
CULTURAIS, GÊNERO E SEXUALIDADE



ORGANIZADORES

Raquel da Silva Guedes

Fábio Ronaldo da Silva



**AMPLLA**  
EDITORA



**2024 - Ampla Editora**

**Copyright** © Ampla Editora

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Ampla Editora

**Diagramação:** Higor Brito

**Cartografia das masculinidades, feminilidades e velhices contemporâneas: articulações com estudos culturais, gênero e sexualidade** está licenciado sob CC BY 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

**ISBN:** 978-65-5381-213-0

**DOI:** 10.51859/ampla.cmf4230-0

**Ampla Editora**

Campina Grande – PB – Brasil  
contato@amplaeditora.com.br  
www.amplaeditora.com.br



2024

# CONSELHO EDITORIAL

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará  
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará  
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia  
Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista  
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande  
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires  
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas  
Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará  
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí  
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande  
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba  
Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista  
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais  
Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba  
Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande  
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano  
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará  
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador  
Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará  
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará  
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura  
Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Buenos Aires (UCA)  
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz  
Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará  
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande  
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas  
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará  
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas  
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina  
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas  
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo  
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife  
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará  
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia  
Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos  
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador  
Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas  
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande  
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará  
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário  
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão  
Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira  
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central  
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande  
Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa  
Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará  
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz  
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia  
Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí  
Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas  
Marina Magalhães de Morais – Universidade Federal do Amazonas  
Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia  
Michele Antunes – Universidade Feevale  
Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International  
Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Autônoma do Estado do México  
Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense  
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso  
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia  
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão  
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos  
Ramôn da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará  
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras  
Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí  
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns  
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará  
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande  
Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú  
Sabryna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais  
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará  
Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná  
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia  
Silvana Carlotto Andres – Universidade Federal de Santa Maria  
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca  
Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus  
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco  
Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia  
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba  
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras  
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology  
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande  
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima  
William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina  
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz  
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande

2024 - Ampla Editora

Copyright © Ampla Editora

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Diagramação: Higor Brito

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

C328

Cartografia das masculinidades, feminilidades e velhices contemporâneas:  
articulações com estudos culturais, gênero e sexualidade / Organização de Raquel  
da Silva Guedes, Fábio Ronaldo da Silva. – Campina Grande/PB: Ampla, 2024.

(Cartografia das masculinidades, feminilidades e velhices contemporâneas,  
V. 1)

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-213-0

DOI 10.51859/ampla.cmf4230-0

1. Identidade de gênero. 2. Masculinidade. 3. Velhice. I. Guedes, Raquel da Silva  
(Organizadora). II. Silva, Fábio Ronaldo da (Organizador). III. Título.

CDD 305.31

Índice para catálogo sistemático

I. Identidade de gênero

**Ampla Editora**

Campina Grande – PB – Brasil  
contato@amplaeditora.com.br  
www.amplaeditora.com.br

# PREFÁCIO

Por que falar sobre masculinidades, feminilidades e velhices contemporâneas? Deleuze nos ensina que o conhecimento é revolucionário, afinal, ele sempre busca mais conexões e investigações. Conhecer nos leva a entender outros e/ou verdadeiros sentidos sobre as questões humanas e sociais. Discutir esse tema, mesmo no século XXI, tem causado polêmica e desinformação, uma vez que, de acordo com Butler, gênero e etarismo têm sido representados como uma ameaça à normatividade e aos valores culturais impostos.

Em um país onde esses temas são retratados sob uma ótica oposta à ciência e como um risco à civilização, informar sobre essas categorias, construir cartografias e ressignificar os limites desse debate a partir de uma perspectiva científica, sensata e informativa se tornou uma necessidade constante.

As masculinidades, feminilidades e velhices fazem parte da nossa construção biológica, humana, cultural e social. Por isso, precisamos entender, a partir de debates ricos e atualizados, a importância dessas fases, como essas categorias são construídas, e de que maneira as conjunturas sociopolíticas que as envolvem podem ser melhoradas. Precisamos também identificar quais limites devemos contornar ou desfazer para alcançar a igualdade de gênero e uma justiça social que não exclua nenhuma pessoa, independentemente de gênero, sexualidade, origem étnica, classe social ou idade.

A partir dessa premissa e sob uma abordagem multidisciplinar, este e-book reúne diversos trabalhos que lançam olhares variados sobre masculinidade, feminilidade e velhices. O capítulo intitulado ***O Crime de aborto e sua descriminalização no Brasil*** informa sobre a evolução dos debates e das leis jurídicas sobre o aborto no país, além de refletir sobre como a cultura, a religião e a questão de gênero influenciam essa questão de saúde pública.

Seguidamente, o trabalho ***Entre copos e golpes: o papel do álcool na facilitação da violência entre parceiros íntimos - uma análise da literatura*** aborda como o consumo de álcool tem sido um fator determinante na violência doméstica e como essa conjuntura tem intensificado o processo de vitimização.



Assim, para além das questões sobre violência física, o artigo ***A Pompa e o Elefante: dependência emocional e submissão afetiva de Frida Kahlo*** apresenta como as questões afetivas levam à dependência emocional, ao sofrimento e à violência psicológica, a partir da história de Frida Kahlo. Dessa forma, entendemos como as questões psíquicas são um marco importante para compreender e construir as cartografias culturais sobre masculino e feminino. Por isso, o artigo ***O que as Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Psicologia do Mato Grosso do Sul têm a dizer sobre gênero e sexualidades?*** debate como essas questões são inseridas no campo de ensino da Psicologia, quais as falhas nesse debate e se elas têm sido abordadas nas universidades do Mato Grosso do Sul.

Nessa linha, a ausência desses debates no ensino superior de forma sistematizada e crítica, bem como suas consequências, são analisadas nos capítulos ***Mulheres e Homens na educação superior brasileira: uma síntese histórica*** e em ***Interseções entre gênero e mercado de trabalho: um relato de experiência no Grupo de Apoio para Mães (GAM)*** que reflete sobre as várias jornadas de mulheres que são mães e trabalham dentro e fora de casa.

Exclusão e práticas racistas são debatidas no artigo intitulado ***O que (D)enuncia uma carta escrita por um jovem negro?***, que nos convida a analisar como o conhecimento e as práticas acadêmicas restringem os espaços para homens jovens negros em um ato de colonialidade.

Tal faceta colonial e cultural pode ser também identificada no capítulo ***“Um cara de 40 não tem como competir com um de 20: O de 20 é jovem e o mundo dá cada vez mais valor a tudo isso”***, que apresenta como o debate sobre masculinidades e velhices foi tratado nas publicações de revistas homoeróticas brasileiras, reforçando o senso comum da população e fortalecendo estigmas sobre gênero e velhice.

Para refletir sobre a construção estigmatizada de uma velhice representada como uma fase problemática e de perdas, o capítulo ***Relações de apego entre idosos e animais de estimação*** aborda as questões sociais e psicológicas enfrentadas por esse público. Ele explora como a velhice tem sido associada à falta de assistência e à conseqüente carência, e como a companhia de animais pode ajudar a minimizar essas sensações.

Esse debate nos ajuda a entender o capítulo ***Envelhecimento: significações do trabalho e da aposentadoria na vida de pessoas idosas***, que discute como as questões do trabalho e da aposentadoria influenciam a saúde mental dos idosos, bem como as consequências dessas questões na mudança de rotina laboral dos idosos.

Sabendo que existem muitas questões culturais envolvidas na discussão sobre envelhecimento, que também influenciam as mudanças variadas de comportamentos, o artigo ***A importância do perdão na saúde mental e bem-estar de mulheres idosas: relato de experiência em intervenção comunitária*** tem o propósito de refletir como sentimentos e ações podem modificar a saúde mental de mulheres idosas, a partir de uma experiência vivenciada em um estágio no campo da Psicologia.

Pensemos: Deleuze escreveu que a parte mais interessante em pesquisas que envolvem vidas são os buracos que comportam as lacunas, pois são neles que se fazem os movimentos, um deslocamento que pode furar muros. Em resumo, essas pesquisas se inclinam a essa passagem, pois analisar, ter criticidade, conhecer, permitir-se ressignificar e desconstruir as arestas que compõem as cartografias da masculinidade, feminilidade e velhices contemporâneas é abrir caminho para novos horizontes que nos permitem quebrar a norma e construir novos pensamentos inclusivos e possíveis.

Boa Leitura!

Campina Grande, julho de 2024.

**Raquel da Silva Guedes (UFPE)**

*Historiadora e Pesquisadora de gênero na Ciência e Tecnologia*

**Fábio Ronaldo da Silva (UNEB)**

*Historiador, jornalista e Pesquisador de mídias e velhices LGBTQIAP+*

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b> - O CRIME DE ABORTO E SUA DESCRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL.....	11
<b>CAPÍTULO II</b> - ENTRE COPOS E GOLPES: O PAPEL DO ÁLCOOL NA FACILITAÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS - UMA ANÁLISE DA LITERATURA.....	35
<b>CAPÍTULO III</b> - A POMPA E O ELEFANTE: DEPENDÊNCIA EMOCIONAL À SUBMISSÃO AFETIVA DE FRIDA KAHLO.....	50
<b>CAPÍTULO IV</b> - O QUE AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES (PPCS) DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL TÊM A DIZER SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES? .....	70
<b>CAPÍTULO V</b> - MULHERES E HOMENS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA SÍNTESE HISTÓRICA.....	87
<b>CAPÍTULO VI</b> - INTERSEÇÕES ENTRE GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO GRUPO DE APOIO PARA MÃES (GAM).....	102
<b>CAPÍTULO VII</b> - O QUE (D)ENUNCIA UMA CARTA ESCRITA POR UM JOVEM NEGRO?.....	114
<b>CAPÍTULO VIII</b> - “UM CARA DE 40 NÃO TEM COMO COMPETIR COM UM DE 20. O DE 20 É JOVEM E O MUNDO DÁ CADA VEZ MAIS VALOR A TUDO ISSO”: AS NARRATIVAS SOBRE VELHICE EM PUBLICAÇÕES HOMOERÓTICAS BRASILEIRAS.....	129
<b>CAPÍTULO IX</b> - RELAÇÕES DE APEGO ENTRE IDOSOS E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO.....	146
<b>CAPÍTULO X</b> - ENVELHECIMENTO: SIGNIFICAÇÕES DO TRABALHO E DA APOSENTADORIA NA VIDA DE PESSOAS IDOSAS.....	164
<b>CAPÍTULO XI</b> - A IMPORTÂNCIA DO PERDÃO NA SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR DE MULHERES IDOSAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA.....	180

## O CRIME DE ABORTO E SUA DESCRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL

### THE CRIME OF ABORTION AND ITS DECRIMINALIZATION IN BRAZIL

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-1

João Batista Guimarães de Lima <sup>1</sup>  
Joveny Sebastião Cândido de Oliveira <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Advogado; graduado em Direito pela Uni-Anhanguera. Pós Graduado em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Empresarial. Aluno do curso de Doutorado em Direito Civil da Universidade Federal de Buenos Aires (UBA);

<sup>2</sup> Advogado, professor titular emérito de Direito Constitucional da Universidade Federal de Goiás aposentado, Reitor da Uni-Goiás, Tabelião do 5º Tabelionato de Goiânia/Goiás, doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP.

#### RESUMO

Aborto é a interrupção da gravidez, causando a morte do embrião ou feto, desde que dentro do organismo humano. Nos termos do CP/1940, temos como crime as figuras típicas do autoaborto, do aborto com consentimento da gestante e do aborto sem o consentimento da gestante. Como excludente de ilicitude, temos a autorização do aborto quando não há outro meio para salvar a vida da gestante ou se a gravidez resulta de estupro. A descriminalização do aborto é bastante polêmica e provoca opiniões díspares. Se a vida, tutelada constitucionalmente, se inicia, como muitos entendem, no momento exato da fecundação do óvulo pelo espermatozoide, o feto é um ser humano, é uma vida. Na doutrina, alguns definem o começo de vida humana a partir do compromisso relacional mãe/filho, contando-se três meses a partir da concepção para que a mãe atribua ao filho a qualidade de pessoa. Na jurisprudência, tem-se o entendimento pela descriminalização do aborto antes da formação do sistema nervoso central e da presença de rudimentos de consciência, a qual se dá somente após o terceiro mês da gestação.

**Palavras-chave:** Crime. Aborto. Descriminalização. Brasil.

#### ABSTRACT

Abortion is the interruption of pregnancy, which causes the death of the embryo or fetus since they are inside the human organism. Under the terms of the Criminal Code from 1940, it is a crime typical pictures of self-abortion, abortion with the pregnant woman's consent, and abortion without the pregnant woman's consent. As a way to extinguish the punishment, Brazil authorizes abortion when there is no other way to save the pregnant woman's life or if the pregnancy is a result of rape. The decriminalization of abortion is quite controversial and provokes dissimilar opinions. If human life, protected by the supreme law, begins, as many understand, at the exact moment of fertilization of the egg by the sperm, the fetus is a human being, so it is a life. In legal literature, some define the beginning of human life based on the mother/child relational commitment, counting three months, from conception, for the mother to attribute the quality of a person to the child. In jurisprudence, there is an understanding of the decriminalization of abortion before the formation of the central nervous system and the presence of rudiments of consciousness, which only occurs after the third month of pregnancy.

**Keywords:** Crime. Abortion. Decriminalization. Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

A prática do aborto nem sempre foi objeto de incriminação, sendo muito comum à sua realização entre os povos hebreus e gregos. Em Roma, a Lei das XII Tábuas e as leis da República não cuidavam do aborto, pois consideravam o produto da concepção como parte do corpo da gestante e não como ser autônomo, de modo que a mulher que abortava nada mais fazia que dispor do próprio corpo. Em tempos posteriores o aborto passou a ser considerado uma lesão ao direito do marido à prole, sendo a sua prática castigada. Foi então com o cristianismo que o aborto passou a ser efetivamente reprovado no meio social, tendo os imperadores Adriano, Constantino e Teodósio reformado o direito e assimilado o aborto criminoso ao homicídio. Na Idade Média o teólogo Santo Agostinho, com base na doutrina de Aristóteles, considerava que o aborto seria crime apenas quando o feto tivesse recebido alma, o que se julgava ocorrer quarenta ou oitenta dias após a concepção, segundo se tratasse de varão ou mulher. São Basílio, no entanto, não admitia qualquer distinção considerando o aborto sempre criminoso.

É certo que, em se tratando de aborto, a Igreja sempre influenciou com os seus ensinamentos na criminalização do mesmo, fato este que perdura até os dias atuais. No Brasil, o Código Criminal do Império de 1830 não previa o crime de aborto praticado pela própria gestante, mas apenas criminalizava a conduta de terceiro que realizava o aborto com ou sem consentimento daquela. O Código Penal de 1890, por sua vez, passou a prever a figura do aborto provocado pela própria gestante. Finalmente, o Código Penal de 1940 tipificou as figuras do aborto provocado (art. 124), aborto sofrido (art. 125) e do aborto consentido (art. 126). (Capez, 2010, p. 144)

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. TEORIAS

Desde o Direito Romano, há uma grande perplexidade entre juristas e legislações para definir e demarcar o início da personalidade civil da pessoa como sujeito de valores. A doutrina bipartiu-se. A escola concepcionista, bate-se pelo princípio de que o nascituro é sujeito de direito e, assim, tem personalidade jurídica. A escola natalista, atribui a personalidade apenas ao ente que nasceu vivo.

A primeira escola, a concepcionista, da qual fazem parte Teixeira de Freitas, Clóvis, Carlos de Carvalho e Planiol, ampara-se nos seguintes fundamentos: i) desde a concepção o ser humano é protegido pelo Direito como se já tivesse nascido; ii) o Direito Penal pune a provocação do aborto como crime contra a vida, protegendo o nascituro como um ser humano; iii) o Direito Processual autoriza a posse em nome do nascituro; iv) o nascituro pode ser representado por um curador; v) é admissível o reconhecimento de filhos ainda por nascer; vi) pode o nascituro receber bens por doações e por testamento; vii) enfim, a pessoa por nascer considera-se já ter nascido, quando se trata de seus interesses.

A segunda escola, a natalista, na qual se posicionam juristas do porte de Espínola, Pontes de Miranda, Caio Mário da Silva Pereira, Roberto Barroso, Ferrara e Ronald Dworkin considera que a opinião dos concepcionistas não é correta. Para os natalistas, o ser humano, não separado do ventre materno, não tem personalidade, sendo só nos casos expressos, taxados em lei, que o Direito o considera já nascido, quando o seu interesse assim o exigir. Mesmo porque, segundo essa escola, se fosse pessoa o nascituro, além de sujeito de direitos, também seria sujeito passivo de obrigações, como, por exemplo, sujeito passivo da obrigação alimentícia e, outrossim, seria possível a sua sucessão hereditária, no caso de ter obtido a posse da herança enquanto nascituro, porém, não ter nascido com vida. Afirmam os natalistas que, antes de nascer, não é pessoa o fruto do corpo humano e não tem personalidade jurídica. Todavia, no período que decorre entre a concepção e o nascimento, existe uma expectativa de personalidade, por isso, é punido o aborto provocado. Tanto as leis penais como as leis civis reservam e acautelam direitos para o caso em que o nascituro venha à vida extrauterina. A lei considera a esperança de homem (expectativa de personalidade) como ente ao qual é justo conservar os direitos que, com o seu nascimento e existência como pessoa, lhes serão admitidos na qualidade de direitos. (Semião, 2015, p. 13-15)

## 2.2. CONCEITO – FORMAS – PARTICULARIDADES

Aborto é a interrupção da gravidez, com a conseqüente destruição do produto da concepção. Consiste na eliminação da vida intrauterina. Não faz parte do conceito de aborto a posterior expulsão do feto, pois pode ocorrer que o embrião seja dissolvido e depois reabsorvido pelo organismo materno em virtude de um processo de autólise; ou

então pode suceder que ele sofra processo de mumificação ou maceração, de modo que continue no útero materno. Salienta que a lei não faz distinção entre óvulo fecundado (3 primeiras semanas de gestação), embrião (3 primeiros meses) ou feto (a partir de 3 meses), pois em qualquer fase da gravidez estará configurado o delito de aborto, quer dizer, entre a concepção e o início do parto, pois após o início do parto poderemos estar diante do delito de infanticídio ou homicídio. (Capez, 2010, p. 143-144)

O termo inicial para a prática do aborto é o começo da gravidez, que, do ponto de vista da biologia, se dá com a fecundação. Todavia, prevalece na ótica jurídica que a gestação tem início com a implantação do óvulo fecundado no endométrio, isto é, com a sua fixação no útero materno (nidação). (Cunha, 2023, p. 120)

O aborto é a cessação da gravidez, antes do termo normal, causando a morte do feto ou embrião (de **ab ortus**, ou seja, parto sem nascimento, cuida-se de palavra latina, que expressa a ação e o efeito da interrupção do processo reprodutivo da espécie, vale dizer, da gestação, antes do término normal, com consequências eliminatórias (cf. Bernaldo de Quirós, Derecho Penal – parte especial, p. 83). (Nucci, 2022, p. 553)

O CP/1940 tipifica três figuras: aborto provocado (124); aborto sofrido (125); aborto consentido (126). (Bitencourt, 2007, p. 436)

Segue abaixo os artigos 124 a 128 do Código Penal de 1940:

Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena – detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125. Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de três a dez anos.

Art. 126. Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Forma qualificada

Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico

Aborto necessário

I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Artigo 124. O sujeito ativo é a gestante. O sujeito passivo é o feto ou embrião. Para alguns tendo em vista que o feto ou embrião não pode ser considerado pessoa, o sujeito afetado seria a sociedade. O objeto jurídico é a vida do feto ou a vida dependente. O objeto material é o feto ou embrião.

Elementos objetivos do tipo. Aborto é cessação da gravidez, antes do termo normal, causando a morte do feto ou embrião. Aqui cuida-se de duas formas: - **provocar** (causar ou determinar) o aborto em si mesma (autoaborto) e **consentir** (aprovar, admitir, tolerar) que outra pessoa provoque o aborto (aborto com consentimento da gestante).

Suas formas são:

a) aborto natural: é a interrupção da gravidez oriunda de causas patológicas, que ocorre de maneira espontânea (não há crime).

b) aborto acidental: é a cessação da gravidez por conta de causas exteriores e traumáticas, como quedas e choques (não há crime).

c) aborto criminoso: é a interrupção forçada e voluntária da gravidez, provocando a morte do feto ou embrião, previsto nos arts. 124 a 127, CP/1940;

d) aborto permitido ou legal: é a cessação da gestação, com a morte do feto ou embrião, admitida por lei, previsto no art. 128, CP/1940. Esta forma divide-se em: d.1) aborto terapêutico ou necessário: é a interrupção da gravidez realizada por recomendação médica, a fim de salvar a vida da gestante. Trata-se de uma hipótese específica de estado de necessidade; d.2) aborto sentimental ou humanitário: é a autorização legal para interromper a gravidez quando a mulher foi vítima de estupro. Dentro da proteção à dignidade da pessoa humana, em confronto com o direito à vida (nesse caso, do feto ou embrião), optou o legislador por produto da concepção em seu ventre, o que lhe poderá trazer sérios entraves de ordem psicológica e na sua qualidade de vida futura.

e) aborto eugênico, eugenésico ou embriopático: é a interrupção da gravidez, causando a morte do feto ou embrião, para evitar que a criança nasça com graves defeitos genéticos. Há controvérsia se há ou não crime nessas hipóteses, como se verá no art. 128.

f) aborto econômico-social ou miserável: é a cessão da gestação causando a morte do feto ou embrião, por razões econômicas ou sociais, quando a mãe não tem



condições de cuidar do seu filho, seja porque não recebe assistência do Estado, seja porque possui família numerosa, ou até por política estatal.

Elemento subjetivo do tipo. É o dolo, inexistindo a forma culposa.

Classificação: crime próprio; instantâneo; comissivo ou omissivo; material; de dano; unissubjetivo, na forma do autoaborto, mas plurissubjetivo na forma consentir que outrem lho provoque, mesmo que, para a punição, existem dois tipos.

Tentativa, é admissível. O momento consumativo é com a morte do feto ou embrião.

Particularidade. A maioria da doutrina entende constituído o início da vida intrauterina, quando ocorre a nidação, ou seja, a fixação do óvulo fecundado na parede do útero materno (cf. Muñoz Conde. Derecho Penal – Parte especial, p. 87). (Nucci, 2022, p. 554)

Sujeito passivo. É o produto da concepção, cuja vida é tutelada pela legislação penal. Trata-se de entendimento praticamente unânime na doutrina. Em nosso entendimento, não assiste qualquer razão a Heleno Cláudio Fragoso e Júlio Fabbrini Mirabete quando sustentam que o feto não é titular de bem jurídico e, por isso, os sujeitos passivos do crime seriam o Estado e a comunidade nacional. Fragoso chega a mencionar que o aborto sequer pode ser considerado crime contra a pessoa. Não se pode negar, contudo, a existência de vida no feto, o que, aliás, justifica a classificação do delito no Capítulo dos Crimes Contra a Vida, referindo-se a lei, evidentemente, à vida do feto. Nossa lei, portanto, definiu tratar-se o feto do sujeito passivo do autoaborto. (Lenza; Gonçalves, 2011, p. 152-153)

Objetividades jurídicas. A principal é a vida da pessoa humana. No autoaborto, só há uma tutela penal: o direito à vida, cujo titular é o feto. No aborto provocado por terceiro, há duas objetividades jurídicas: a imediata incide sobre o direito à vida, cujo titular é o produto da concepção; a mediata incide sobre o direito à vida e à incolumidade física e psíquica da própria gestante. (Jesus, 1996, p. 361)

Artigo 125. O sujeito ativo é qualquer pessoa. O sujeito passivo é o feto ou embrião. Para alguns, tendo em vista que o feto não pode ser considerado pessoa, o sujeito afetado seria a sociedade e também a gestante. O objeto material é o feto ou embrião e a gestante.

Elementos objetivos do tipo. **Provocar** significa dar causa ou determinar. O objeto da conduta é a cessação da gravidez, causando a morte do feto ou embrião. Aqui, o elemento fundamental é a provocação do aborto **sem a aprovação** da gestante.

Elemento subjetivo do tipo. É o dolo, inexistindo a forma culposa.

Classificação. Comum; instantâneo; comissivo; material; de dano; unissubjetivo; plurissubsistente; de forma livre.

Tentativa. É admissível. O momento consumativo é com a morte do feto ou embrião.

Particularidade. A maioria da doutrina entende constituído o início da vida intrauterina, quando ocorre a nidação, ou seja, a fixação do óvulo fecundado na parede do útero materno.

Artigo 126. O sujeito ativo é qualquer pessoa. O sujeito passivo é o feto ou embrião. Para alguns, tendo em vista que o feto não pode ser considerado pessoa, o sujeito afetado seria a sociedade. O objeto jurídico é a vida. Ou, em termo mais específicos, a vida do feto ou a vida dependente. O objeto material é o feto ou embrião.

Elementos objetivos do tipo. **Provocar** significa dar causa ou determinar; **consentir** quer dizer dar aprovação, admitir, tolerar. O objeto das condutas é a cessação da gravidez, provocando a morte do feto ou embrião. Alguém causa o aborto, mas obtendo a aprovação da gestante. Se existisse somente a figura do art. 124, o terceiro que colaborasse com a gestante para prática do aborto incidiria naquele tipo penal. Entretanto, o legislador, para punir mais severamente o terceiro que provoca o aborto criou o art. 126, aplicando a teoria pluralística do concurso de pessoas.

Elemento subjetivo do tipo. É o dolo, inexistindo a forma culposa.

Classificação. Comum; instantâneo; comissivo (provocar = ação); material; de dano; plurissubjetivo; plurissubsistente; de forma livre.

A tentativa é admissível. O momento consumativo é com a morte do feto ou embrião.

Qualificadora. Dispõe o parágrafo único do art. 126 que a pena será aplicada nos termos do art. 125 (reclusão de 3 a 10 anos) se a gestante não é maior de 14 anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência. Isto porque a aprovação da gestante não é válida, por falta de discernimento para fazê-lo.

Particularidade. A maioria da doutrina entende constituído o início da vida intrauterina, quando ocorre a nidação, ou seja, a fixação do óvulo fecundado na parede do útero materno.

Artigo 127. Aplicação restrita. Somente se aplica a figura qualificada às hipóteses dos arts. 125 e 126. Se fosse empregado o art. 127 também ao tipo previsto no art. 124 (autoaborto), estar-se-ia punindo a autolesão, o que não ocorre no direito brasileiro.

Hipóteses da figura qualificada: a) lesões graves ou morte da gestante e feto expulso vivo: tentativa de aborto qualificado; b) aborto feito pela gestante, com lesões graves ou morte, havendo participação de outra pessoa: esta pode responder por homicídio ou lesão culposa (se previsível o resultado prejudicial à gestante) em concurso com autoaborto, já que não se aplica a figura qualificada à hipótese prevista no art. 124.

Crime qualificado pelo resultado. Trata-se de hipótese em que o resultado mais grave qualifica o originalmente desejado. O agente quer matar o feto ou embrião, embora termine causando lesões graves ou mesmo a morte da gestante. Entendem a doutrina e jurisprudência majoritárias que as lesões e a morte só podem decorrer de culpa do agente, constituindo, pois, a forma preterdolosa do crime (dolo na conduta antecedente e culpa na subsequente). Entretanto, a despeito disso, Guilherme de Souza Nucci, entende que não há restrição legal expressa para que o resultado mais grave não possa ser envolvido pelo dolo eventual do agente. Mas, se isso ocorrer, conforme posição predominante, costuma-se dividir a infração em duas distintas (aborto + lesões corporais graves ou aborto + homicídio doloso, conforme o caso).

Artigo 128. Excludentes de ilicitude. O art. 128 cuida de duas hipóteses aplicáveis somente no contexto do aborto. Autoriza-se o aborto: a) quando não há outro meio para salvar a vida da gestante (que é uma modalidade especial de estado de necessidade); b) se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, se for incapaz, de seu representante legal (que representa uma forma especial de exercício regular do direito).

Constitucionalidade do dispositivo. Nenhum direito é absoluto, nem mesmo o direito à vida. Por isso, é perfeitamente admissível o aborto em circunstâncias excepcionais, para preservar a vida digna da mãe.

Há posição em sentido contrário, considerando inadmissível o aborto, quando originária a gravidez do estupro, devendo haver proteção à vida do embrião ou feto. 'Eis

a solução preconizada, tendente a minorar os traumas e impasses daí advindos: ao Estado caberia assumir a criação de quem nenhuma culpa teve de ser gerado. Do contrário, seria o caso, por exemplo, de se considerar igualmente lícito o aborto para evitar filhos portadores de doenças hereditárias ou congênitas' (Walter Vieira do Nascimento, A embriaguez e outras questões penais (doutrina – legislação - jurisprudência), p.156).

Sujeito que pode praticá-lo.

Entende-se que somente o médico pode providenciar a cessação da gravidez dessas duas hipóteses, sem qualquer possibilidade de utilização da analogia **in bonam partem** para incluir, por exemplo, a enfermeira ou a parteira.

Analogia **in bonam partem**.

Quando a gravidez for decorrência do crime de violação sexual mediante fraude (art. 215, CP), pode-se utilizar a analogia em favor da parte para se aplicar o disposto no art. 128, II, do Código Penal.

A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida.

Há duas posições: a) autoriza o aborto sentimental, pois está claramente prevista a hipótese em lei; b) não autoriza, pois é impossível a “morte de um ser humano” em nome de uma ficção. Preferimos a primeira posição, pois em harmonia com o princípio da legalidade. Lembra-se que, após a edição da Lei 12.015/2009, foi revogado o art. 224 do CP, mencionando as hipóteses de violência presumida. Entretanto, tais situações foram incorporadas em tipo penal autônomo, intitulado **estupro de vulnerável** (art. 217-A). Por isso, pode permanecer o debate, acerca da autorização para o aborto caso ocorra estupro de vulnerável, logo, sem violência ou grave ameaça. Permanecemos fiel à primeira orientação, agora respaldados na própria titulação da lei penal, vale dizer, a relação sexual com menor de 14 anos, enfermo ou doente mental e incapaz de resistir é considerada **estupro**. Se houver gravidez, deve-se autorizar o aborto. (Nucci, 2022, p. 554-562)

A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.

A polêmica certamente existe. Guilherme Souza Nucci prefere acreditar que a lei penal, ao punir o aborto, busca proteger a vida humana, porém a vida **útil** e **viável**, não se exigindo que a mãe carregue em seu ventre por nove meses um feto que, logo ao nascer, dure algumas horas e finde a sua existência efêmera, por total impossibilidade

de sobrevivência na medida que não possui a abóbada craniana, algo vital para a continuidade da vida fora do útero. (Nucci, 2022, p. 554-562)

Destaca-se que, nos casos dos fetos anencefálicos, estende a classificação do aborto em: g) **honoris causa**: realizado para interromper gravidez **extramatrimonium** (é crime, de acordo com nossa legislação); h) ovular: praticado até a oitava semana de gestação; i) embrionário: praticado até a décima quinta semana de gestação; j) fetal: praticado após décima quinta semana de gestação. (Cunha, 2023, p. 121)

Em abril de 2012, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a gestante tem liberdade para decidir se interrompe a gravidez caso seja constatada, por meio de laudo médico, a anencefalia do feto – condição caracterizada pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana. A decisão foi tomada, por maioria de votos, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54. Vejamos:

A partir do entendimento firmado, o STF declarou inconstitucionais interpretações que enquadrassem a interrupção da gravidez nessas condições nos artigos do Código Penal que criminalizam o aborto. (...)

A maioria seguiu entendimento do relator da ação, Ministro Marco Aurélio de Mello (aposentado), para quem é inadmissível que o direito à vida de um feto que não tem chances de sobreviver prevaleça “em detrimento das garantias à dignidade da pessoa humana, à liberdade no campo sexual, à autonomia, à privacidade, à saúde e à integridade física, psicológica e moral da mãe, todas previstas na Constituição”. Em seu voto, ele afirmou que obrigar a mulher a manter esse tipo de gestação significa colocá-la em uma espécie de “cárcere privado em seu próprio corpo”. O Ministro Joaquim Barbosa e a Ministra Rosa Weber também consideraram a liberdade da gestante para optar sobre o futuro de sua gestação, no caso de feto anencefálico. “Essa liberdade de escolha ocorre em função do princípio da dignidade da pessoa humana, inscrito no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal”, afirmou a ministra. Já para o Ministro Luiz Fux, obrigar a mulher a manter a gestação seria submetê-la a uma tortura, o que também é vedado pela Constituição. (...)

O termo inicial para a prática do aborto é o começo da gravidez, que, do ponto de vista da biologia, se dá com a fecundação. Todavia, prevalece na ótica jurídica que a gestação tem início com a implantação do óvulo fecundado no endométrio, isto é, com a sua fixação no útero materno (nidação). Pouco importa para a caracterização do crime se a gravidez é natural (fruto de cópula carnal) ou não (inseminação artificial). Protege-se, aqui, a vida intrauterina, fruto da gravidez normal. (Cunha, 2023, p. 120)

Destaca-se que, o direito à vida, por ser essencial ao ser humano, condiciona os demais direitos da personalidade. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, **caput**, assegura a inviolabilidade do direito à vida, ou seja, a integralidade existencial, conseqüentemente, a vida é um bem jurídico tutelado como direito fundamental básico desde a concepção, momento específico, comprovado cientificamente, da formação da pessoa. Se assim for,

a vida humana deve ser protegida contra tudo e contra todos, pois é objeto de direito personalíssimo.

A vida humana é amparada juridicamente desde o momento da fecundação natural ou artificial do óvulo pelo espermatozóide (CC, art. 2º, Lei 8.974/1995 e CP, arts. 124 a 128). O direito à vida integra à pessoa até o seu óbito, abrangendo o direito de nascer, o de continuar vivo e o de subsistência, mediante trabalho honesto (CF, art. 7º) ou prestação de alimentos (CF, arts. 5º, LXVII, e 229), pouco importando que seja idosa (CF, art. 230), nascituro, criança, adolescente (CF, art. 227), portadora de anomalias físicas ou psíquicas (CF, arts. 203, IV, 227, § 1º, II), que esteja em coma ou que haja manutenção do estado vital por meio de processo mecânico.

Garantido está o direito à vida pela norma constitucional em cláusula pétreia (art. 5º), que é intangível, pois contra ela nem mesmo há o poder de emendar. No mundo atual deverá haver uma tomada de consciência pelo mais primário e indeclinável dos direitos, que é o respeito pela vida humana. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a inviolabilidade do direito à vida, pois qualquer atentado a ele estaria eivado de inconstitucionalidade. A vida é um bem jurídico de tal grandeza que se deve protegê-lo contra a insânia coletiva, que preconiza a legalização do aborto, a pena de morte e a guerra, criando-se normas impeditivas da prática de crueldades inúteis e degradantes.

Estamos no limiar de um grande desafio do século XXI, qual seja, manter o respeito à dignidade humana (art. 1º, III, da CF). Para tentar superar a perplexidade dessa temática, baseamo-nos nos princípios e normas constitucionais.

O aborto é suscetível de várias classificações. Assim sendo, quanto ao seu **objeto**, poderá ser: a) **ovular**, se praticado até a 8ª semana de gestação; b) **embrionário**, se operado até a 15ª semana de vida intra-uterina, ou seja, até o 3º mês da gravidez; e c) **fetal**, se ocorrer após a 15ª semana de gestação. (Diniz, 2002, p. 21-32)

O estágio da evolução do ser humano em formação não importa para a caracterização do delito de aborto. Dessa forma, é objeto material do crime o produto vivo da concepção, em qualquer fase de seu desenvolvimento. Segundo o estágio de desenvolvimento do produto da concepção, o aborto se distingue em **ovular**, se praticado nos dois primeiros meses da gestação; **embrionário**, se perpetrado no terceiro ou no quarto mês de gestação; e **fetal**, quando praticado do quinto mês de gravidez em diante. (Prado, 2002, p. 97)

Todos esses conceitos podem estar atualmente superados e colocados em xeque, em razão da viabilidade da fecundação em laboratório – a reprodução humana assistida, que se verifica fora do chamado claustro materno. ‘Este fato científico, concreto, definido, incontestável, recolocou, no plano das discussões, o conceito de vida humana, o que significa fixar o momento a partir do qual se deve considerá-la existente e, deste modo, merecedora de tutela jurídico-penal. E, nesse nível, não se poderia fugir a um questionamento bastante complexo. Qual a área de significado de vida? A vida é tão somente um processo biológico? Instantâneo ou gradual? Os gametas já são vida? Que tipo de definição deve ser atribuído ao zigoto, à mórula ou ao blastocisto? Já existe neles um ser humano individuado? O pré-embrião, no seu transitar para o útero da mulher ou, no seu desenvolvimento acompanhado no laboratório, possui, em resumo, vida? Ou o conceito de vida exige algo mais? A vida para assumir a característica de vida humana requer determinadas propriedades como a unicidade, ou seja, a qualidade de ser único, e a unidade, ou seja, a qualidade de ser um só? Ou, além dessas propriedades que separam ainda a vida humana do processo biológico animal, seria exigível para que houvesse vida humana o início da atividade cerebral?’ Todos esses conceitos foram criteriosamente estudados por

Alberto Silva Franco, que, seguindo Luigi Ferrajoli, considerou-os insuficientes para estabelecer o início da vida na gestação, propondo um novo e mais moderno estágio para o momento do começo da vida humana, chamado de “Compromisso Relacional: mãe/filho”. Explica o autor: “Qualquer dos marcos postos em destaque, como começo da vida humana – fecundação, nidação ou atividade cerebral – provoca, de imediato, reações contrastantes, de mão e de contramão, dificultando sobremaneira uma tomada de posição, tantos são os argumentos numa e noutra direção. Nenhum posicionamento está livre de ser analisado, sob as mais variadas perspectivas e nessa análise, não faltam toques fundamentais, que não suportam a mais leve restrição, ou mesmo argumentos brandidos como artigos de fé, aos quais a razão não tem acesso. Desalojar essas interferências é tarefa inglória. Bem por isso, para fugir dessa situação de difícil deslinde, parece mais adequado que se aparte, para a determinação do conceito de começo de vida, tanto uma visão estritamente concepional como de uma postura de caráter biológico-evolucionista. Para isso, é mister que sejam postas algumas premissas que poderão dar suporte a um novo conceito de começo de vida que não se amarre aos critérios já explicitados. Em primeiro lugar, as inovações tecnológicas, que acompanharam a segunda metade do século vinte e invadiram os anos iniciais do século vinte e um, provocaram uma verdadeira revolução no que se refere a reprodução humana (...) Em segundo lugar, a precocidade do diagnóstico pré-natal, que permitiu uma ampla antecipação de problemas eventualmente detectados no processo de gestação, e as sempre renovadas técnicas de reprodução humana (...). Em terceiro lugar, as transformações sociais, tais como a fragmentação da família, o nascimento de filhos na ausência de vínculos matrimoniais ou de casais, a inserção da mulher no trabalho, o precário apoio popular para o cuidado e educação das crianças, além de outros fatores, geraram o desejo de determinar quando se terá filhos e quantos. Em quarto lugar, o pensamento feminista pôs em destaque a importância que representa, para a mulher, a tutela de seu próprio corpo. A autodeterminação da maternidade, por exemplo, antes que uma liberdade de abortar, é uma liberação desse tipo de servidão pessoal que se apresenta na obrigação da mulher de ser mãe e na instrumentalização de seu corpo para um fim que não é seu porque não é querido. Trata-se, em resumo, de uma liberdade do corpo (...); pois o corpo feminino foi durante muito tempo e ainda hoje, em relação a múltiplas questões, continua sendo uma coisa, um objeto em lugar de um sujeito de direito ou de direitos (...). Em quinto lugar, o princípio da separação entre direito e moral permite a única convenção que torna compatível a tutela do feto e, em geral, do embrião como pessoa potencial, e a tutela da mulher precisamente porque, sendo pessoa, não pode ser tratada como um meio para fins alheios: a convenção segundo a qual o embrião é merecedor de tutela se e só quando pensado e desejado pela mãe, como pessoa. Por último, um Estado Social e Democrático de Direito, como o Brasil, tem caráter laico e não está subordinado a nenhuma religião e, por isso, não se pode admitir que princípios religiosos disciplinem seu atuar. Cada brasileiro é inteiramente livre para adotar a religião que lhe aprouver, mas não poderá exigir que o Estado faça valer em relação a quem não tiver a mesma crença, os fundamentos dessa fé religiosa (...). Todos esses argumentos confluem para uma conclusão: a vida humana não está inserida no zigoto, nem pode ser reconhecida nas diversas etapas do desenvolvimento embrionário, mas somente no momento em que se estabeleça efetivamente o nexo ou a relação mãe/filho, isto é, quando a mãe incorpora a vida humana dependente ao próprio projeto de vida ou, dita de forma mais explícita ainda, quando a mãe por ato de vontade, confere ao embrião o valor da pessoa, portanto, quando cria a pessoa. A procriação é um ato criativo, como a **fiat lux**: fruto não só de um processo biológico, mas também de um ato de consciência e de vontade. Com ele a mãe dá não só ao

corpo, mas também a forma de pessoa ao nascituro, pensando-o como filho (...). Não merece acolhida o argumento de que seria desastrosa a definição de começo de vida humana a partir do compromisso relacional mãe/filho em razão de não estar fixado, no tempo, o momento em que deve ser exercido o ato de vontade da mãe assumindo o projeto existencial do filho. Como enfatiza Luigi Ferrajoli, três meses a partir da concepção bastam para que a mãe atribua ao filho a qualidade de pessoa. 'Não porque três meses signifiquem algo no plano biológico, mas apenas porque representam o tempo necessário e suficiente para permitir a mulher tomar uma decisão: para consentir o exercício da liberdade de consciência, ou seja, a autodeterminação moral da mulher e também a dignidade da pessoa' (...). (Franco; Stoco, 2007, p. 661-665)

No *Habeas Corpus* (HC) 124.306, da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), publicado na data de 17/03/2017, tendo como relator o Ministro Marco Aurélio de Mello, em que afastou a prisão preventiva e excluiu do âmbito de incidência do crime de aborto, a interrupção voluntária da gestação efetivada no 1º (primeiro) trimestre. Vejamos:

Ementa: Direito processual penal. Habeas corpus. Prisão preventiva. Ausência dos requisitos para sua decretação. Inconstitucionalidade da incidência do tipo penal do aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre. Ordem concedida de ofício. 1. 2. 3. Em segundo lugar, é preciso conferir interpretação conforme a Constituição aos próprios arts. 124 a 126 do Código Penal – que tipificam o crime de aborto – para excluir do seu âmbito de incidência a interrupção voluntária da gestação efetivada no primeiro trimestre. A criminalização, nessa hipótese, viola diversos direitos fundamentais da mulher, bem como o princípio da proporcionalidade. 4. A criminalização é incompatível com os seguintes direitos fundamentais: os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que não pode ser obrigada pelo Estado a manter uma gestação indesejada; a autonomia da mulher, que deve conservar o direito de fazer suas escolhas existenciais; a integridade física e psíquica da gestante, que é quem sofre, no seu corpo e no seu psiquismo, os efeitos da gravidez; e a igualdade da mulher, já que homens não engravidam e, portanto, a equiparação plena de gênero depende de se respeitar a vontade da mulher nessa matéria. 5. A tudo isto se acrescenta o impacto da criminalização sobre as mulheres pobres. É que o tratamento como crime, dado pela lei penal brasileira, impede que estas mulheres, que não têm acesso a médicos e clínicas privadas, recorram ao sistema público de saúde para se submeterem aos procedimentos cabíveis. Como consequência, multiplicam-se os casos de automutilação, lesões graves e óbitos. 6. A tipificação penal viola, também, o princípio da proporcionalidade por motivos que se acumulam: (i) ela constitui medida de duvidosa adequação para proteger o bem jurídico que pretende tutelar (vida do nascituro), por não produzir impacto relevante sobre o número de abortos praticados no país, apenas impedindo que sejam feitos de modo seguro; (ii) é possível que o Estado evite a ocorrência de abortos por meios mais eficazes e menos lesivos do que a criminalização, tais como educação sexual, distribuição de contraceptivos e amparo à mulher que deseja ter o filho, mas se encontra em condições adversas; (iii) a medida é desproporcional em sentido estrito, por gerar custos sociais (problemas de saúde pública e mortes) superiores aos seus benefícios. 7. Anote-se, por derradeiro, que praticamente nenhum país democrático e desenvolvido do mundo trata a interrupção da gestação durante o primeiro trimestre como



crime, aí incluídos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Canadá, França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda e Austrália. 8. Deferimento da ordem de ofício, para afastar a prisão preventiva dos pacientes, estendendo-se a decisão aos corréus. (STF – HC 124.306/RJ. Relator Ministro Marco Aurélio de Mello. Redator Ministro Luís Roberto Barroso. DJe 17/03/2017)

Segue parte do voto-vista do redator, Ministro Luís Roberto Barroso, no HC 124.306, da 1ª Turma do STF (DJe 17/03/2017):

“(…) 1. Violação a direitos fundamentais das mulheres. 14. A relevância e delicadeza da matéria justificam uma brevíssima incursão na teoria geral dos direitos fundamentais. A história da humanidade é a história da afirmação do indivíduo em face do poder político, do poder econômico e do poder religioso, sendo que este último procura conformar a moral social dominante. O produto deste embate milenar são os direitos fundamentais, aqui entendidos como os direitos humanos incorporados ao ordenamento constitucional. 15. Os direitos fundamentais vinculam todos os Poderes estatais, representam uma abertura do sistema jurídico perante o sistema moral e funcionam como uma reserva mínima de justiça assegurada a todas as pessoas. Deles resultam certos deveres abstenção e de atuação por parte do Estado e da sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos fundamentais passaram a ser tratados como uma emanação da dignidade humana, na linha de uma das proposições do imperativo categórico kantiano: toda pessoa deve ser tratada como um fim em si mesmo, e não um meio para satisfazer interesses de outrem ou interesses coletivos. Dignidade significa, do ponto de vista subjetivo, que todo indivíduo tem valor intrínseco e autonomia. (...) 21. Torna-se importante aqui uma breve anotação sobre o status jurídico do embrião durante fase inicial da gestação. Há duas posições antagônicas em relação ao ponto. De um lado, os que sustentam que existe vida desde a concepção, desde que o espermatozoide fecundou o óvulo, dando origem à multiplicação das células. De outro lado, estão os que sustentam que antes da formação do sistema nervoso central e da presença de rudimentos de consciência – o que geralmente se dá após o terceiro mês da gestação – não é possível ainda falar-se em vida em sentido pleno. (...) 1.1. Violação à autonomia da mulher. 24. A criminalização viola, em primeiro lugar, a autonomia da mulher, que corresponde ao núcleo essencial da liberdade individual, protegida pelo princípio da dignidade humana (CF/1988, art. 1º, III). (...) 1.2. Violação do direito à integridade física e psíquica. 26. Em segundo lugar, a criminalização afeta a integridade física e psíquica da mulher. O direito à integridade psicofísica (CF/1988, art. 5º, caput e III) protege os indivíduos contra interferências indevidas e lesões aos seus corpos e mentes, relacionando-se, ainda, ao direito à saúde e à segurança. A integridade física é abalada porque é o corpo da mulher que sofrerá as transformações, riscos e consequências da gestação. Aquilo que pode ser uma bênção quando se cuide de uma gravidez desejada, transmuda-se em tormento quando indesejada. A integridade psíquica, por sua vez, é afetada pela assunção de uma obrigação para toda a vida, exigindo renúncia, dedicação e comprometimento profundo com outro ser. Também aqui, o que seria uma bênção se decorresse de vontade própria, pode se transformar em provação quando decorra de uma imposição heterônoma. Ter um filho por determinação do direito penal constitui grave violação à integridade física e psíquica de uma mulher. 1.3. Violação aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. 27. A criminalização viola, também, os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que incluem o direito de toda mulher de decidir sobre se e quando deseja ter filhos, sem discriminação, coerção e violência, bem como de obter o maior grau possível de saúde sexual e reprodutiva. A sexualidade feminina,

ao lado dos direitos reprodutivos, atravessou milênios de opressão. O direito das mulheres a uma vida sexual ativa e prazerosa, como se reconhece à condição masculina, ainda é objeto de tabus, discriminações e preconceitos. (...) 28. O reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres como direitos humanos percorreu uma longa trajetória, que teve como momentos decisivos a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994, conhecida como Conferência do Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim. A partir desses marcos, vem se desenvolvendo a ideia de liberdade sexual feminina em sentido positivo e emancipatório. Para os fins aqui relevantes, cabe destacar que do Relatório da Conferência do Cairo constou, do Capítulo VII, a seguinte definição de direitos reprodutivos: “§7.3. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos”. (...) 37 (...) Uma política alternativa à criminalização implementada com sucesso em diversos países desenvolvidos do mundo é a descriminalização do aborto em seu estágio inicial (em regra, no primeiro trimestre), desde que se cumpram alguns requisitos procedimentais que permitam que a gestante tome uma decisão refletida. É assim, por exemplo, na Alemanha, em que a grávida que pretenda abortar deve se submeter a uma consulta de aconselhamento e a um período de reflexão prévia de três dias. Procedimentos semelhantes também são previstos em Portugal, na França e na Bélgica. (...) 46. Tal como a Suprema Corte dos EUA declarou no caso *Roe v. Wade*, o interesse do Estado na proteção da vida pré-natal não supera o direito fundamental da mulher realizar um aborto. No mesmo sentido, a decisão da Corte Suprema de Justiça do Canadá, que declarou a inconstitucionalidade de artigo do Código Penal que criminalizava o aborto no país, por violação à proporcionalidade. De acordo com a Corte canadense, ao impedir que a mulher tome a decisão de interromper a gravidez em todas as suas etapas, o Legislativo teria falhado em estabelecer um standard capaz de equilibrar, de forma justa, os interesses do feto e os direitos da mulher. (...).”

Cabe destaque aqui dizer que foi no início dos anos 1970 que o movimento feminista brasileiro assumiu como uma de suas diretrizes fundamentais a luta pela reformulação do Código Penal brasileiro em relação ao aborto induzido. Partindo do pressuposto de que o processo de opressão e subordinação das mulheres se iniciava pela expropriação de seu direito ao livre uso de seus corpos, em especial seus corpos eróticos e reprodutivos, o feminismo cunhou a seguinte frase “nosso corpo nos pertence”. Essa frase marca o posicionamento feminista contra as diferentes formas de exploração das mulheres, em seus diversos âmbitos: sexual, no trabalho, nas relações amorosas, social, familiar, afetivo e em tantos outros. (Villela; Barbosa, 2011, p. 49)

### *2.3 Aborto no Direito Comparado*

A maioria absoluta das legislações atuais repudiou a teoria concepcionista.

O site <[www.cnnbrasil.com.br](http://www.cnnbrasil.com.br)>, trouxe reportagem que, apesar da legalização, cada país estipula o limite gestacional, de até quando é possível solicitar a realização do procedimento. Em alguns lugares, chega a ser de 20 semanas (quase cinco meses), como o caso da Tailândia. Mas a maioria fica entre 10 e 14 semanas, cerca de dois a três meses. A ONG afirma que há uma tendência global pela liberação do aborto. Além desses 77 países, é possível realizar o aborto, mas com restrições por questões sociais ou econômicas, em outras 12 nações. Em outros 47, o aborto só é permitido para preservar a saúde da pessoa gestante. Saiba quais são os 77 países com regulação do aborto.

No Continente Americano – Na América do Norte: Canadá; Groelândia; EUA e México (nos EUA possuem leis que variam de estado para estado). Na América Central: Cuba; Belize. Na América do Sul: Colômbia; Guiana; Guiana Francesa; Argentina; Uruguai; Chile.

No Continente Europeu: Islândia; Irlanda; Irlanda do Norte; Dinamarca; Holanda; Alemanha; Bélgica; França; Espanha (autorização/notificação dos pais é necessária); Portugal (autorização/notificação dos pais é necessária); Itália (autorização/notificação dos pais é necessária); Grécia (autorização/notificação dos pais é necessária); Bulgária; Suécia; Áustria; Suíça, entre outros.

No Continente Asiático: China (aborto seletivo por sexo proibido); Nepal (aborto seletivo por sexo proibido); Tailândia; Vietnã; Rússia; Coreia do Sul; Turquia (autorização/notificação do cônjuge e dos pais é necessária), entre outros.

Na Oceania: Austrália; Nova Caledônia; Nova Zelândia.

Agora temos, onde a proibição do aborto é generalizada: África; África do Sul; Moçambique; Guiné Equatorial (autorização/notificação dos pais é necessária); Benim; Guiné-Bissau; Tunísia.

“Cumpramos aqui fazer menção que o primeiro país no mundo a legalizar totalmente o aborto foi a Rússia (à época URSS) em 1920, embora ao longo da história tenham sido proibidos e legalizados novamente em várias ocasiões. Na atual Federação Russa, o aborto sempre foi legal. O aborto é coberto pelo orçamento do Estado, e toda mulher tem o direito de decidir se pretende seguir com a gestação. Em 1999, ocorriam cerca de 2 milhões de abortos por ano e, em 2017, esse número baixou para 627 mil”.

“Nos EUA, dos 50 estados que compõem o país, 14 proíbem completamente o aborto, segundo o *Abortion Finder*, um diretório de serviços de saúde sexual e reprodutiva nos Estados Unidos. Outros 12 impõem restrições em um intervalo que vai da 6ª à 26ª semana de gestação, além de limitações no acesso a serviços de aborto. Em oito deles, a proibição absoluta ou severa permanece bloqueada por decisões de juízes federais. Cinco estados aplicam restrições leves, enquanto em 20 estados, além de Porto Rico e Washington DC – respectivamente, um território americano e a capital federal dos EUA –, o aborto é legal mesmo em estágios avançados de gravidez ou sem limites de semanas de gestação.

Dependendo do Estado, as restrições atuais ocorrem a partir das semanas 6 (ex.: Geórgia, Flórida), 12 (ex.: Nebraska), 15, 16 (ex.: Arizona), 18, 20, 22, 23 (ex.: Carolina do Sul), 24 (ex.: Pensilvânia), 24 a 26 semanas (ex.: Washington, Nova York, Califórnia, Michigan), 26 (ex.: Nevada), 27, 28 de gestação e sem limites de semana (ex.: Colorado, novo México, Oregon, Nova Jersey, Alaska). Quanto aos Estados que o aborto é proibido ou restrito, como exemplo, temos no Texas, Alabama, Dakota do Sul e Oklahoma em que há exceção quando a vida da gestante está em risco”.

“Dos 6 países sul-americanos mais liberais em relação ao aborto, Argentina, Uruguai, Guiana e Guiana Francesa estabeleceram leis que orientam e asseguram o acesso ao procedimento. Já Chile e Colômbia apenas não classificam o aborto como crime. Em ambas classificações, porém, os governos locais determinam critérios para a interrupção, definindo um tempo de gestação limite de até 24 semanas (6 meses).

Em reportagem ao *site* do <[www.poder360.com.br](http://www.poder360.com.br)>, Lia Zanotta Machado, professora da UnB (Universidade de Brasília) e doutora em Ciências Humanas, explicou que há uma diferença entre a descriminalização e a legalização do aborto. Descriminalizar é apenas fazer com que uma prática deixe de ser crime, e legalizar significa de regulamentar a prática do aborto e definir os momentos em que ele terá o apoio do Estado, além de estabelecer um limite conforme as semanas de gestação”.

“No Uruguai, em 2012, permitiu o aborto por qualquer mulher que deseja até a 12ª semana de gestação”. “Na Colômbia, na data de 21/02/2022, a Corte Constitucional descriminalizou o aborto até 24 semanas (6 meses) de gestação”. “No México, na data de 06/09/2023, o aborto foi descriminalizado pela Suprema Corte em nível nacional, que declarou inconstitucional a proibição do procedimento”. “Na Argentina, em janeiro de

2021 entrou em vigor em janeiro Lei 27.610, que tornou o aborto uma prática legal e gratuita até a 14ª semana de gravidez”. “No Chile, de acordo com o texto da Constituição chilena, os direitos sexuais e reprodutivos incluem ‘o direito de decidir de forma livre, autônoma e informada sobre o próprio corpo, sobre o exercício da sexualidade, reprodução, prazer e contracepção’”.

“Por outro lado, indo na contramão, cabe aqui destacar o Paraguai e Venezuela, que é contra a descriminalização do aborto. No Paraguai, o aborto é criminalizado pelo artigo 109 do Código Penal do país em quase todos os casos, exceto quando a vida da mulher está em risco. Como resultado da criminalização do aborto no país, aproximadamente 25% (1 em cada quatro mulheres) da taxa de mortalidade materna é causada por abortos não seguros. Segundo *El Fondo de Población de las Naciones Unidas* (UNFPA), no último ano foram registrados 700 partos feitos em meninas de 10 a 14 anos, são quase dois partos por dia, todos resultados de abuso sexual, muitos por parentes ou padrastos (UNFPA, 2020). Na Venezuela, de acordo com o CP de 1926, reformado em 2005, as penas são reduzidas se visar proteger a "honra" da mulher e de sua família – sem especificar a que isso se refere – e são anuladas se for feito para "salvar a vida" da mãe”.

“Na Europa, o Código Civil Espanhol, fixa, como princípio geral, em seu art. 29, que o nascimento determina a personalidade. Em 24/02/2010, aborto foi aprovado em definitivo e com possibilidades ampliadas. A lei permite, inclusive, que as adolescentes com idade entre 16 e 18 anos possam interromper a gravidez mesmo sem o consentimento de seus pais.

O Código Civil Italiano, por sua vez, é absolutamente expresso à preferência que deu à teoria natalista. Sob o título “*Delle persone fisiche*”, o art. 1º determina: “*La capacità giuridica si acquista dal momento dela nascita*”.

Em Portugal, o aborto (ou interrupção voluntária de gravidez) foi legalizado por referendo realizado em 2007 e é permitido até a décima semana de gravidez, se assim quiser a mulher, independentemente de motivos. A interrupção voluntária de gravidez é permitida até a décima segunda semana de gestação, a pedido da grávida, podendo ser realizada no sistema nacional de saúde ou nos estabelecimentos de saúde privados autorizados. A Lei 16/2007, de 17 de abril, indica que é obrigatório um período mínimo de reflexão de três dias e tem de ser garantido à mulher ‘a disponibilidade de

acompanhamento psicológico durante o período de reflexão’ e ‘a disponibilidade de acompanhamento por técnico de serviço social, durante o período de reflexão’, quer para estabelecimentos públicos, quer para clínicas particulares. A mulher tem de ser informada ‘das condições de efectuação, no caso concreto, da eventual interrupção voluntária da gravidez e suas consequências para sua saúde’ e das ‘condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade’. Também é obrigatório que seja providenciado ‘o encaminhamento para uma consulta de planeamento familiar’.

Permitida até às dezesseis semanas em caso de violação ou crime sexual (não sendo necessário que haja queixa policial). Permitida até às vinte e quatro semanas em caso de malformação do feto. Permitida em qualquer momento em caso de risco para a grávida (‘perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida’) ou no caso de feto inviáveis.

O § 1º do Código Civil Alemão (BGB) estabelece que a capacidade jurídica das pessoas começa da consumação do nascimento e tão só. Destarte, o BGB deixa para focalizar, como particulares, os casos em que o nascituro tem assegurada a proteção de seus interesses, dada a hipótese de vir a nascer vivo.

(...) Segundo Eduardo Espíndola, os Códigos Suíço, Alemão e Chinês dentre outros, mantêm igual regra. Da mesma forma o Código Francês, embora não de forma expressa.

Entre os países que permitem o aborto nos três primeiros meses de gravidez, por grande número de razões relativas à saúde física e psíquica da mãe, estão a França, Inglaterra, Áustria, Itália, Índia, Alemanha, Estados Unidos da América, Hungria, Polônia, China, Rússia e todos os países nórdicos (Prado, Danda. O que é aborto? São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 54) (Semião, 2015, p. 29-35)”.

O Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês) publicou o Estudo da População Mundial de 2022, na data de 30/03/2022, apontando que cerca de metade das gestações registradas anualmente são indesejadas. A estimativa é que aconteçam 121 milhões de gravidez involuntárias em todo o planeta todos os anos, uma média de 331 mil por dia, e 60% desse total terminam em abortos. As principais causas das gestações acidentais seriam a dificuldade de acesso à educação sexual e

reprodutiva, falta de métodos anticonceptivos, aspectos diretamente ligados à violência sexual e pobreza. (UNFPA, 2022)

### 3. CONCLUSÃO

O Código Penal de 1940 tipifica as figuras do aborto provocado (art. 124), aborto sofrido (art. 125) e do aborto consentido (art. 126). No art. 127 trata das causas em que o aborto é majorado. Nas excludentes de ilicitudes (art. 128), temos como permissivo legal, o aborto necessário, quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e o aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

A doutrina majoritária, diga-se aqui, ultrapassada, até os dias atuais protege o feto ou embrião, desde a concepção. Tem-se, assim, que o objeto jurídico tutelado é a vida do ser humano em formação; protege-se a vida intrauterina. E diz que o direito à vida, trata-se de direito constitucional assegurado em seu art. 5º, *caput*, da CF/1988.

Assunto debatido na doutrina e jurisprudência, quando se fala em descriminalização do aborto, é referente a dizer o *status* jurídico do embrião durante fase inicial da gestação. Existem duas posições antagônicas em relação ao ponto. De um lado, há os que sustentam que existe vida desde a concepção, desde que o espermatozoide fecundou o óvulo, dando origem à multiplicação das células. De outro lado, estão os que sustentam que antes da formação do sistema nervoso central e da presença de rudimentos de consciência – o que geralmente se dá após o terceiro mês da gestação – não é possível ainda falar-se em vida em sentido pleno.

No entanto, ao longo aqui de mais de duas décadas foram cada vez mais países descriminalizando o aborto para além dos casos previsto no art. 128. Os países mais avançados passaram, então, a permitir o aborto para o caso dos fetos anencéfalos, bem como para os casos de proteger a saúde física e/ou a saúde psíquica da gestante. Temos que destacar que grande parte dos países devem a legalização do aborto ao movimento feminista e busca pela igualdade de gênero, na medida que só a mulher pode ser sujeito passivo de gestação.

A descriminalização ou legalização do aborto hoje já é permitida em quase a totalidade dos países no mundo, sobretudo nos países avançados, como Canadá, EUA (este é o único país em que cada Estado tem sua posição ao período de permissão ou, proibição), México, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile, Irlanda, Irlanda do Norte,

Dinamarca, Holanda, Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Portugal, Itália, Grécia, Suécia, Áustria, Suíça, China, Turquia, Índia, Rússia, Austrália, Nova Zelândia, entre outros.

Trata-se de matéria que alcançou tal importância pelos países que descriminalizam ou legalizaram, em que o Chile, foi um país que recentemente introduziu tal assunto em seu texto Constitucional, aos direitos sexuais e reprodutivos incluem o direito de decidir de forma livre, autônoma e informada sobre o próprio corpo, sobre o exercício da sexualidade, reprodução, prazer e contracepção.

Vejo como positivo, também, que com a descriminalização ou legalização do aborto, os abortos teriam número significativamente reduzido, mesmo que não se tratasse somente dos clandestinos. Exemplo que se tem, são os abortos na Rússia. Em 1999, ocorreram cerca de 2 milhões; em 2017, o número diminuiu para 627 mil.

De forma contrária, somente nos países atrasados é que vigora a proibição do aborto: África, África do Sul, Moçambique, Benim, Guiné-Bissau, Tunísia. No Paraguai, permite-se quando a vida da mulher está em risco. E na Venezuela, é permitido no caso para salvar a vida da mãe.

Importante julgado do STF, o HC 124.306, publicado no DJe de 17/03/2017, em que no *habeas corpus* concedido para no caso de gravidez até o 3º mês ou 12 semanas, em seu voto-vista, o redator, Ministro Luís Roberto Barroso, aduziu que a criminalização é incompatível com os direitos fundamentais: - direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que não pode ser obrigada pelo Estado a manter uma gestação indesejada; - a autonomia da mulher, que deve conservar o direito de fazer suas escolhas existenciais; - a integridade física e psíquica da gestante, que é quem sofre, no seu corpo e no seu psiquismo, os efeitos da gravidez; e - a igualdade da mulher, já que homens não engravidam e, portanto, a equiparação plena de gênero depende de se respeitar a vontade da mulher no tocante a esta matéria. E, ainda, acrescenta o impacto da criminalização sobre as mulheres pobres, uma vez que o tratamento como crime no direito penal brasileiro impede que as mulheres que não têm acesso a médicos e clínicas privadas, tenham um sistema público de saúde de qualidade para realizar um procedimento de forma adequada.

Duas posições antagônicas em relação ao assunto foram suscitadas. De um lado, os que sustentam que existe vida desde a concepção, desde que o espermatozoide



fecundou o óvulo, dando origem à multiplicação das células. De outro lado, estão os que sustentam que antes da formação do sistema nervoso central e da presença de rudimentos de consciência – o que geralmente se dá após o terceiro mês da gestação – não é possível ainda falar-se em vida em sentido pleno.

Importante estudo foi do Fundo de Populações das Nações Unidas, feito em 2022, em que apontou que cerca de 50% das gestações anualmente são indesejadas. A estimativa é que aconteçam 121 milhões de gravidezes involuntárias em todo o planeta todos os anos, e 60% desse total terminam em abortos. As principais causas das gestações acidentais foram apontadas, como a dificuldade de acesso à educação sexual e reprodutiva, falta de métodos anticonceptivos, aspectos estes diretamente ligados à violência sexual e pobreza.

Conclui-se que, o CP/1940 brasileiro, bem como sua doutrina majoritária está desatualizada. Deve prevalecer o entendimento da doutrina àqueles que definem o começo de vida humana a partir do compromisso relacional mãe/filho. E, que três meses a partir da concepção bastaria para que a mãe atribua ao filho a qualidade de pessoa, seguindo, assim, em escala mundial pela descriminalização do aborto, ficando aqui, também, sob peso, o período do permissivo legal, encontrando respaldo na jurisprudência de que antes da formação do sistema nervoso central e da presença de rudimentos de consciência, a qual se dá após o 3º mês ou 12 semanas da gestação, não há vida humana.

#### 4. REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código Penal Comentado*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal: parte especial*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2.

CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de Direito Penal: parte especial*. 16ª ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. v. único.

DINIZ, Maria Helena. *O Estado Atual do Biodireito*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui (Coords.) *Código Penal e sua Interpretação: doutrina e jurisprudência*. 8ª ed. São Paulo: RT, 2007.

JESUS, Damásio E. de. *Código Penal Anotado*. São Paulo: Saraiva, 1996.

- LENZA, Pedro (Coord.); GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. *Direito Penal Esquemático: parte especial*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva; MARTINS, Roberto Vidal da Silva; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *A Questão do Aborto: aspectos jurídicos fundamentais*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- NUCCI, Guilherme Souza. *Manual de Direito Penal*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
- PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro: parte especial*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2002. v. 2.
- REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.) *Código Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SEMIÃO, Sérgio Abdalla. *Os Direitos do Nascituro – Aspectos Cíveis, Criminais e do Biodireito*. 3ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.
- STF. *Habeas Corpus 124.306/RJ*. 1ª Turma. Rel. Min. Marco Aurélio de Mello. Red. Min. Luís Roberto Barroso. DJe 17/03/2017.
- VILLELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. *Aborto, Saúde e Cidadania*. São Paulo: Unesp, 2011.

## SITES

- <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503580&ori=1#:~:text=Em%20abril%20de%202012%2C%20o,enc%C3%A9falo%20e%20da%20calota%20craniana.:7/3/2023>
- <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311410567&ext=.pdf>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aborto-e-legalizado-em-77-paises-mediante- apenas-solicitacao-confira-quais/:22/9/2023>
- <https://br.rbth.com/historia/85383-historia-aborto-russia-primeiro-pais-legalizar:19/5/2021>
- <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-66038021:2/7/2023>
- <https://www.poder360.com.br/internacional/aborto-e-legal-ou-descriminalizado-em-6-paises-da-america-do-sul/:15/5/2022>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/colombia-descriminaliza-aborto-ate-a-24a-semana-de-gestacao/:22/2/2022>
- <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gl75ez5q0o#:~:text=Em%20setembro%20de%202021%2C%20o,a%20faz%20abortar%20com%20consentimento%22.:6/9/2023>

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/07/lei-que-legalizou-aborto-muda-vida-das-mulheres-na-argentina-mas-ha-medo-de-retrocesso.ghtml>: 3/7/2022

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/direito-ao-aborto-e-incluido-em-esbocoda-nova-constituicao-chilena/>: 16/3/2022

<https://camtra.org.br/serie-legislacao-do-aborto-na-america-latina-paraguai/>: 26/10/2020

[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/07/24/interna\\_internacional,1524330/aborto-na-venezuela-entre-o-tabu-e-a-criminalizacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/07/24/interna_internacional,1524330/aborto-na-venezuela-entre-o-tabu-e-a-criminalizacao.shtml): 24/7/2023

<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/30/metade-das-gestacoes-registradas-anualmente-no-mundo-sao-indesejadas-diz-agencia-da-onu>: 30/3/2022

# CAPÍTULO II

## ENTRE COPOS E GOLPES: O PAPEL DO ÁLCOOL NA FACILITAÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS - UMA ANÁLISE DA LITERATURA

### "BETWEEN DRINKS AND BLOWS: THE ROLE OF ALCOHOL IN FACILITATING INTIMATE PARTNER VIOLENCE - A LITERATURE REVIEW"

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-2

Neuziane José de Castro Neris<sup>1</sup>  
Tassiane Cristina Morais<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

<sup>2</sup> Docente titular do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

#### RESUMO

O presente estudo bibliográfico visa lançar luz sobre a complexa relação entre o consumo de álcool e a incidência de violência entre parceiros íntimos. Qual é o consenso atual da literatura na área da saúde sobre a relação entre a violência entre os parceiros e o uso do álcool? A pesquisa teve como objetivo analisar a influência do álcool sobre a violência entre os parceiros íntimos. Por isso, foi realizado um estudo do tipo revisão narrativa da literatura que teve como embasamento artigos que analisaram a relação entre violência por parceiros íntimos e uso de álcool, além da problemática relacionado ao consumo de álcool e a perpetração ou vitimização da violência. Foram consultados material científico disponíveis em plataformas on-line: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Realizou-se seleção dos trabalhos que apresentaram relação com o tema desta para então, iniciar-se a construção (escrita) deste trabalho. Observou-se que a associação entre álcool e violência doméstica possui características complexas e multidimensionais. Além dos efeitos diretos do álcool no comportamento agressivo, outros fatores, como características individuais e contextuais, também desempenham um papel importante na explicação dessa relação.

**Palavras-chave:** Violência. Álcool. Parceiros íntimos.

#### ABSTRACT

The present bibliographic study aims to shed light on the complex relationship between alcohol consumption and the incidence of violence among intimate partners. What is the current consensus in the health literature regarding the relationship between partner violence and alcohol use? The research aimed to analyze the influence of alcohol on intimate partner violence. Therefore, a narrative literature review was conducted, based on articles that examined the relationship between intimate partner violence and alcohol use, as well as issues related to alcohol consumption and the perpetration or victimization of violence. Scientific materials available on online platforms were consulted: Google Scholar, CAPES Journals, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Virtual Health Library (BVS), and PubMed. A selection of works related to the theme of this study was made, and then the construction (writing) of this work began. It was observed that the association between alcohol and domestic violence has complex and multidimensional characteristics. Besides the direct effects of alcohol on aggressive behavior, other factors, such as individual and contextual characteristics, also play an important role in explaining this relationship.

**Keywords:** Violence. Alcohol. Intimate partners.

## 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda uma questão de profunda relevância social: a interação entre o consumo de álcool e a violência por parceiro íntimo. Ao explorar extensivamente a literatura existente, este estudo bibliográfico teve como objetivo analisar a influência do álcool sobre a violência entre os parceiros íntimos. No decorrer do capítulo será discorrido sobre a influência do álcool e como o uso do mesmo pode exacerbar a raiva e contribuir para comportamentos violentos dentro de relações íntimas. Além disso, será discutido como essas dinâmicas influenciam e são influenciadas pelas políticas públicas atuais, explorando estratégias eficazes de intervenção e prevenção. Perspectivas futuras sobre pesquisa e políticas públicas também serão discutidas.

Para a construção deste capítulo, foram consultados material científico disponíveis em plataformas científicas: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Espera-se com este capítulo contribuir para os avanços dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas (ONU), especialmente a ODS 5 que prevê a igualdade de gênero, através da construção de comunidades mais seguras e resilientes, onde a violência de gênero é combatida com eficácia e o bem-estar de indivíduos e famílias é priorizado.

## 2. A INFLUÊNCIA DO CONSUMO DE ALCOOL NA OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

A Violência por Parceiro Íntimo (VPI), definida como abuso físico, sexual ou psicológico por um parceiro romântico ou namorado, é um importante problema de saúde pública. Pesquisas sugerem que o risco de VPI atinge o pico na idade adulta jovem, tornando aqueles com idade entre 18 e 25 anos em um risco aumentado de sofrer VPI (Graham et al., 2021).

A relação entre o consumo de álcool e a violência entre parceiros íntimos tem sido objeto de estudo e preocupação em todo o mundo. Sabe-se que há uma associação entre o consumo de álcool e um aumento no risco de violência. O álcool frequentemente está presente em situações de violência entre parceiros íntimos, e a probabilidade de ocorrência de agressões aumenta quando uma ou ambas as partes estão sob a influência do álcool (Araújo et al., 2018; Graham et al., 2021).

O uso de álcool é prevalente entre adultos jovens, com aproximadamente metade (48-55%) consumindo álcool pelo menos uma vez nos últimos trinta dias e aproximadamente 40% relatando pelo menos um episódio de consumo episódico pesado (cinco ou mais bebidas para homens, quatro ou mais para mulheres) nos últimos trinta dias (Schulenberg et al., 2021). O uso pesado de álcool nessa faixa etária está associado a inúmeros resultados negativos, incluindo, lesões, agressão sexual, déficits cognitivos e alterações no funcionamento cerebral (White; Hingson, 2013).

Vários estudos diários têm sido realizados para estabelecer a precedência temporal da VPI relacionada ao álcool (Testa; Derrick, 2014). Em um estudo diário de 90 dias usando uma amostra de homens com idade universitária, a perpetração de VPI física e sexual foi mais provável de ocorrer após o uso de álcool (Shorey et al., 2014). O mesmo estudo descobriu que a agressão psicológica só era mais provável de ocorrer após o uso pesado (cinco ou mais bebidas) de álcool. Pesquisas diárias adicionais sugerem que a probabilidade de perpetrar VPI física ou psicológica aumentou com cada bebida alcoólica adicional consumida (Moore et al., 2011). A robusta literatura sobre o tema tem levado alguns a concluir que o álcool é uma causa contribuinte da VPI (Quigley, 2017).

A alta prevalência e o aumento do risco de VPI durante a idade adulta jovem requerem uma melhor compreensão dos fatores de risco para VPI durante esse período crítico. Experimentar VPI está associado a múltiplos desfechos negativos de curto e longo prazo em homens e mulheres, incluindo aumento do risco de doença mental, uso de substâncias, desenvolvimento de uma doença crônica (por exemplo, dor crônica ou fortes dores de cabeça) e lesões (Coker et al., 2020). Entre estudantes universitários, as vítimas de VPI relatam aumento dos níveis de sintomas depressivos e ideação suicida (Wolford-Clevenger et al., 2016). Além disso, adultos jovens que experimentam mais de um tipo de VPI têm um risco ainda maior de estresse pós-traumático (Straus, 2018).

Os estudantes universitários que experimentam VPI também relatam menos confiança em suas habilidades acadêmicas, níveis mais altos de estresse relacionados à faculdade, menor comprometimento com sua instituição e menos diligência relacionada ao atendimento das demandas da faculdade (Banyard et al., 2020). Portanto, é fundamental que os fatores de risco para VPI em adultos jovens sejam bem

compreendidos em um esforço para melhorar as intervenções para VPI, reduzindo assim a prevalência e os desfechos negativos associados.

A violência por parceiro íntimo é uma questão global de grande relevância social, impactando a saúde física e mental de milhões de pessoas. Ao explorar a relação entre o consumo de álcool e a incidência desse tipo de violência, busca-se contribuir para estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes (Straus, 2018).

De acordo com Cunradi et al. (2019), o consumo de álcool é uma prática socialmente difundida em muitas culturas, tornando-se crucial entender como essa substância pode influenciar comportamentos violentos entre parceiros íntimos. Compreender essa relação é vital para mitigar os riscos associados ao consumo excessivo de álcool. A violência por parceiro íntimo não afeta apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também tem impactos significativos nos relacionamentos, nas dinâmicas familiares e na sociedade como um todo. Abordar as causas subjacentes, incluindo o consumo de álcool, é essencial para promover relacionamentos saudáveis e ambientes familiares seguros.

Realça-se que apesar das evidências de que há uma forte ligação entre álcool e VPI, o uso de álcool por si só não é uma causa "necessária nem suficiente" de VPI (Leonard, 2015). Consequentemente, um indivíduo que usa álcool nem sempre perpetrará VPI, nem o álcool sempre estará envolvido na perpetração de VPI. Em vez disso, o álcool pode interagir com outros fatores de risco individuais para aumentar as chances de perpetração de alguém.

Entender como o consumo de álcool contribui para a violência por parceiro íntimo permite o desenvolvimento de intervenções mais direcionadas e eficazes. Isso é crucial para profissionais de saúde, assistentes sociais e formuladores de políticas que buscam abordar esse problema de maneira abrangente. A pesquisa sobre a influência do consumo de álcool na violência por parceiro íntimo é um campo dinâmico, mas há ainda lacunas a serem preenchidas (Cunradi et al., 2019).

Abordar essa temática estimula o debate público sobre questões relacionadas ao álcool e à violência por parceiro íntimo, promovendo a conscientização e encorajando ações coletivas para enfrentar esse desafio social.

Faz-se necessário discorrer sobre as complexas interações entre o consumo de álcool e a violência, com o intuito de incentivar debates e ações coletivas para a

mobilização de esforços para mitigar essa questão social, bem como contribuir para um entendimento mais abrangente das dinâmicas relacionadas a esse fenômeno. Estas ações em conjunto são essenciais para nortear estratégias de prevenção e intervenção que rompam com a perpetuação do ciclo de violência em nossa sociedade, para que assim, possamos vivenciar ambientes mais seguros e igualitários, essenciais para o desenvolvimento social e econômico sustentável, consolidada na igualdade e respeito pelos direitos humanos e pela dignidade de todos os indivíduos.

Além do álcool outros fatores também corroboram com a perpetuação da VIP entre eles destaca-se a raiva que será discutida no tópico a seguir.

### **3. TRAÇO DE RAIVA E VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO**

A raiva, uma das emoções mais comumente experimentadas, é considerada a motivação para inúmeras formas de agressão. Pesquisa sugere que aqueles que são ricos traço de raiva, definidos como aqueles que são propensos a responder a uma variedade de situações com raiva, podem ser mais propensos a responder com agressividade quando experimentam raiva do que aqueles que são baixos em traço de raiva (Deffenbacher et al., 1996). Teoriza-se que a raiva aumenta o comportamento agressivo de várias maneiras. Primeiro, os indivíduos podem ver sua experiência de raiva como uma justificativa da agressão e, após inúmeros cenários em que a raiva resulta em agressão, o indivíduo pode desenvolver um padrão de comportamento. Além disso, a raiva aumenta os níveis de excitação e pode interromper processos cognitivos inibitórios que impediriam a agressão (Norlander e Eckhardt, 2015).

Dada a relação entre raiva e agressividade, a raiva tem sido foco de inúmeros estudos que investigam fatores de risco para VPI. Níveis mais altos de traço de raiva têm sido associados ao aumento da perpetração de todos os três tipos de. Uma metanálise que sintetizou os achados de 33 estudos que avaliaram a relação entre os construtos de raiva e perpetração de VPI em homens, descreveu que os perpetradores de VPI relataram níveis mais altos de raiva do que os homens não violentos (Norlander e Eckhardt, 2015). Além disso, ao analisar entre homens que têm história de perpetração de VPI, aqueles que perpetraram VPI mais grave apresentaram níveis de raiva mais altos do que aqueles que perpetraram VPI menos grave (Norlander e Eckhardt, 2015).



Isso sugere estabelecida em mulheres e adultos jovens. Por exemplo, descobriu-se que a raiva pode não apenas aumentar o risco geral de perpetração de VPI, mas também pode resultar em alguém mais propenso a perpetrar VPI grave. Essa ligação entre VPI e raiva também foi traço está associada ao aumento da perpetração psicológica de VPI em mulheres universitárias (Shorey et al., 2011) e um estudo com adultos jovens (de 22 a 29 anos) descobriu que tanto o traço de raiva quanto a raiva baseada no relacionamento (sentir-se frustrada, hostil ou chateada da última vez que estiveram com seu parceiro) estão significativamente associadas a relatos de perpetração de VPI.

Realça-se que o consumo de álcool interage com os traços de raiva dos indivíduos, influenciando a perpetração da violência entre parceiros íntimos (VPI). Estudos indicam que a intoxicação alcoólica, traços de raiva e flexibilidade psicológica desempenham papéis significativos nos casos de VIP (Grom, et al., 2021; Fink et al., 2023). Traços como afabilidade e hostilidade à raiva estão ligados à violência, com o álcool mediando esses efeitos mais em homens do que em mulheres (Fink et al., 2019). Além disso, atitudes equitativas de gênero e consumo excessivo de álcool episódico contribuem de forma independente para a perpetração de IPV, com um notável efeito de interação em que o consumo excessivo de álcool amplifica o impacto de atitudes menos equitativas de gênero na perpetração de IPV entre homens (Jones, 2022). Essas descobertas ressaltam a complexa interação entre álcool, traços de personalidade e atitudes de gênero no contexto da VIP, destacando a importância de abordar esses fatores em intervenções destinadas a reduzir a violência entre parceiros íntimos.

De acordo com Graham et al. (2021), a prevenção da violência entre parceiros íntimos relacionada ao álcool pode envolver estratégias de intervenção direcionadas ao abuso de substâncias, como tratamento para problemas com álcool, bem como programas educacionais para casais sobre o impacto do álcool na violência.

O álcool desempenha um papel significativo na ocorrência e na intensificação da violência entre parceiros íntimos. É crucial reconhecer essa associação e implementar estratégias de prevenção e intervenção que levem em consideração a influência do álcool (Graham et al., 2021). A conscientização sobre os riscos do consumo excessivo de álcool em relacionamentos íntimos e o acesso a recursos de apoio são passos essenciais para lidar com esse complexo problema social. Além disso, políticas públicas que

abordem a interseção entre álcool e violência doméstica são fundamentais para a criação de comunidades mais seguras e saudáveis.

#### **4. POLÍTICAS QUE CONTRIBUEM PARA A PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA DE PARCEIRO**

Políticas que contribuem para a proteção contra a violência de parceiro desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate a essa forma de violência (Cunradi et al., 2019). Assim sendo, com o fortalecimento de leis que criminalizam a violência de parceiros e estabelecem punições rigorosas para agressores é uma base fundamental para a proteção. Essas leis podem incluir ordens de restrição, que proíbem que agressores se aproximem das vítimas, bem como penalidades mais severas para casos de violência doméstica. Assim como, treinamento especializado para policiais, de forma a capacitá-los a lidar com casos de violência de parceiros de maneira sensível e eficaz. Isso inclui a capacidade de identificar sinais de violência e responder apropriadamente (Coelho et al., 2020).

Coelho et al. (2020), complementa, oferecer refúgios e serviços de apoio para vítimas de violência, onde elas possam encontrar proteção temporária e assistência psicológica, médica e jurídica, pode contribuir para a proteção contra a violência de parceiro. Também, disponibilizar linhas telefônicas de ajuda para vítimas de violência, oferecendo aconselhamento, suporte emocional e informações sobre como buscar ajuda. Campanhas de conscientização pública sobre a violência de parceiros, seus efeitos e como denunciá-la. Isso pode ajudar a eliminar o estigma associado às vítimas e encorajar a denúncia.

Além disso, é importante implementar protocolos de triagem para identificar vítimas de violência de parceiros em diferentes setores (saúde, assistência social, educação, etc.) e garantir o treinamento adequado para profissionais que lidam com essas situações. Outra política eficaz é a implementação de campanhas de conscientização e educação pública para promover a prevenção da violência de parceiros e mudar atitudes e normas sociais que sustentam essa forma de violência. Essas campanhas podem incluir programas de educação em escolas, campanhas na mídia, intervenções baseadas na comunidade e outras estratégias de mobilização social (INESC, 2020).

Políticas que visam melhorar as condições econômicas das mulheres, promover a igualdade de gênero e fortalecer as redes de apoio comunitário também podem contribuir para a prevenção da violência de parceiros. Isso pode incluir iniciativas de empoderamento econômico das mulheres, programas de formação profissional, políticas de igualdade salarial, programas de licença parental remunerada e outras medidas que visam reduzir as desigualdades de gênero (INESC, 2020). Também é importante implementar políticas que responsabilizem os agressores e garantam justiça para as vítimas. Isso inclui a implementação e aplicação rigorosa das leis existentes relacionadas à violência de parceiros, bem como a criação de políticas e programas de intervenção para agressores, ou seja, programas de reabilitação e prevenção da reincidência.

Coelho et al. (2020) enfatiza sobre oferecer apoio jurídico às vítimas para ajudá-las a navegar pelo sistema legal, obter ordens de restrição e buscar justiça contra os agressores pode ser fundamental. Assim como programas de reabilitação para agressores que visam tratar o comportamento violento e ajudá-los a evitar a reincidência.

A colaboração entre países e organizações internacionais para combater a violência de parceiros em nível global e compartilhar melhores práticas é fundamental. Como abordar as causas subjacentes da violência de parceiros, promovendo a igualdade de gênero e desafiando normas culturais que perpetuam a violência. E, por fim, financiamento de pesquisas sobre violência de parceiros para informar políticas e estratégias mais eficazes de prevenção e proteção (Coelho et al., 2020).

De acordo com Cunradi et al. (2019), essas políticas trabalham em conjunto para criar um ambiente em que as vítimas se sintam apoiadas e os agressores sejam responsabilizados por suas ações. É importante ressaltar que a eficácia dessas políticas pode variar de acordo com o contexto cultural e legislativo de cada país, e muitas vezes é necessário um esforço contínuo para aprimorar e expandir essas medidas de proteção.

A violência contra a mulher é um problema global que afeta milhões de mulheres em todo o mundo. No Brasil, o enfrentamento desse tipo de violência tornou-se uma prioridade nas políticas públicas, visando garantir a proteção e defesa dos direitos das mulheres (Cunradi et al, 2019). Neste capítulo, serão apresentadas algumas referências

sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência, em especial as voltadas para a proteção da mulher.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é considerada um marco na proteção dos direitos das mulheres no Brasil. Ela foi criada com o objetivo de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, e estabelece medidas de prevenção, assistência e proteção para as vítimas. A lei também prevê a criação de políticas públicas que visam o enfrentamento da violência de gênero (BRASIL, 2006).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres foi instituída em 2011, com o objetivo de contribuir para a prevenção e combate à violência de gênero em todas as suas formas (BRASIL, 2011). Ela tem como princípios norteadores a igualdade de gênero, o respeito aos direitos humanos e a não discriminação. A política estabelece diretrizes e ações que devem ser implementadas em todos os níveis de governo.

Lançado em 2013, o Programa Mulher, Viver sem Violência tem como objetivo articular e integrar ações de prevenção, atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres. O programa prevê a criação de centros de atendimento, ações de capacitação de profissionais da área e a promoção de campanhas de conscientização. Além disso, disponibiliza o serviço Ligue 180, que oferece apoio e orientação para mulheres em situação de violência.

A Casa da Mulher Brasileira é um espaço de acolhimento e atendimento especializado para mulheres em situação de violência. O projeto visa reunir em um único local os serviços de atendimento psicossocial, jurídico e de saúde, proporcionando um atendimento humanizado e eficaz para as vítimas (Martins, 1996). Além disso, a Casa da Mulher Brasileira promove ações de capacitação e formação para profissionais da área.

As políticas públicas de enfrentamento à violência, em especial as voltadas para a proteção da mulher, têm desempenhado um papel fundamental na garantia dos direitos das mulheres e na promoção de uma cultura de paz e igualdade de gênero. Leis como a Maria da Penha, políticas nacionais de enfrentamento à violência e programas como o Mulher, Viver sem Violência e a Casa da Mulher Brasileira têm contribuído para a conscientização, prevenção e combate à violência contra as mulheres (Martins, 1996). No entanto, ainda há muito a ser feito para eliminar essa forma de violência em nossa

sociedade, exigindo um comprometimento contínuo por parte do Estado, da sociedade e de cada indivíduo.

## 5. PERSPECTIVAS FUTURAS PARA MITIGAR A VIOLÊNCIA E AUMENTAR A PROTEÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE

Para diminuir a violência e aumentar a proteção da mulher na sociedade são fundamentais para alcançar uma sociedade mais igualitária e segura. Neste contexto, algumas das principais tendências e estratégias futuras incluem: promover a educação de gênero desde a infância é fundamental para desafiar estereótipos de gênero prejudiciais e construir uma cultura de respeito e igualdade. A inclusão de educação sobre consentimento, respeito e prevenção da violência em currículos escolares pode ser uma perspectiva futura promissora (Almeida, 2020).

No documento da secretaria de assuntos legislativos violências contra a mulher e as práticas institucionais (BRASIL, 2015), enfatiza que a tecnologia desempenha um papel crescente na prevenção e denúncia da violência. O desenvolvimento de aplicativos móveis, plataformas online seguras e linhas diretas de ajuda acessíveis pode facilitar a denúncia e o acesso a recursos de apoio. Fortalecer o empoderamento econômico das mulheres, incluindo igualdade salarial e oportunidades de liderança, pode reduzir sua vulnerabilidade à violência. Políticas que promovam a igualdade de gênero no local de trabalho e programas de empreendedorismo feminino são perspectivas importantes.

A implementação de leis abrangentes que criminalizem a violência de gênero e garantam a proteção das vítimas é essencial, incluem o fortalecimento das leis de proteção, a ampliação das ordens de restrição e a garantia de acesso eficaz à justiça (BRASIL, 2015).

A cooperação internacional é crucial para abordar a violência de gênero em nível global, pois envolvem o compartilhamento de melhores práticas entre países, o apoio a programas de prevenção e o estabelecimento de padrões internacionais mais rigorosos.

Melhorar os serviços de intervenção em situações de crise e o apoio a vítimas é uma perspectiva importante. Isso inclui o desenvolvimento de abrigos seguros, assistência jurídica, aconselhamento psicológico e programas de reabilitação para agressores. A conscientização pública contínua e a educação sobre a violência de gênero

são essenciais, assim como campanhas de conscientização e programas de treinamento podem desafiar normas culturais prejudiciais e encorajar a denúncia (Almeida, 2020).

Parcerias entre governos e organizações da sociedade civil são fundamentais para a promoção da igualdade de gênero e a prevenção da violência. Essas colaborações podem impulsionar iniciativas de base, fornecer apoio às vítimas e promover mudanças sociais. A pesquisa contínua sobre violência de gênero e a avaliação de políticas e programas permite ajustar estratégias com base em dados e identificar novas áreas de atuação, incluem o envolvimento ativo dos homens na promoção da igualdade de gênero e na prevenção da violência. Isso pode incluir programas de educação para homens sobre respeito, consentimento e relações saudáveis (Almeida, 2020).

Promover a liderança feminina e a participação política das mulheres é uma perspectiva futura que pode fortalecer a defesa dos direitos das mulheres e a implementação de políticas de proteção.

Para concretizar essas perspectivas, é essencial um compromisso contínuo de governos, organizações da sociedade civil e indivíduos. A eliminação da violência de gênero e o aumento da proteção das mulheres na sociedade são metas alcançáveis, mas exigem esforços persistentes e abrangentes.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a temática estudada discutida neste capítulo, pode-se observar a complexidade das relações entre o consumo de álcool e a violência doméstica. Ao longo desta pesquisa, fortes evidências foram apresentadas, destacando a relação direta entre o uso abusivo de álcool e a ocorrência de violência por parceiro íntimo. Ficou claro que o consumo de álcool é um fator de risco significativo para a violência doméstica, uma vez que o abuso dessa substância pode levar a alterações comportamentais, como agressividade, impulsividade e perda de controle. Essas mudanças de comportamento podem, por sua vez, aumentar o risco de ocorrência de violência física, emocional e sexual nas relações conjugais.

Observou-se também que a associação entre álcool e violência por parceiro íntimo possui características complexas e multidimensionais. Além dos efeitos diretos do álcool no comportamento agressivo, outros fatores, como características individuais e contextuais, também desempenham um papel importante na explicação

dessa relação. A partir das análises realizadas, constatou-se a necessidade de abordagens integradas e multifacetadas no combate à violência por parceiro íntimo associada ao consumo de álcool. É essencial que políticas públicas sejam implementadas, visando não apenas a prevenção do consumo nocivo de álcool, mas também o apoio às vítimas e o ajuste das normas sociais em relação à violência doméstica.

É importante ressaltar que, embora o consumo de álcool seja um fator de risco relevante, ele não é o único responsável pela ocorrência de violência por parceiro íntimo. Portanto, é fundamental adotar uma abordagem holística para compreender e enfrentar esse problema social, considerando também questões de gênero, desigualdade social e outros determinantes sociais da saúde.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a sensibilização da sociedade, promovendo a conscientização sobre a relação entre álcool e violência doméstica. Somente por meio de esforços conjuntos, envolvendo poder público, instituições e a própria comunidade, poderemos garantir um ambiente seguro e protegido para todas as pessoas, livre de violência por parceiro íntimo e do consumo abusivo de álcool.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. N. **Violência contra a mulher** [recurso eletrônico] / Dulcielly Nóbrega de Almeida, Giovana Dal Bianco Perlin, Luiz Henrique Vogel. Alessandra Nardoni Watanabe (org.). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. – (Série lei fácil; n. 1)
- ARAÚJO, W. S. C. *et al.* **A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: revisão.** Portal regional BVS. 22(2): 117-122, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883585>. Acesso em 04 de nov. de 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago.

2006. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)&gt; Acesso em: 22 de mar de 2024

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria de Assuntos Legislativos Violências contra a mulher e as práticas institucionais**. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília, 2015. p. 109 (Série Pensando o Direito, 52).

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

COELHO, E. B. S. *et al.* **Políticas públicas no enfrentamento da violência**. Universidade Federal de Santa Catarina; organização, Florianópolis, 2020. 51 p. Disponível em: [www.unasus.ufsc.br](http://www.unasus.ufsc.br). Acesso em 04 de nov. de 2023.

COKER, A.L. *et al.* **Prevenção primária da violência por parceiro íntimo: rumo a um modelo desenvolvimentista sócio-ecológico**. In: Mitchell, C. e Anglin, D. (org.) *Violência por parceiro íntimo: uma perspectiva de saúde*. Nova Iorque: Oxford University Press. pp. 289-305, 2020.

CUNRADI, C. B. *et al.* Centro de Pesquisa Ames. Desfechos de álcool e violência por parceiro íntimo entre casais brancos e hispânicos nos EUA. **Revista de Violência Interpessoal**, 24(8), 1333-1357, 2019.

DEFFENBACHER, J. L. *et al.* Teoria da raiva traço de estado e a utilidade da escala de raiva de traço. **Revista de Psicologia do Aconselhamento**, 43(2), 131, 1996.

FINK, B. C. *et al.* Frontal alpha asymmetry in alcohol-related intimate partner violence. *Social cognitive and affective neuroscience*, 14(11), 1209–1217, 2019.

FINK, B. C. *et al.* Heart rate variability may index emotion dysregulation in alcohol-related intimate partner violence. **Frontiers in Psychiatry**, 14, 1017306, 2023.

GROM, J. L. *et al.* Alcohol, Trait Anger, and Psychological Flexibility: A Laboratory Investigation of Intimate Partner Violence Perpetration. **Journal of Contextual Behavioral Science**, 19, 100–107, 2021.

GRAHAM, K. *et al.* O álcool pode não causar violência entre parceiros, mas parece piorá-la: uma comparação transnacional da relação entre álcool e gravidade da violência entre parceiros. **Revista de Violência Interpessoal**, 26(8), 1503-1523, 2021.

INESC. Instituto Nacional de Excelência em Saúde e Cuidados (NICE). 2020. *Prevenção da violência por parceiro íntimo: uma revisão atualizada da base de evidências*. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng214/chapter/Recommendations#preventing-intimate-partner-violence>. Acessado em 25 de mar de 2024.



- JONES, R. M. *et al.* The Relationship Between the Big Five Personality Factors, Anger-hostility, and Alcohol and Violence in Men and Women: A Nationally Representative Cohort of 15,701 Young Adults. *Journal of interpersonal violence*, 37(11-12), NP8559–NP8581, 2022.
- KORFHAGE, R. R. **Armazenamento e Recuperação de Informação**. Primeira edição. John Wiley e Filhos, Inc, 1997.
- MARTINS, J. S. **A Casa da Mulher Brasileira: Sonho, Desejo, Realidade**. Editora Contexto, 1996.
- MOORE, T. M. *et al.* **Uso de álcool e perpetração de violência por parceiro íntimo entre estudantes universitários: avaliação da associação temporal utilizando a tecnologia do diário eletrônico**. *Psicologia da Violência*, 1(4), 315–328, 2011.
- NORLANDER, A.; ECKHARDT, C. Raiva, hostilidade e homens perpetradores de violência por parceiro íntimo: uma revisão meta-analítica. **Revista de Psicologia Clínica**, 25(2), 119–152, 2015.
- OLIVEIRA, A.; HINGSON, R. W. **A carga do uso de álcool: consumo excessivo de álcool e consequências relacionadas entre estudantes universitários**. *Pesquisa sobre álcool: revisões atuais*, 35(2), 201–218, 2013.
- OLIVEIRA, R.; GIDY CZ, C. A. Violência no namoro entre homens e mulheres universitários. Avaliação de um Modelo Teórico. **Revista de Violência Interpessoal**, 21(6), 717–731, 2006.
- QUIGLEY, B. M. **Trinta anos de pesquisa mostram que o álcool é uma causa de violência entre parceiros íntimos: pesquisas futuras precisam identificar quem tratar e como tratá-los**. *Revisão de Drogas e Álcool*, 36(1), 7–9, 2017.
- SCHULENBERG, J. E. *et al.* **Acompanhamento dos resultados do inquérito nacional sobre o consumo de droga, 1975-2020: Volume II, estudantes universitários e adultos com idades compreendidas entre os 19 e os 60 anos**. Ann Arbor: Instituto de Pesquisa Social, Universidade de Michigan, 2021.
- SHOREY, R. C. *et al.* **A raiva traço como mediadora de dificuldades de regulação emocional e agressão psicológica perpetrada por mulheres**. *Violência e vítimas*, 26(3), 271-282, 2011.
- SHOREY, R. C. *et al.* **O uso agudo de álcool aumenta temporalmente as chances de violência no namoro perpetrada por homens: uma análise do diário de 90 dias**. *Comportamentos Aditivos*, 39(1), 365–368, 2014.

- STRAUS, M. A. **Polivitimização por parceiros de namoro e saúde mental entre estudantes universitários norte-americanos.** *Violência e vítimas*, 23(6), 667-682, 2018.
- TESTA, M. *et al.* **Um Exame do Processo Diário da Associação Temporal entre o Uso de Álcool e Agressão Verbal e Física em Casais Comunitários.** *Psicologia dos Comportamentos Aditivos: Journal of the Society of Psychologists in Addictive Behaviors*, 28(1), 127–138, 2014.
- TORRACO, R. J. **Escrevendo revisões integrativas da literatura: usando o passado e o presente para explorar o futuro.** *Zumbir. Recurso. Dev. Rev.* , 15 (4). 2016, pp. 404 – 428. DOI.10.1177/1534484316671606.
- WOLFORD-CLEVINGER, C, *et al.* **Comparação de Gênero das Motivações para Violência Física no Namoro entre Estudantes Universitários.** *Revista de Violência Interpessoal*, 31(1), 186–203, 2016.

# CAPÍTULO III

## A POMPA E O ELEFANTE: DEPENDÊNCIA EMOCIONAL À SUBMISSÃO AFETIVA DE FRIDA KAHLO

### THE POMP AND THE ELEPHANT: EMOTIONAL DEPENDENCE ON FRIDA KAHLO'S AFFECTIVE SUBMISSION

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-3

Fernanda Rodrigues Borborema <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Psicóloga clínica e jurídica. Universidade Paulista UNIP-DF. Pós-graduada em Psicanálise. Faculdade Alphaville

#### RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar aspectos, como a dependência emocional e a submissão afetiva que sucederam o relacionamento amoroso de Frida Kahlo e Diego Rivera e, de que modo, a teoria psicanalítica de Freud, Klein e Winnicott, e outros autores, auxiliam no entendimento desta temática. O estudo se caracterizou como um Revisão de Literatura Integrativa, onde foram encontrados 228 estudos nas bases de dados Google Acadêmico e Repositório PUC-SP, no idioma português e no período de 2019 a 2023. A amostra final foi de 3 estudos. De modo geral, os resultados coligidos mostraram que Frida apresentava comportamentos submissos, perda de identidade e constante medo da solidão, que são características muito presentes da Neurose de Abandono e no Complexo de Édipo tardio. Enquanto Diego, sua personalidade era envolta a necessidade de admiração e, por vezes, demonstrava falta de empatia por sua própria esposa, características presentes de uma personalidade narcísica. Logo, através da análise dos estudos, pôde-se verificar padrões disfuncionais nos relacionamentos de Kahlo e Alejandro, seu primeiro namorado e, posteriormente, com Rivera.

**Palavras-chave:** dependência emocional, Frida Kahlo, psicanálise.

#### ABSTRACT

This research sought to investigate aspects, such as emotional dependence and affective submission that followed the romantic relationship between Frida Kahlo and Diego Rivera and how the psychoanalytic theory of Freud, Klein and Winnicott, and other authors, helps in understanding this theme. The study was characterized as an Integrative Literature Review, where 228 studies were found in the Google Scholar and PUC-SP Repository databases, in the Portuguese language and from 2019 to 2023. The final sample was 3 studies. In general, the results collected showed that Frida presented submissive behaviors, loss of identity and constant fear of loneliness, which are very common characteristics of Abandonment Neurosis and the late Oedipus Complex. While Diego, his personality was surrounded by the need for admiration and, at times, he demonstrated a lack of empathy for his own wife, characteristics present in a narcissistic personality. Therefore, through the analysis of studies, it was possible to verify dysfunctional patterns in the relationships between Kahlo and Alejandro, her first boyfriend and, later, with Rivera.

**Keywords:** emotional dependence, Frida Kahlo, psychoanalysis.

## 1. INTRODUÇÃO

Cada indivíduo constitui-se através das relações humanas por meio de estímulos, comportamentos e sentimentos, resultando assim em emoções. De acordo com Adolpho (2017), a primeira relação interpessoal ocorre pelas vivências familiares, onde os vínculos se estabelecem e os afetos se manifestam inicialmente. Ressalta-se que os padrões familiares adquiridos na infância irão influenciar a vida adulta do indivíduo e, conseqüentemente, seus relacionamentos amorosos. Deste modo, torna-se possível compreender que a dependência emocional consiste em um padrão comportamental no qual a pessoa sente um apego excessivo em relação ao outro, o indivíduo necessita do outro para manter sua homeostase emocional.

Tendo isso em vista, o objetivo deste estudo é apresentar aspectos históricos de Frida Kahlo utilizando como base, o livro de Hayden Herrera, intitulado “Frida: A Biografia”, de 2011, que inspirou o filme “Frida”, de 2002, ganhador dois Oscars em 2003, além de artigos científicos, dissertações, teses e outros, procurando investigar as possíveis explicações para a dependência emocional e a submissão em seus relacionamentos amorosos com Alejandro Gómez Arias e, posteriormente, com Diego Rivera, buscando interseções com a teoria psicanalítica para maior entendimento acerca da temática. Contudo, primeiro, é indispensável compreender o significado dos termos: dependência emocional e submissão afetiva. O primeiro se refere

Os relacionamentos interpessoais são parte inerente à existência humana, pois buscam incentivar a autonomia e a individualidade do indivíduo, ou deveriam proporcionar esses respectivos aspectos. Segundo Bution e Wechsler (2016), quando existe uma disfuncionalidade na relação, ocorre um elevado nível de apego em que a pessoa se submete a um relacionamento amoroso pela necessidade de se sentir cuidado e apoiado. Contudo, essas relações podem apresentar características conflituosas e até tóxicas, como baixa autoestima, comportamentos de submissão, perda da identidade, medo da solidão, entre outros. Essas características se fizeram presentes no primeiro relacionamento amoroso de Frida Kahlo e, posteriormente, em seu casamento com Diego Rivera. Contudo, primeiro, se faz necessário conhecer um pouco da história da pintora mexicana.

Magdalena Carmem Frida Kahlo y Calderón, nasceu em 6 de julho de 1907, Coyoacán, Cidade do México, México. Aos seis anos contraiu poliomielite, fazendo com que a sua perna direita fosse menor e mais fina do que a esquerda. A relação de Frida com sua mãe, Matilde, não era conturbada, como dito por alguns estudiosos. Frida nasceu pouco tempo depois da morte de seu irmão mais velho e essa perda devastou Matilde que acabou desenvolvendo depressão pós-parto e não conseguiu amamentar sua filha recém-nascida recorrendo, assim, a uma ama de leite. Anos depois, Frida pinta “Minha ama e eu”, em 1937, para simbolizar esse momento. Contudo, ela referia-se à mãe como gentil, ativa e inteligente, mas também calculista, cruel e fanática religiosa (Herrera, 2011).

Porém, mantinha um bom relacionamento com o pai, Guillermo, e sempre ajudava-o no empreendimento de fotografia. Além de fotógrafo, seu pai também era pintor. Logo, infere-se que ele tenha inserido Frida na arte da pintura. Kahlo descrevia seu ambiente familiar como triste, em decorrência das convulsões epilépticas de Guillermo e do fanatismo religioso de Matilde, que afastou sua filha mais velha, que se casou cedo para sair de casa, e Frida, a qual encontrou-se livre após ter sido aceita, em 1922, na Escola Nacional Preparatória com o objetivo de se tornar médica e foi nessa escola em que Frida conheceu o seu primeiro amor, Alejandro Gómez Arias (Herrera, 2011).

### 1.1. FRIDA E ALEJANDRO GÓMEZ ARIAS

No livro de Hayden Herrera, intitulado “Frida: A biografia”, de 2011, a autora cita as cartas que Frida e Alejandro trocaram entre 1922 a 1928. Por volta de 1923 a 1924, ambos ficaram separados, em decorrência das férias escolares e, posteriormente, devido à rebelião contra o presidente da época, Álvaro Obregón, que acarretou vários combates e repressões. A mãe de Frida não a deixava sair por medo da agitação política e da violência nas ruas. Com isso, ela continuava depositando toda sua emoção nas cartas que escrevia para Alejandro. De acordo com o livro de Herrera, Frida beijava as cartas que escrevia para o rapaz e, nelas, desenhava um círculo perto de sua assinatura e colocava uma legenda, como “Um beijo de sua Friducha” ou “Meus lábios ficaram colados aqui um tempão” (Herrera, 2011).

Mas foi em 1925, que a vida de Kahlo mudou para sempre, pois em 17 de setembro, ela e Alejandro sofreram um acidente, onde o ônibus, em que ambos estavam, foi atingido por um bonde. Alejandro não se machucou com gravidade, mas Frida teve fratura pélvica, perfuração no abdômen e no útero, fraturas na coluna vertebral, pé direito e clavícula, ficando um mês hospitalizada e vários meses em casa se recuperando, utilizando gesso pelo corpo e coletes ortopédicos. Acamada, Frida recorreu às cartas que escrevia e recebia de

Alejandro e aos quadros que pintava. Através das leituras, percebe-se que Frida desenvolveu um grande afeto por Alejandro, porém não foi correspondida da maneira que idealizava (Herrera, 2011).

Nas cartas, Frida perguntava recorrentemente se ele a amava tanto quanto ela o amava e quando iria visitá-la, pois tinha saudades de suas conversas. Contudo, de acordo com o livro de Herrera, Alejandro, em 1927, passou meses viajando pela Europa com o objetivo de esfriar o seu relacionamento com Frida, pois ele percebia sua possessividade e dependência em relação a ele. Mas, esse distanciamento, apenas serviu para aumentar, de certa forma, sua obsessão pelo rapaz. Frida pintou um autorretrato, mandou para Alejandro, pediu que colocasse a pintura em uma moldura e que a olhasse como se fosse a própria Frida (Herrera, 2011).

No entanto, em 1928, após retornar da viagem pela Europa, o namoro de Alejandro e Frida sucumbiu, pois o rapaz havia se apaixonado por uma amiga de Kahlo. Em uma carta, a pintora mexicana declarou que, agora mais do que nunca, ela havia percebido que ele não a amava mais e que não acreditava, mas tinha fé e no fundo ele sabia que ela o adorava. Além disso, ela mencionou que ele não era apenas uma coisa dela, mas tudo o que ela era, insubstituível. Depois do término com Alejandro, Frida iniciou um relacionamento com quem denominou de “Segundo Acidente”, seu marido, o muralista mexicano, Diego Rivera (Herrera, 2011).

## 1.2. FRIDA E DIEGO RIVERA

Em 1922, Diego Rivera havia sido contratado para pintar um mural no Anfiteatro Bolívar, na Escola Nacional Preparatória, onde Frida estudava. Na época, Rivera tinha trinta e seis anos e Kahlo, quinze. É relatado que Frida aprontava travessuras com o muralista e que gostava de observá-lo, sorrateiramente, trabalhando em seu andaime.

Em sua biografia, intitulada “Mi arte, mi vida: Una autobiografía”, de 1963, Diego relatou que, certa vez, uma menina, que aparentava ter 10 ou 12 anos, entrou no anfiteatro. De acordo com ele, a garota tinha dignidade, autoconfiança e, em seus olhos, ardia uma chama, além de ter uma beleza infantil e seios desenvolvidos. Essa menina era Frida (Herrera, 2011).

Há várias versões acerca do reencontro de Rivera e Kahlo. A versão mais aceita e a mais contada por Frida, pode ter acontecido no final de 1927 ou no início de 1928, após Frida se recuperar do acidente. Ela mostrava suas pinturas para amigos e conhecidos e, um deles, chamado Orozco, ficou admirado com o que viu e, de certa forma, isso a incentivou a levar os quadros para um homem que, de acordo com ela, conhecia apenas de vista, o muralista, Diego Rivera, que naquele ano ainda estava pintando o mural no Ministério da Educação. Assim que levou seus quadros e os mostrou a ele, imediatamente, Rivera reconheceu o talento de Frida (Herrera, 2011).

Mas, desde o princípio, a pintora relatava para Diego, que não tinha outros interesses, além da mentoria e do olhar técnico dele. Porém, Rivera relatou em sua biografia, que Frida se tornou o fato mais importante de sua vida e, depois das visitas que realizava à casa da família para analisar as pinturas da artista, começou a cortejá-la e ela aceitou sua investida amorosa. Não demorou para que o muralista começasse a retratar sua amada em suas artes, como no mural “Balada da Revolução Proletária”, no Ministério da Educação, em 1928. Frida também foi influenciada pelo estilo artístico de Rivera, elaborando algumas pinturas, como “Retrato de Cristina Kahlo” e o “Retrato de Agustín M. Olmedo”, ambas em 1928 (Herrera, 2011).

Assim, em 1929, Frida e Diego se casam. A princípio, Guillermo, pai de Frida, estava desacreditado, pois ele sabia da condição da filha e o quanto a saúde dela iria demandar cuidados para o resto da vida. Contudo, Rivera gozava de uma boa condição de vida e poderia pagar as despesas médicas de sua esposa, quando fosse necessário. No mesmo ano, Diego foi nomeado diretor da Academia de Belas Artes de San Carlos. Enquanto a carreira do marido ascendia, Frida não realizou trabalhos significativos nos primeiros meses de casada, visto que Diego era seu trabalho integral, já que o mesmo adoeceu de esgotamento físico devido às horas árduas de trabalho. No final de 1929, Rivera foi convidado pelo embaixador norte-americano no México, Dwight W. Morrow, para pintar um mural no Palácio Cortés em Cuernavaca (Herrera, 2011).

Frida, sentia-se sozinha, recorrendo, constantemente, às companhias de amigos e, chegando a ficar muito próxima de Lupe Marín, ex-esposa de Rivera. Em 1930, Kahlo sofreu o primeiro aborto e, em 1931, pintou o quadro “Frida e a cesariana” que acredita-se ser referente ao aborto sofrido no ano anterior. Em uma carta enviada a um amigo em 1932, Kahlo menciona que o médico havia relatado a possibilidade de ela poder ter filhos, se permanecesse em repouso absoluto e realizasse uma cesariana. Diego já tinha quatro filhos de relacionamentos anteriores. Não poder ter filhos não foi a única decepção de Frida, pois sempre surgiam boatos de casos extraconjugais de Diego. A pintora mexicana referia-se ao marido como o seu segundo acidente. Aos olhos dos observadores, Frida realizava mais a função maternal do que a conjugal (Herrera, 2011).

No final de 1930 o casal desembarcou em São Francisco, no estado da Califórnia. Diego foi incumbido de pintar murais na Bolsa de Valores e na Escola de Belas Artes, ambos em São Francisco. Nos primeiros dois meses, o casal saía para explorar a cidade, a fim de conhecer a cultura, para que Diego pudesse representá-la com mais propriedade em seus murais. Em decorrência da excessiva dedicação de Rivera ao trabalho, Frida sentia-se sozinha constantemente. Em sua estadia em São Francisco, a pintora fez amizade com um famoso cirurgião torácico especializado em cirurgias ósseas, chamado Leo Eloesser com quem Kahlo confidenciou várias cartas durante muitos anos e, como um gesto de amor e gratidão, Frida pintou o quadro “Retrato do dr. Leo Eloesser”, em 1931, mesmo período em que ficou confinada devido a um problema em seu pé (Herrera, 2011).

O casal retornou ao México e, posteriormente, à Nova York, onde foram homenageados em uma sucessão de festas e recepções. Frida escrevia para Eloesser e, em uma das cartas, a pintora relatava que estava cansada e que não tinha nada para fazer a não ser olhar e ficar entediada durante várias horas. Em outra carta, a pintora critica a alta sociedade de Nova York, a falta de apoio com os mais pobres e os gostos dos norte-americanos. Em 1932, o casal foi para Detroit, onde Rivera ficou encarregado de pintar mais murais. Frida continuava se correspondendo com o seu amigo, Eloesser, e relatava sua insatisfação com o lugar. Contudo, infere-se, que o descontentamento de Frida por Detroit deve-se ao fato de que ela estava grávida. Em uma carta, datada em 26 de maio de 1932, a pintora conta para Eloesser de sua gestação e lhe pede orientações, se ela deveria se submeter a uma cirurgia para retirar o feto ou



se ela deveria seguir com a gravidez, sem maiores complicações, caso tivesse um repouso absoluto e recorresse à uma cesariana (Herrera, 2011).

Frida perdeu seu segundo bebê em 4 de julho de 1932, depois de cinco dias, ela pintou um autorretrato “Hospital Henry Ford”, o local onde ficou internada. O desejo de Kahlo em se tornar mãe foi transferido para as duas filhas que Diego tinha com Lupe e para seus sobrinhos. Além disso, a pintora tinha vários animais de estimação, em especial, um macaco-aranha, chamado Fulang Chang, que foi retratado em cerca de oito quadros da artista. Após a segunda perda, Kahlo assumiu uma postura mais séria como pintora e realizou vários trabalhos. Ainda em Detroit, Frida recebeu uma carta informando que sua mãe estava com câncer em estágio avançado, no dia seguinte, ela e uma amiga, foram para o México. A pintora foi gradualmente se desvinculando do luto e retomando seus trabalhos (Herrera, 2011).

Porém, sua relação com Diego foi se tornando mais inconstante e diferente. O casal retornou para Nova York, em 1933, onde Rivera foi impedido de terminar seu mural no edifício Rockefeller Center. Pouco tempo depois, o muralista regressou com suas pinturas e iniciou um caso amoroso com uma de suas assistentes, chamada Louise Nevelson. Frida não estava bem de saúde, por isso não visitava o marido com tanta frequência no trabalho. Por saber que Kahlo, em caso de emergência, poderia contar com seus amigos, Rivera não demonstrava tanta preocupação com a esposa, retornando para casa após o amanhecer. Algumas vezes após horas árduas de trabalho ou depois de passar a noite com a amante. Porém, a pintora mexicana, sempre relatava a sua solidão e quanto estava triste e, algumas vezes, até implorava para alguém passar a noite em sua casa para não se sentir sozinha (Herrera, 2011).

A grande tensão entre o casal ocorreu por um conflito, pois Kahlo queria retornar para o México e Rivera, não. Diego gostava da adulação que recebia e de tudo que os Estados Unidos poderiam oferecer, mas a cada dia que passava, sua esposa se sentia mais solitária e infeliz no país. O casal retornou para o México no final de 1933. Diego queria duas casas separadas, que foram pintadas de azul e rosa, sendo a primeira de Frida. Poucos meses após o regresso, a pintora sentiu que as chances de iniciar uma vida nova e mais harmoniosa com o marido haviam acabado, pois Diego engatou um caso amoroso com sua cunhada mais nova, chamada Cristina. Porém, em 1934, a saúde Frida também vivia enfraquecida, chegando a ficar internada três vezes, uma devido ao

pé, outra para retirada do apêndice e a última por conta de outro aborto, sendo o terceiro que a pintora sofreu (Herrera, 2011).

Frida ficou abalada após descobrir o caso de Diego com sua irmã mais nova, porém não rompeu sua relação com nenhum dos dois. Naquele mesmo ano, Kahlo pintou o quadro “Umas facadinhas de nada”, que muitos estudiosos inferem que esteja vinculado à traição. Em 1935, a pintora saiu de casa e foi morar em um apartamento, pois queria fugir de Diego e ter sua própria vida. Posteriormente, ela e algumas amigas foram para Nova York. Embora, ela tenha deixado de lado o caso amoroso entre Diego e Cristina, Frida não esqueceu e fez mais duas pinturas que se referem ao momento doloroso. Essa mágoa fez com que a pintora se tornasse mais forte e mais independente, reafirmando sua vulnerabilidade (Herrera, 2011).

Contudo, não foi apenas Diego que mantinha casos extraconjugais. Frida se envolveu com vários homens e mulheres. Rivera tolerava e, às vezes, até incentivava os relacionamentos de Kahlo com as mulheres, mas com os homens, ele sentia ciúmes. Embora, ele acreditasse no amor livre para si, Diego não suportava os casos heterossexuais de sua esposa, com isso, Frida marcava encontros amorosos secretos na casa de sua irmã, Cristina. Dentre os casos extraconjugais mais famosos de Frida estão, o Leon Trotski, um político e revolucionário russo, que se refugiou no México, em 1937 e o fotógrafo nova-iorquino, Nickolas Muray, que durou quase uma década (Herrera, 2011).

O casamento de Frida e Diego sucumbiu em 1939 e o casal se divorciou. Kahlo produz vários quadros famosos, como “As duas Fridas” de 1939 e “Autorretrato de cabelo cortado” de 1940, este último demonstra como a pintora estava renunciando sua feminilidade e como o seu estado psíquico estava abalado após o divórcio. Pode-se inferir que Frida estava em um estado depressivo e abusando do consumo de álcool nesta época. Mas, no ano seguinte, o casal se casa novamente, contudo a relação continua conturbada, pois os casos extraconjugais não cessaram, as brigas continuaram e, além disso, Frida começou a apresentar pensamentos suicidas recorrentes. Em uma entrevista de 1952, Frida menciona que suportaria a dor de ser traída, mas não suportaria a dor de ser abandonada (Herrera, 2011).

Mesmo com a saúde de Frida se debilitando cada vez mais, Diego continuava trabalhando incessantemente em seus murais. Frida morreu uma semana após seu

aniversário, em 13 de julho de 1954. Em seu atestado de óbito consta, como causa da morte, embolia pulmonar, mas Rivera e outras pessoas próximas ao casal, não descartam a possibilidade de Frida ter cometido suicídio, já que a mesma atentou contra sua vida algumas vezes antes. Diego foi entrevistado, logo após o falecimento de Kahlo, e ele frisou a importância da esposa em sua vida e, também, mencionou o relacionamento nada saudável que ambos tiveram, reconhecendo o seu lado libertino e desagradável como parte de sua personalidade. Entre um divórcio e várias traições, o casal ficou juntos durante 25 anos (Herrera, 2011).

## 2. MÉTODO

Este estudo se caracterizou como uma Revisão de Literatura Integrativa, pois este método permite uma combinação de dados empíricos e teóricos que possibilitam o direcionamento para definição de conceitos, análise de problemas metodológicos e revisão de teorias e evidências de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão mais completa do fenômeno analisado. De acordo com Da Silva e Menezes (2005), uma revisão de literatura integrativa refere-se à fundamentação teórica que o pesquisador irá adotar para tratar o tema e o problema de pesquisa de maneira sistemática, ordenada e abrangente com o intuito de fornecer informações mais amplas sobre o tema.

Ademais, essa metodologia é uma síntese rigorosa de todas as pesquisas sobre um determinado tema e concentra-se principalmente em estudos experimentais, geralmente ensaios clínicos randomizados. Difere de outros métodos de revisão porque tenta superar possíveis vieses em cada etapa, seguindo um método rigoroso de busca e seleção de estudos; avaliação da relevância e validade dos estudos encontrados; coleta, síntese e interpretação de dados de pesquisa (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Para elaborar uma revisão de literatura é recomendado que se adote a metodologia de pesquisa bibliográfica. Pesquisa Bibliográfica é aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de artigos. Logo, esta pesquisa buscou identificar, coletar e analisar as contribuições científicas publicadas sobre os temas, dependência emocional e submissão dentro do contexto de relacionamentos amorosos vinculados, à história da pintora mexicana, Frida Kahlo e de seu marido, Diego Rivera,

com implicações acerca da teoria psicanalítica e suas contribuições e as limitações para essa temática (Da Silva & Menezes, 2005).

## 2.1. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Como critério de inclusão foram selecionados artigos originais, no idioma português, no espaço temporal de 2019 a 2023 que auxiliaram na investigação das possíveis explicações para a dependência emocional e a submissão afetiva que estiveram presentes nos relacionamentos de Frida Kahlo com Alejandro Gómez Arias e, posteriormente, com Diego Rivera, apresentando interseções com a teoria psicanalítica para melhor entendimento da temática. Esta fase caracterizou-se pela definição dos critérios para a busca dos estudos que envolveram temas, como dependência emocional no relacionamento amoroso; Frida Kahlo e Diego Rivera; submissão feminina e Psicanálise. Para o procedimento de coleta, foi utilizada a base de dados Google Acadêmico e Repositório PUC-SP.

Logo, este recorte temporal foi determinado por acreditar-se que o período proposto tenha mais impacto e seja mais afetado pelos desafios e estigmas tecnológicos, além de uma visão mais ampla sobre o tema que pode ser discutido hoje de novas maneiras, a partir do aparato tecnológico mais atual. Os descritores estabelecidos para a coleta de dados foram divididos em um grupo, descritores na língua portuguesa, que foram: dependência emocional AND Frida Kahlo AND Psicanálise (Kohn & Moraes, 2007).

Assim sendo, foram identificados 228 estudos, tal como, a distribuição das pesquisas encontradas na base de dados que foram apresentados na (Tabela 1) a seguir.

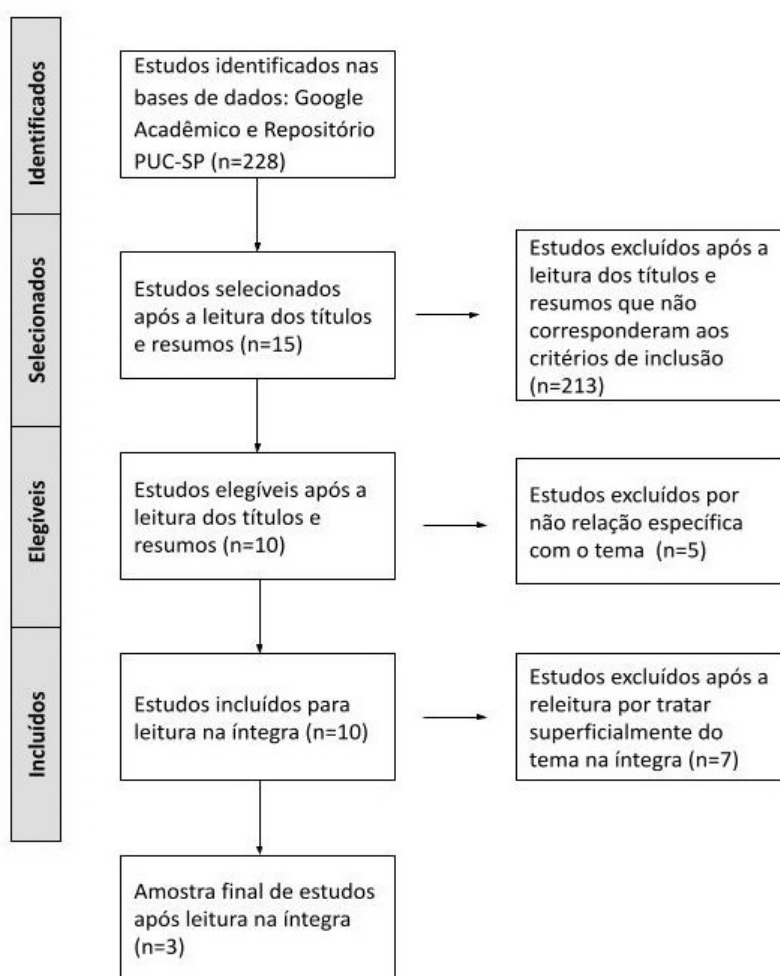
Tabela 1 - Número de estudos identificados nas bases de dados (n = 228), selecionados nos critérios de coleta da revisão integrativa.

Base de dados	Números de estudos (n= 228)
Google Acadêmico	218
Repositório PUC-SP	10

Fonte: Autoria própria

A busca inicial ocorreu de forma independente através da leitura de títulos e resumos nas bases de dados utilizando os descritores pré-estabelecidos, foram pré-selecionados 10 estudos para leitura na íntegra. Estudos, que não atenderam aos critérios de inclusão (duplicados e que não correspondem aos objetivos específicos da pesquisa) foram descartados e os demais reorganizados para leitura. Todo processo foi realizado entre os dias 29 de novembro a 7 de fevereiro. Assim sendo, a amostra final foi de 3 estudos. A estratégia de busca utilizada na base de dados tal como, os motivos de exclusão foram apresentados no fluxograma (Figura 1) a seguir.

Figura 1- Fluxograma de seleção de artigos sobre a temática.



Fonte: Autoria própria

### 3. RESULTADOS

Através dos materiais bibliográficos encontrados no espaço temporal de 2019 a 2023, no idioma português, foram realizadas análise das contribuições de cada estudo. A Tabela 2, respectivamente, apresenta as publicações que foram utilizadas nesta

revisão de literatura integrativa. Cabe ressaltar que o baixo número de estudos para a amostra final em comparação aos que foram encontrados nas bases de dados foram em decorrência da falta de relação específica com a temática, por retratar o assunto de forma superficial e por ter ausência do conteúdo principal desta pesquisa.

Tabela 2 - Distribuição dos artigos incluídos na revisão de literatura integrativa, de acordo com os autores, títulos, ano e local de publicação.

<b>Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
Juliana Souza de Oliveira	Frida Kahlo: Feminino e feminismos na vida e na obra da artista mexicana	2019	Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
Márcia Natália Brandão Costa	A representação da dor na obra de Frida Kahlo: Uma análise interpretativa a partir do retrato da dor	2019	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP
Luciana de Alarcão Cruz	A importância do conceito de sublimação para a clínica psicanalítica	2023	Faculdade Metropolitana de Anápolis, FAMA

Fonte: Autoria própria

O estudo, intitulado “Frida Kahlo: Feminino e feminismos na vida e na obra da artista mexicana”, da autora Juliana Souza de Oliveira, de 2019, foi retratado que Frida era reconhecida, apenas, como esposa de Diego Rivera, de modo que a pintora, ao longo do relacionamento, viveu à sombra do marido. Mas, após se divorciarem, Frida desenvolveu sua independência artística, pessoal e autonomia financeira, sendo esse

período considerado o mais produtivo da pintora. Enquanto estava separada de Diego, Frida fortaleceu suas amizades e também criou mais relações interpessoais. Em uma carta, de 1939, para um amigo, Frida declarou que enquanto vivesse, nunca aceitaria dinheiro de nenhum homem. Mas, o período em que ficaram separados também foi o motivo de profundo desequilíbrio emocional para Frida.

Diego amava e, ao mesmo tempo, retalhava Frida. Esse sentimento de amor e ódio foi mais desenvolvido na teoria de Melanie Klein. Nessa teoria, Klein (1957), que relatou acerca dos sentimentos ambivalentes que o bebê desenvolve sobre o seio da mãe. O seio bom, que representa o impulso de vida, ao passo, que o seio mau, simboliza o impulso de morte. Enquanto, não houver a percepção de que ambas as partes compõem o mesmo todo, o bebê não irá se integrar e não desenvolverá uma visão mais amadurecida e realista do outro. Assim que o bebê passa a tolerar essas emoções disfuncionais, o sentimento de culpa e medo de perder o amor do outro emergem, Klein denomina essa fase como Posição Depressiva. Ao longo do relacionamento de Frida e Diego, se fez presente esses aspectos controversos, oscilando entre amor e ódio.

Juliana também abordou sobre a liberdade que Diego vivenciava dentro do casamento, sendo incapaz de ser fiel à uma única mulher. Além disso, destacou que o relacionamento de Frida e Diego foi conturbado e abusivo, pois o muralista apresentou comportamentos machistas com Frida em relação aos casos heterossexuais da pintora, sendo que o mesmo se proclamava liberal. A última exposição de Frida e, a primeira individual no México, ocorreu em 1953, e ela pôde assumir sua magnitude artística e reconhecer sua contribuição para a arte mexicana, provando que não era apenas a esposa de Diego, mas sim, Frida Kahlo. A autora abordou acerca da discriminação que Frida sofreu por ser uma artista mulher e ativamente envolvida com a política revolucionária, ao passo que Diego nunca sofreu discriminação, pois, esse universo era tomado e liderado por homens.

Ademais, Juliana ainda discorreu sobre o quadro “As duas Fridas”, de 1939, e em uma delas, foi retratado Diego, ainda criança, na altura do útero da pintora, sugerindo uma relação maternal. De acordo com Andréa Kettenmann, autora do livro “Frida Kahlo 1907-1954: Dor e Paixão”, de 1994, em decorrência da impossibilidade de ter filhos, Frida transferia para Diego o papel de filho, a criança que ela tanto queria, mas

não conseguiu ter e, assim, assumia uma função maternal para com o próprio marido, que, de certa forma, consentiu e reforçou essa atitude da esposa.

No segundo estudo intitulado “A representação da dor na obra de Frida Kahlo: Uma análise interpretativa a partir do retrato da dor”, da autora Márcia Natália Brandão Costa, de 2019, foi inferido que Frida conviveu com a dor ao longo de sua curta vida. Mas, de acordo com Kahlo, a pior dor que enfrentou foi sua relação amorosa com Diego, o declarando como seu segundo acidente. A infidelidade persistente de Diego foi a causa de muito sofrimento para Frida, principalmente, quando descobriu que Diego e sua irmã, Cristina, estavam tendo um caso. Especialistas e estudiosos inferem que o quadro “Umas facadinhas de nada”, de 1935, retratou o sentimento da descoberta da traição. Frida utilizou da pintura como um recurso e um mecanismo de cura ao longo de sua vida. Uma forma do inconsciente usa para amenizar a dor, a angústia, a frustração, entre outros (Freud, 1905)

O último estudo intitulado, “A importância do conceito de sublimação para a clínica psicanalítica”, de 2023, da autora Luciana de Alarcão Cruz, foi compreendido que Frida não retratou apenas sua paixão por Diego em suas obras, mas todo o seu sofrimento, como o acidente, seu casamento e, principalmente, seus abortos. Além disso, a autora relacionou a sublimação como uma transformação do sofrimento. Não apenas alterando esse sentimento, mas estabelecendo uma relação com esse objeto de forma funcional para o sujeito. Na obra, “Três Ensaios sobre a Sexualidade”, de 1905, Freud retratou a sublimação como um mecanismo que transforma algum desejo ou energia inconsciente em determinados impulsos que geram atitudes aceitas e úteis pela sociedade.

Logo, Kahlo utilizou de seus mecanismos para expressar toda sua angústia e dor em relação ao seu acidente, à morte, aos abortos e, principalmente, ao seu casamento com Diego, e as transformou em arte. Assim, a pintora relatou que, apenas, representava sua realidade e, por isso, não se considerava uma artista surrealista que pintava ficções. Logo, pode-se inferir que o período de mais atividade artística de Frida, que foi em seu divórcio, foi uma forma de descarregar suas pulsões em uma atividade que gerasse menos tensão interna.



## 4. DISCUSSÃO

A Psicanálise desenvolveu uma grande importância no início do século XX em decorrência aos estudos sobre a sexualidade e o amor e, além disso, por ser uma teoria que valoriza questões sociais e históricas e, ao mesmo tempo, em que contempla algo estrutural e atemporal ao ser humano, o inconsciente. Mas, no que se trata à temática acerca de dependência emocional, Winnicott no texto de 1949, intitulado "*Birth Memories, Birth Trauma, and Anxiety*", relata que o trauma do nascimento está inserido no processo de amadurecimento do indivíduo e poderá ter seus efeitos atenuados ou potencializados pelos cuidados ambientais subsequentes. Tendo isso em vista, sabe-se que a primeira infância de Frida Kahlo foi acarretada pela poliomielite, que a deixou com a perna direita menor e mais fina que a esquerda e, por diversas vezes, ter sofrido com piadas por parte de outras pessoas devido à isso, além de conviver com as crises epiléticas do pai e o fanatismo da mãe.

A teoria de Winnicott acerca do amadurecimento pessoal pode auxiliar para o entendimento sobre a dependência emocional. O autor relata a tendência inata ao amadurecimento vinculado a um ambiente facilitador, como o núcleo familiar, que forneça cuidados suficientemente bons para que o indivíduo se desenvolva plenamente (Winnicott, 1979/1982). No caso de Frida, em decorrência da depressão pós-parto de sua mãe e, posteriormente, da chegada de sua irmã mais nova, Cristina, o sentimento de abandono de Frida pode ter se intensificado. A ausência e o desamparo materno possibilitam um atraso na dependência da criança em relação à sua rede de apoio emocional e, isso, foi percebido ao longo da história da pintora mexicana.

Para Winnicott é importante que o indivíduo tenha esse contato físico e afetivo durante a infância com a sua primeira figura de amor, que, geralmente, se conhece pela díade mãe-filho e, assim, através dessa vivência, o bebê pode se integrar concebendo o objeto, que anteriormente era subjetivo, em objetivo. Caso a integração não se realize, o indivíduo permanecerá nessa subjetividade, onde será imposto ao outro a função de realizar suas necessidades pulsionais, por exemplo, as idealizações de um parceiro amoroso perfeito (Winnicott, 1979/1982). Tendo isso em vista, percebe-se, ao longo da história e dos trabalhos da pintora, um lado mais subjetivo que foi representado de acordo com seus sentimentos e emoções. Essa face subjetiva de Frida, que foi

apresentada em cartas, biografias e relatos de familiares e amigos, não era uma realidade tratada como ela era, mas sim cheia de idealizações.

Essa realidade carregada de idealizações também pode ser vista nas pinturas de Frida, como nos quadros “Autorretrato como tehuana”, de 1943 e “Diego e eu” de 1949, onde há uma supervalorização de Rivera como o centro de todos os pensamentos de Kahlo e em “O sonho” de 1940, em que revela a relação da pintora com a ideia da morte, como se o universo onírico de Frida sempre se fundisse ao fim da vida. O quadro “Sem esperança”, de 1945 e “O pequeno cervo”, de 1946, também se remetem à essa temática de perecimento, que podem estar atreladas com os pensamentos suicidas da pintora, além de seus escritos e desenhos em seu diário que são provas de como o estado mental de Frida, em seus últimos anos de vida, não demonstrava está em uma condição saudável.

Freud (1910) elaborou sobre o amor, referindo-se ao amor como um estado que o sujeito atinge quando se sente igual à outra pessoa por quem se apaixonou. Contudo, há um grande investimento de energia nesse objeto de amor e pouco no próprio sujeito. Para Freud, o fundador da psicanálise, os indivíduos transferem nas relações amorosas seus investimentos objetais infantis, que estão no cerne nos modos de nos relacionarmos. Na história de Frida, foi observado esse comportamento em seu relacionamento com Alejandro, em que a pintora suplicava em suas cartas para que o mesmo fosse vê-la, pois estava com saudades. Ainda que Alejandro não fosse, ela insistia e até pintou um autorretrato, pediu que colocasse a pintura em uma moldura e que a olhasse como se fosse a própria Frida.

Já com Diego, a dependência emocional de Frida foi mais intensa. A pintora buscava a fidelidade e lealdade dentro de seus próprios termos e idealizações, enquanto Rivera desejava uma vida de solteiro dentro do conforto de um casamento. Logo, as necessidades de um não complementavam as do outro, pois Frida ansiava pelo emocional e Diego, pela luxúria. O psicólogo Jeffrey Young (2008), desenvolvedor da Terapia do Esquema, em sua teoria relata que as demandas das necessidades emocionais não supridas na infância se tornam padrões de comportamentos disfuncionais e até autodestrutivos na fase adulta. Assim, um ambiente familiar saudável, principalmente na infância, influencia no modo como esse indivíduo irá enfrentar as situações do dia a dia.

Além disso, mesmo que ambos possuíssem desejos antagônicos, ainda havia uma relação simbiótica, uma interdependência, em que os dois depositavam um no outro emoções intensas. Frida e Diego não obtinham recursos psíquicos para sintetizarem e elaborarem sobre essa demanda. Segundo, Erich Fromm (1990), a união simbiótica assume atitudes de dependência, passividade e submissão, o que gera falta de identidade, de autonomia e de liberdade. Características que se fizeram presentes ao longo do casamento de Kahlo e Rivera. A sujeição pode levar ao conformismo, logo, ao decorrer da história do casal, percebeu-se que Frida, constantemente, aceitava uma situação incômoda e desagradável, apenas, para fugir da solidão, que era um mal maior a ser evitado por ela.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das informações obtidas acerca da temática, pôde-se concluir que os relacionamentos de Frida Kahlo com Alejandro Gómez Arias e, principalmente, com Diego Rivera, que foram relações amorosas de grande impacto em sua vida, apresentaram uma grande dependência emocional e submissão afetiva por parte de Kahlo. Ao analisar o livro de Hayden Herrera, percebeu-se que a pintora mexicana demandava uma busca constante de aprovação, de validação e de segurança em seus vínculos amorosos, porém, essa exigência inconsciente era ainda mais forte, devido à sua submissão afetiva em seu casamento, como se para Frida, Diego fosse uma superioridade e, por isso, ela deveria se submeter aos caprichos impostos à ela, como aceitar os casos extraconjugais dele (Herrera, 2011).

Ao analisar os três estudos, percebeu-se que tanto no relacionamento com Alejandro quanto com Diego, Frida exigia ser suprida afetivamente, porém ambos não tinham maturidade emocional para lidar com essa situação. Mas, no caso de Diego, sua demanda era oposta à de Frida, já que o mesmo se entregava imoderadamente aos prazeres sexuais em casos extraconjugais. Ademais, em um dos estudos, foi mencionado atitudes machistas por parte de Rivera, em que ele não aceitava os casos extraconjugais heterossexuais de Frida, apresentando resistência e crises de ciúmes. Contudo, quando questionado por Kahlo acerca das traições, Diego mencionava que era parte de sua natureza, sendo incapaz de ser um homem de uma mulher só.

Além disso, Frida, em uma entrevista à uma estudante de Psicologia, Olga Campos em 1952, Kahlo relata que conseguiria suportar a ideia de ser traída, mas não de ser abandonada. Logo, através desse relato, pode-se inferir que Frida apresentava sintomas da Neurose de Abandono. O termo foi desenvolvido pela psicóloga e psicanalista suíça Germaine Guex, em 1973, onde a autora enfatiza que há um sentimento de abandono que permanece presa à satisfação pré-genital e, quando a pessoa chega ao prazer genital, o investimento no objeto é mais afetivo do que sexual, ou seja, o indivíduo vive tardiamente o Complexo de Édipo. Ou seja, o indivíduo apresenta um medo constante de que será abandonado e trocado por outra pessoa. E, assim, a pessoa permanece na díade entre a primeira infância e sua idade real, uma hora se comporta igual à uma criança e na outra como adulto (Guex, 1973).

Outro aspecto característico no relacionamento de Frida e Diego foi a solidão a dois, tanto fisicamente quanto emocionalmente e, ambas afetaram de forma significativa a saúde de Kahlo. Deduziu-se que, enquanto estavam juntos, havia uma ausência emocional por

parte de Diego e, quando separados, a solidão física era a fiel companheira de Frida. Em vários momentos, a pintora relatava em suas cartas o sentimento de solidão que sentia e o desejo de retornar para o México. Para Andrade e Tavares (2019), a solidão está associada aos sentimentos de abandono, de isolamento e melancolia, todos associados à ausência de conexões eficientes ligando um indivíduo aos outros. Logo, além das dores físicas decorrentes do acidente que sofreu, Frida também apresentava sintomas emocionais advindos do relacionamento disfuncional com Diego, o que pode ter agravado sua saúde física.

Assim, como forma de aliviar seus sintomas físicos e emocionais, Frida recorria a arte, uma maneira de dar curso aos seus sentimentos. Através da análise de sua história e de suas obras, percebeu-se que Kahlo teve que renunciar seus desejos, como o de ser mãe, mas, o seu maior desejo era ter Diego somente para si, contudo teve que dividi-lo com outras mulheres. O sofrimento foi transformado em prazer, pelo fato da pintora ter trabalhado o real e, assim, ressignificando sua dor através de suas pinturas e seus escritos, trazendo uma nova reestruturação e atenuando seus sintomas. Porém, não todos os sintomas que serão sublimados, logo, Frida ainda convivia com suas angústias e anseios, o que a acompanharam até a morte.

Por último, outro aspecto interessante de ser analisado é a personalidade de Diego Rivera. Através da leitura da história do casal, pôde-se identificar uma desordem na personalidade do muralista, chamado de Transtorno de Personalidade Narcisista, em que se apresentava preocupação em ser grandioso; dependência de afeto e amor do outro, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma indiferença com a necessidade do outro; busca incansável pelas próprias necessidades sem se preocupar com as do próximo; entre outros. Esses aspectos influenciaram significativamente o relacionamento de Rivera e Kahlo, pois, enquanto um necessitava ser o centro das atenções e receber todo o reconhecimento, o outro ansiava por afeto, mas não o recebia da maneira que idealizava (Costa, D. *et al.*, 2023).

## REFERÊNCIAS

- Adolpho, M. S. *A dependência emocional em casais: O amor que aprisiona*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Faculdade Integrada de Santa Maria, 2017. Orientador: Luciane Benvegnú Piccoloto.
- Andrade, D.; Tavares, M. *Dossiê: Retratos sobre a solteirice e os desafios para os feminismos*. *Revista Feminismos*, 2019. 7(1), 51-52.
- Bution, D. C.; Wechsler, A. M. *Dependência emocional: uma revisão sistemática da literatura*. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 2016. 7(1), 77-101.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072016000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000100006&lng=pt&tlng=pt)
- Costa, D., Chaves, D.; Miranda, O. A INFLUÊNCIA DAS IDEALIZAÇÕES NARCÍCAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES. *Episteme Transversalis*, 2023 14(3), 246-257.  
<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/3045>
- Costa, M. N. B. *A representação da dor na obra de Frida Kahlo: uma análise interpretativa a partir do retrato da dor*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- Cruz, L. A. *A importância do conceito de sublimação para a clínica psicanalítica*. Faculdade Metropolitana de Anápolis, FAMA, 2023
- Da Silva, E. L.; Menezes, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. UFSC, Florianópolis, 2005, 4a. edição, 123.
- Freud, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. ESB. Rio de Janeiro: Imago, v.VII, 1905. cap.I, p.157-158.

- Freud, S. "*Über einen besonderen Typus der Objektwahl beim Manne*", v. 5, 1910, p.185-195. Froom, E. *A arte de amar*. 1990 Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- Guex, G. *A Síndrome de Abandono*. 165 p. 2ª Edição, Editora Record; 1973; Rio de Janeiro, RJ; páginas 11, 37, 38, 58 e 126.
- Herrera, H. *Frida: A biografia*. 2011. São Paulo: Globo.
- Kittenmann, A. *Frida Kahlo 1907 – 1954: Dor e Paixão*. 1994 Colônia (Alemanha): Benedikt Taschen.
- Klein, M. "*Inveja e gratidão*", v.III, 1957, p.205-267.
- Kohn, K.; Moraes, C. D. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. 2007. In *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (Vol. 30, No. 3, pp. 1-13). Sn.
- Oliveira, J. S. *Frida Kahlo: feminino e feminismos na vida e na obra da artista mexicana*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- Souza, M. T. de .; Silva, M. D. da .; Carvalho, R. de. *Integrative review: what is it? How to do it?. Einstein (São Paulo)*, 2010, 8(1), 102–106.
- Winnicott, D. W. Birth Memories, Birth Trauma, and Anxiety. 1949. In D. W. Winnicott, *Through Paediatrics to Psycho-Analysis*. New York: Basic Books, 1975.
- Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação* (ICS Ortiz, Trad.). 1982 Porto Alegre: ArteMed.(Trabalho original publicado em 1979).
- Young, J. *Terapia do Esquema Guia de Técnicas Cognitivo-Comportamentais inovadoras*. 2008, Porto Alegre: Ar.

# CAPÍTULO IV

## O QUE AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES (PPCS) DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL TÊM A DIZER SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES?

### WHAT DO THE CURRICULAR PEDAGOGICAL PROPOSALS (PPCS) OF PSYCHOLOGY COURSES IN MATO GROSSO DO SUL HAVE TO SAY ABOUT GENDER AND SEXUALITIES?

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-4

Bruna Torrecilha Cessel<sup>1</sup>  
Esmael Alves de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pesquisadora do Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Graduado em Filosofia (Ufam) e Psicologia (UFGD), Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), Docente dos cursos de Graduação em Ciências Sociais e Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGPs) e Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), dentro da linha de pesquisa Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais, vinculada ao Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade.

#### RESUMO

A análise sobre a temática de gênero e sexualidades dentro das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Psicologia do Estado de Mato Grosso do Sul se justifica pela necessidade de compreender os aspectos ético-políticos que têm constituído a formação de futuros profissionais para a promoção de uma perspectiva inclusiva e de práticas profissionais abertas às diferenças. Quando se entende que tanto o gênero quanto a(s) sexualidade(s) são discursos produzidos pelo imaginário social, onde a linguagem tem efeito de produção de “verdade” e realidade, a análise da composição curricular de 5 PPCs de cursos de graduação em Psicologia da região nos ajudam a compreender os avanços e as lacunas quanto a uma formação crítica e sensível aos direitos sociais, humanos e políticos das minorias sexuais e de gênero. Afinal, o que os componentes curriculares, as bibliografias utilizadas, as presenças e ausências, revelam sobre normatividades e conservadorismos? Inspirando-nos no campo de estudos sobre gênero e sexualidades, pensamos presenças e ausências como efeitos de poder. Concluímos que, embora, em sua maioria, os PPCs cumpram as orientações legais que

regulam o funcionamento dos cursos de graduação em Psicologia no país, não apresentam necessariamente uma alteração ou ruptura com os dispositivos normativos quanto aos debates sobre diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Psicologia. Proposta Pedagógica Curricular.

#### ABSTRACT

The analysis of the theme of gender and sexualities within the Curricular Pedagogical Proposals (PPCs) of Psychology courses in the State of Mato Grosso do Sul is justified by the need to understand the ethical-political aspects that have constituted the training of future professionals for promotion from an inclusive perspective and professional practices open to differences. When it is understood that both gender and sexuality(ies) are discourses produced by the social imaginary, where language has the effect of producing “truth” and reality, the analysis of the curricular composition of 5 PPCs of undergraduate courses in Psychology in the region helps us understand the advances and gaps in critical and sensitive training regarding the social, human and

political rights of sexual and gender minorities. After all, what do the curricular components, the bibliographies used, the presences and absences, reveal about norms and conservatism? Drawing inspiration from the field of studies on gender and sexualities, we think of presences and absences as effects of power. We conclude that, although, for the most part, PPCs comply with the legal guidelines

that regulate the operation of undergraduate Psychology courses in the country, they do not necessarily present a change or rupture with the normative provisions regarding debates on sexual diversity.

**Keywords:** Gender. Sexuality. Psychology. Curricular Pedagogical Proposal.

## 1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre gênero e sexualidade é pensar sobre os modos como a diferença é socialmente produzida e significada (Foucault, 1988; Laqueur, 2001; Louro, 2000). No campo dos estudos de gênero e sexualidades, diversas autoras e autores evidenciam como homens e mulheres, seus corpos, seus desejos, foram significados de modos diferenciados (Zanello, 2022; Piscitelli, 2009).

Michel Foucault, em sua obra “História da Sexualidade I - A Vontade de Saber” (1988), oferece uma análise profunda e crítica das formas como a sexualidade tem sido historicamente tratada e controlada pelas sociedades ocidentais. O conceito de dispositivo de sexualidade é central nesta análise, proporcionando uma compreensão complexa das estratégias e dos mecanismos pelos quais a sexualidade é normatizada e regulada.

Um dos principais pontos de partida de Foucault para pensar o dispositivo de sexualidade é a crítica à chamada hipótese repressiva, que sugere que, desde o século XVII, especialmente na era vitoriana, a sexualidade tem sido sistematicamente reprimida pelas instituições sociais, políticas e religiosas. Segundo essa visão, o discurso sobre o sexo teria sido silenciado, e a prática sexual limitada ao âmbito da procriação e ao casamento heterossexual.

Foucault (1988), no entanto, desafia essa visão simplista ao argumentar que, longe de ser reprimida, a sexualidade foi, na verdade, objeto de uma proliferação discursiva sem precedentes. Ele aponta que, a partir do século XVII, houve um aumento notável no discurso sobre o sexo, com a emergência de uma série de práticas e instituições que buscavam investigar, categorizar e controlar a sexualidade. Isso incluiu desde a confissão religiosa até as ciências médicas e psicológicas.



Segundo o autor (Foucault, 1988), tal proliferação discursiva seria um dos efeitos do dispositivo de sexualidade. Foucault define dispositivo como um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, regulamentações e práticas sociais que se articulam em torno de um problema específico. No caso da sexualidade, o dispositivo engloba as práticas e os discursos que surgem para abordar, controlar e normatizar o comportamento sexual.

Dentro desse dispositivo, a sexualidade não é simplesmente reprimida, mas é constantemente tematizada, discutida e analisada. O que ocorre, então, é um deslocamento do poder de uma repressão explícita para uma forma de controle mais difusa e capilar, em que a própria produção de conhecimento sobre o sexo se torna uma forma de controle.

Os efeitos biopolíticos dessa proliferação discursiva sobre a sexualidade são profundos. Foucault introduz o conceito de biopolítica para descrever como o poder moderno se exerce não apenas sobre os territórios e os sujeitos, mas diretamente sobre a vida biológica das populações. No caso da sexualidade, isso se traduz na gestão e no controle dos corpos e dos comportamentos sexuais.

A biopolítica da sexualidade se manifesta em várias frentes: na medicalização dos comportamentos sexuais, na patologização de determinadas práticas e identidades, e na normatização dos corpos através de políticas públicas e intervenções sanitárias. Essas práticas biopolíticas não apenas regulam a sexualidade, mas também produzem sujeitos sexuados conforme normas específicas de saúde, moralidade e comportamento.

Tomando a noção de dispositivo de sexualidade como disparadora, nos debruçamos sobre o mapeamento das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Psicologia existentes no Estado de Mato Grosso do Sul. Após realizar o levantamento sobre o número de cursos de graduação existentes no estado e em funcionamento, constatamos a existência de 11 cursos – distribuídos entre universidades públicas e privadas. Desse total, conseguimos o acesso a 5 PPCs. A pesquisa faz parte da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic) pela primeira autora, orientada pelo segundo autor, e está articulada ao projeto “Diálogos entre antropologia e Psicologia na fronteira: teorias, métodos e problemas de pesquisa”, coordenado pelo segundo autor.

Utilizando-nos da análise do discurso, de inspiração foucaultiana, buscamos pensar as presenças e as ausências nos PPCs como uma materialidade discursiva. Conforme Foucault (1996), o discurso seria não apenas um conjunto de palavras ou textos, mas práticas sociais que produzem e regulam o conhecimento. Os discursos são conjuntos de declarações que sistematicamente constroem os objetos de que falam. Eles não descrevem simplesmente o mundo, eles o moldam.

Assim, com Foucault e a partir dele, fomos interpelados a refletir sobre as formas sutis e capilares de poder que permeiam nossas vidas e a questionar as formas como somos constantemente moldados por discursos e práticas que, muitas vezes, passam despercebidos. Afinal, o que a análise dos PPCs nos diz sobre os modos como o poder se exerce sobre os corpos e as sexualidades dissidentes e/ou minoritárias?

Para fins de organização de nosso pensamento, o presente artigo está organizado em três partes. Na primeira, apresentamos os pressupostos que regem a elaboração das Propostas Pedagógicas Curriculares em Psicologia e sua dimensão de tecnologia pedagógica. Na segunda, apresentamos nossos achados de pesquisa com relação a análise dos PPCs. Por fim, finalizamos apontando a importância de uma formação crítica em Psicologia, uma formação que esteja aberta e sensível às temáticas de gênero e sexualidades e às diferenças.

## 2. AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES - PPC

A maioria das editoras e periódicos (assim como a Amplla) utilizam a licença Creative Commons (CC). A autora Kramer (1997) define proposta pedagógica como um caminho. Para ela, toda proposta conta uma história, de um lugar, que contém uma pergunta e uma busca por uma resposta. Além disso, é importante ressaltar que as propostas pedagógicas expressam desejo e vontade política em formato de busca de um caminho a ser percorrido, objetivos a serem alcançados, estratégias a serem adotadas e prioridades. Nesse sentido, os PPCs, enquanto currículo, se constituem como uma tecnologia pedagógica (Caetano, 2016). Ao compreender o currículo como uma tecnologia pedagógica, conforme sinaliza o pesquisador Marcio Caetano (2016), “[entendemos] que, significados na cultura e obedecendo a certa lógica de planejamento, constroem, ensinam e regulam as performatividades, produzindo

subjetividades e arquitetando formas e configurações de estar e viver na escola [e na universidade] e, mais amplamente, na sociedade” (2016, p. 38 – acréscimos nossos).

Nesse sentido, é possível analisar a importância de estudar as propostas pedagógicas dos cursos de Psicologia da região, pois elas dizem qual caminho a instituição deseja percorrer quanto ao processo formativo de discentes e, ainda, quais caminhos deseja evitar. Afinal, nesse percurso alicerçado em redes de saber-poder, seriam as temáticas de gênero e sexualidade(s) um percurso a ser feito ou algo a ser evitado?

A legislação brasileira, em sua Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), também chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê a fundamentação das PPCs na educação superior, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades, aperfeiçoamento cultural, técnico e científico do indivíduo, e, ainda, ressalta que as propostas sejam inovadoras em busca da formação de profissionais melhor capacitados para a sociedade.

No caso da formação em Psicologia, o Ministério da Educação (MEC), a partir do trabalho da Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia, apresenta um documento que direciona como devem ser as PPCs dos cursos de Psicologia do país. Esse documento apresenta uma nova concepção de como as propostas devem se basear. De acordo com a resolução, é preciso que as PPCs busquem fundamentar-se em habilidades e competências profissionais, já que as anteriores se baseavam em conteúdos e disciplinas. Essa mudança traz para o profissional da Psicologia uma atuação mais ética e eficaz, baseada nos avanços científicos e profissionais da área. O documento explicita a importância dos estágios supervisionados, mas não comenta temas como gênero e sexualidade em seu conteúdo (CFP, 1999).

### **3. ANÁLISE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES**

No Estado de Mato Grosso do Sul existem seis instituições que oferecem o curso de Psicologia, sendo três delas particulares (UCDB, Unigran, Uniderp/Anhanguera) e três públicas (UFGD, UFMS e Uems). Para o acesso aos PPCs, buscou-se inicialmente informações nos sites das próprias instituições de ensino, e, quando não encontradas, foi solicitado via e-mail, com a apresentação da proposta da pesquisa e das credenciais institucionais das pessoas autoras, o acesso aos respectivos PPCs.

Importante ressaltar que somente as PPCs das universidades públicas (estaduais e federais) estavam disponíveis – sendo que uma das universidades públicas disponibilizava o PPC apenas do curso do campus da capital, estando ausente na página da instituição o PPC do campus do interior. No que se refere às universidades ou instituições privadas, tal documento não estava disponível para livre acesso ou consulta. Assim, as propostas pedagógicas encontradas, e que farão parte da análise deste estudo, são cinco e se referem apenas às universidades públicas: Uems - campus Campo Grande; UFGD - campus Dourados; UFMS - campi Campo Grande, Corumbá e Paranaíba.

Conforme tabela nº 1, é possível observar que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) disponibilizou o acesso para todos os cursos de Psicologia de todos os seus campi, assim como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems) disponibilizou o acesso apenas do PPC do campus de Campo Grande, ficando de fora as informações sobre o curso de Psicologia do campus do interior (Coxim).

Tabela 1 - Propostas Pedagógicas Curriculares acessadas

<b>Proposta Pedagógica Curricular - PPC</b>			
<b>Universidade</b>	<b>Campus</b>	<b>Tipo</b>	<b>Acessado</b>
Uems	Campo Grande	Pública	Sim
	Coxim	Pública	Não
UFMS	Campo Grande	Pública	Sim
	Corumbá	Pública	Sim
	Paranaíba	Pública	Sim
UFGD	Dourados	Pública	Sim
AEMS	Três Lagoas	Privada	Não
UCDB	Campo Grande	Privada	Não
Uniderp/Anhanguera	Campo Grande	Privada	Não
Unigran	Campo Grande	Privada	Não
	Dourados	Privada	Não

Fonte: Autoria própria.

No que se refere a presença dos termos gênero e sexualidade presentes nos PPCs encontrados, observa-se, conforme a tabela 2, a existência de uma diferença bastante significativa mesmo dentro de uma mesma instituição.

Tabela 2 – Presença de termos “gênero” e “sexualidade”

Número de Palavras-chave			
Universidade	Campus	Quantidade de palavras	
		Gênero	Sexualidade
Uems	Campo Grande	4	2
UFGD	Dourados	19	7
UFMS	Campo Grande	21	11
	Corumbá	8	3
	Paranaíba	15	10

Fonte: Autoria própria.

Neste contexto, observa-se que a UFMS apresenta maior presença das palavras-chave gênero e sexualidade. Apesar disso, é possível perceber também uma gradação entre os campi – maior presença dos termos no curso da capital, seguidos do campus de Paranaíba e, por fim, do campus de Corumbá. Na segunda colocação, a UFGD, e, por fim, na última posição, a Uems.

É importante dizer que a simples presença dos descritores não diz da presença ou ausência efetiva dos debates no processo formativo das referidas instituições quanto ao tema da diversidade sexual ou de gênero ou do preparo de docentes para o trabalho com tais temáticas. Ou seja, uma maior presença de termos, ou sua ausência, não informa se efetivamente há um compromisso por parte da instituição e de seus/suas docentes com a abordagem da temática. Nesse sentido, a importância do desenvolvimento de outras pesquisas qualitativas que possam permitir o acesso às narrativas de estudantes, professores/as e egressos, a fim de compreender a efetividade, o alcance e a importância de tal debate em suas práticas pedagógicas e seus processos formativos.

Por outro lado, a facilidade ou dificuldade para acesso aos PPCs disponibilizados apenas pelas universidades públicas revela uma lacuna quanto ao acesso a informações por parte das Instituições privadas. Quanto a essas últimas, como dissemos anteriormente, após a constatação da ausência dos PPCs nas páginas dos cursos particulares, apesar das tentativas de contato via e-mail, nenhuma resposta foi dada quanto à possibilidade de acesso aos respectivos PPCs.

Dentro da análise dos dispositivos de silenciamentos voltados aos debates sobre gênero e sexualidades, conforme problematizados pelas (os) autoras (es) Dinis (2011),

Lionço; Diniz (2008), Vianna; Unbehaum (2004), torna-se necessária uma reflexão não apenas sobre ausências, mas também sobre modalidades de “presença”. Ou seja, se efetivamente é possível constatar a presença dos debates sobre gênero e sexualidades – ainda que em maior ou menor parte –, trata-se de investigar qual a qualidade de tal “presença”. O que dizem? Como dizem? Quais repertórios são mobilizados, quais referências são utilizadas, quais configurações linguísticas e discursivas são acionados para falar sobre gênero e sexualidade(s)?

O estudo de Dinis (2011) versa sobre o silenciamento dentro da educação, e como esse silêncio é uma forma de violência, ou “amolar de facas”. Dentro dessa análise, é possível observar que a omissão do tema gênero e sexualidade dentro do currículo escolar não apenas reflete a homofobia estrutural da sociedade, mas, também, contribui para a perpetuação do preconceito, da discriminação e da violência contra pessoas que não se identificam com a cisheteronorma.

Já Lionço e Diniz (2008) abordam a importância da diversidade sexual e a necessidade de combater a homofobia nos livros didáticos. Esse assunto é de extrema importância, trazendo para as (os) alunas (os) promoção à inclusão e representatividade, enriquecendo o processo de aprendizagem e, ainda, contribuindo para a formação de uma sociedade mais equitativa e representativa. Em contraponto, o silenciamento desse assunto nos livros didáticos traz uma naturalização da heterossexualidade e do silêncio sobre a diversidade sexual, isso contribui para a manutenção das discriminações e exclusões, prejudica o desenvolvimento pessoal, social e educacional das (os) alunas (os) LGBTQIA+ e reforça a desigualdade e preconceitos existentes na sociedade.

As análises das autoras Vianna e Unbehaum (2004) também apresentam importantes contribuições ao debate. Em seu estudo, as autoras avaliam como as relações de gênero são aplicadas na análise das políticas educacionais no Brasil, com destaque em como essas políticas podem influenciar a promoção da igualdade de gênero e as práticas democráticas na educação. Elas reforçam a importância de superação dos silêncios impostos às temáticas de gênero e sexualidades nos processos pedagógicos, curriculares e formativos para além dos dispositivos legais. Trata-se de pensar não apenas as garantias legais e normativas – a partir dos vários dispositivos e legislações –, mas do compromisso social e político com sua ampliação e efetividade.

O estudo das (os) autoras (es) acima dialoga com nossa reflexão, visto que a presença ou ausência das temáticas de gênero e sexualidades nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia incide diretamente sobre a capacitação (ou não) dos futuros profissionais no acolhimento das minorias sexuais e de gênero em suas respectivas demandas e singularidades. Trata-se de reconhecer o lugar de saber-poder da Psicologia e dos efeitos de subjetivação que resultam em uma atuação descompromissada ou insensível às diferenças (Oliveira, Duque, 2021). Assim, não se trata apenas da presença dos termos ou palavras-chave nos currículos de formação, mas de sua real incorporação na práxis de todas as pessoas envolvidas no processo formativo dos futuros profissionais. Conforme apontam Oliveira e Duque,

uma inclusão que não esteja vinculada a uma reflexão sobre marcadores sociais de diferença e que, portanto, não reconheça que as desigualdades não atingem a todos da mesma maneira, tende a permanecer estéril em seu propósito. Além disso, há que se ponderar os elementos simbólicos e políticos que atravessam discursos e práticas de “inclusão” e que muitas vezes resvalam (e revelam) processos sutis e perversos de estabelecimento de critérios moralizantes de acesso a direitos e cidadania (Becker, Oliveira, 2016) que resultam em preconceitos e estereótipos. Assim, não se dão por mero acaso a existência e a reiteração de discursos como: ‘Não tenho nada contra, mas...’; ‘Tudo bem que ela seja assim, mas não pode ser discreta?’; ‘Aqui não é lugar para essas coisas. Do portão pra fora façam o que quiserem, do portão pra dentro tem que respeitar’ (Oliveira, Duque, 2021, p. 116).

Não por acaso, pesquisadoras e pesquisadores da área da Psicologia têm se debruçado sobre as lacunas existentes quanto a tal debate (Curado; Jacó-Vilela, 2021; Gomes; Sathler; Farias, 2022).

As autoras Curado e Jacó-Vilela (2021) fizeram uma análise de 153 periódicos nas áreas de sexualidade, feminismo, Psicologia e mídia. As autoras alertam para a importância de relacionar gênero e Psicologia, rastreando os usos do conceito de gênero e seus efeitos nas teorizações psicológicas. O estudo revela as principais categorias temáticas dos artigos que incluem saúde, sexualidade, violência (especialmente violência doméstica e contra a mulher), trabalho e educação, e que, embora se observem alguns avanços nos últimos anos, “ainda apresentam dificuldades de sair do lugar androcêntrico, etnocêntrico, classista e heterossexista que caracteriza a produção de conhecimento na área da Psicologia” (2021, p. 13).

De acordo com as autoras, relacionar Psicologia e gênero se torna fundamental para uma formação crítica e não reprodutora de invisibilidades. Apesar do aumento no

número de trabalhos publicados por mulheres e da crescente visibilidade dos estudos de gênero, Curado e Jacó-Vilela constatarem que “não podemos considerar que estejam alterando de forma significativa as teorias e métodos das principais abordagens psicossociais da Psicologia” (2021, p. 13).

Outro estudo recente foi o realizado pelas autoras Gomes, Sathler e Farias (2022). Ao se debruçarem sobre os PPCs dos cursos de Psicologia para analisar a presença das temáticas de gênero, raça, sexualidade e classe, constatarem que a presença de tais temáticas nos projetos político-pedagógicos em cursos de Psicologia não representa necessariamente mudança ou ruptura com as estruturas sociais normativas. Dos 15 PPCs analisados pelas pesquisadoras, embora gênero, raça, sexualidade e classe estejam majoritariamente presentes e respondam às orientações do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação, há uma série de apagamentos simbólicos e discursivos. Conforme apontam as autoras,

Os temas gênero, raça, sexualidade e classe estão presentes nos PPP em resposta às exigências de temas transversais na educação, principalmente associados aos direitos humanos. Essa transversalidade emerge na escrita como um artifício administrativo, pois os PPP afirmam que estão diluídos no currículo, mas essa diluição produz uma baixa concentração e esmaece a temática. Poucas disciplinas são temáticas; entre essas, algumas são eletivas (Gomes, Sathler, Farias, 2022, p. 21).

Por sua vez, as pesquisadoras Damasceno & Zanello (2022), ao analisarem os dilemas que cercam o atendimento e a relação entre psicólogos brancos e pacientes negros, também apontam as lacunas presentes no processo formativo dos(as) profissionais da Psicologia. Entre os achados de pesquisa das autoras, a constatação de que alguns debates presentes nas universidades públicas, ainda que insuficientes, contrastam com a completa ausência nos currículos dos cursos de Psicologia de instituições privadas. Esse apontamento realizado pelas autoras também dialoga com nossos dados de pesquisa no que se refere a uma presença bastante tímida das temáticas gênero e sexualidades nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul. Esperamos que a possibilidade de acesso futuro aos PPCs, aos quais não tivemos acesso, possa informar o panorama da problemática entre os estabelecimentos privados de ensino.

Avançando a análise, conforme a tabela 3, buscou-se contabilizar a quantidade de vezes que a palavra “gênero” e “sexualidade” apareceram nas referências



bibliográficas dos PPCs. Esse dado é importante para compreendermos de que modo são discutidas as temáticas em tela, quais os diálogos travados com a literatura atual e crítica sobre o assunto, bem como as possíveis lacunas encontradas.

Tabela 3 – Presença dos termos gênero e sexualidades na bibliografia dos PPCs

<b>Referências bibliográficas</b>			
		<b>Quantidade de palavras</b>	
		Gênero	Sexualidade
Uems	Campo Grande	0	0
UFGD	Dourados	2	3
UFMS	Campo Grande	6	1
	Corumbá	0	1
	Paranaíba	1	2

Fonte: Autoria própria.

Ao observarmos a tabela 3 é possível ver que o PPC do curso de Psicologia da Uems não tem nenhum texto em suas referências bibliográficas que aborde ou faça referência a gênero ou sexualidade(s), e o curso da UFMS no campus Corumbá tem apenas um texto que fala sobre o tema sexualidade. Em seguida, no curso da UFMS campus Paranaíba a palavra “gênero” aparece em apenas uma referência e a palavra “sexualidade” aparece em duas referências. Já o curso de Psicologia da UFMS de Campo Grande possui seis referências em que aparecem a palavra “gênero” e apenas uma em que aparece a palavra “sexualidade”. Por fim, o curso da UFGD tem duas referências nas quais “gênero” aparece e três com a palavra “sexualidade” presente.

Abaixo apresentamos algumas das referências sobre as temáticas em tela que foram encontradas nos respectivos PPCs. A partir deste mapeamento, podemos pensar tanto a atualização (ou não) da bibliografia bem como as possíveis articulações (ou não) com desdobramentos analíticos contemporâneos, tais como: interseccionalidade, decolonialidade, violência de gênero ou outros temas correlatos. Estariam os componentes curriculares atentos às transformações críticas ocorridas no interior do campo dos estudos de gênero e sexualidades?

Tabela 4 – Referências em que as palavras estudadas aparecem no texto

UFGD Dourados	Gênero	MCGOLDRICK, M. Novas abordagens da terapia familiar: raça, cultura e <b>gênero</b> na prática clínica. São Paulo: Roca, 2003.
		BIROLI, F. <b>Gênero</b> e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
	Sexualidade	FOUCAULT, M. História da <b>sexualidade</b> : a vontade do saber – volume 1. 18ª ed. São Paulo: Graal, 2007.
		FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da <b>sexualidade</b> . In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud - volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.*
		FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da <b>sexualidade</b> . In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud - volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.*
*se repetem em diferentes disciplinas		
UFMS Campo Grande	Gênero	LOPES, Z. A. Representações Sociais da Violência de <b>Gênero</b> no contexto das Políticas Públicas. In: Chaves, J. C. Psicologia Social e Políticas Públicas. Goiás: PUC Editora. 2012. p.159-179.
		CURADO, J.C.; JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de <b>Gênero</b> na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, p. 1-16, e219132, 2021.
		SCOTT, J.W. <b>Gênero</b> : Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, nº 2, p. 71-99, 1995.
		PISCITELLI, A. Recriando a (Categoria) Mulher? In: L. Algranti (Org.) a Prática Feminista e o Conceito de <b>Gênero</b> (48ª ed., v. 2, pp. 7-42). Campinas: Textos Didáticos, 2001.
		NOGUEIRA, M. C. O. C. Um novo olhar sobre as relações sociais de <b>gênero</b> : feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social. [Lisboa, Portugal]: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001. 270 P. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
	BUTLER, J. Problemas de <b>Gênero</b> : Feminismo e Subversão da Identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro, Rj: Civilização Brasileira, 2016. 287 P. (Coleção Sujeito e História / Organização de Joel Birman).	
Sexualidade	LOURO, G. L. o Corpo Educado: Pedagogias da <b>Sexualidade</b> . Autêntica Editora, 2018. 224 P. Isbn 9788551301692.	
UFMS Corumbá	Sexualidade	GLAT, R.; FREITAS, R. <b>Sexualidade</b> e Deficiência Mental: Pesquisando, Refletindo e Debatendo sobre o Tema. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
UFMS Paranaíba	Gênero	HEILBORN, M. L. de que <b>Gênero</b> Estamos Falando? Sexualidade, <b>Gênero</b> e Sociedade, Rio de Janeiro, 2003.
	Sexualidade	HEILBORN, M. L. De que Gênero estamos falando? <b>Sexualidade</b> , Gênero e Sociedade, Rio de Janeiro, 2003.
		LOURO, G. L. O Corpo educado: Pedagogias da <b>Sexualidade</b> . 4ª ed. São Paulo Autêntica, 2018.

Fonte: Autoria própria.

A partir do exposto na tabela, é possível fazer algumas constatações: Primeiro, que grande parte da bibliografia sobre os estudos de gênero e sexualidades está

desatualizada – das 16 referências bibliográficas encontradas nos PPCs, apenas duas foram publicadas nos últimos 6 anos (Biroli, 2018; Curado; Jacó-Vilela, 2021). Outras referências, ainda que estejam dentro do recorte temporal dos últimos 10 anos (Butler, 2016; Louro, 2000), se referem a edições atualizadas de publicações que remetem às décadas de 1990 (Problemas de gênero, 1990; O corpo educado, 1999).

Segundo, quanto à formação do núcleo duro em Psicologia, percebe-se, no caso específico da UFGD, que o debate sobre sexualidade segue restrito à perspectiva psicanalítica. Não sendo possível observar outras perspectivas teóricas. Mesmo considerando o próprio campo psicanalítico, é importante ressaltar o apagamento dos debates críticos no interior da própria psicanálise contemporânea e que não se restringem às leituras freudianas.

Terceiro, embora seja importante a presença de trabalhos clássicos dos estudos de gênero e sexualidades, tais como Michel Foucault, Joan Scott e Judith Butler (Butler, 2016; Foucault, 1999; Scott; Louro; Silva, 1995), percebe-se a ausência de teóricas e teóricos mais atuais. Assim, a referência a autorias norte-centradas (do norte global), acaba por invisibilizar outras contribuições epistemológicas e geopolíticas – tais como teóricas e teóricos do sul-global.

Por fim, embora seja preciso reconhecer alguns avanços presentes nos PPCs de algumas das universidades assinaladas, tais como a presença dos debates interseccionais, como deficiência (Glat; Freitas, 2007) e raça (McGoldrick; Lopes; Nahal, 2003), e questões sociopolíticas, tais como democracia (Biroli, 2018) e violência de gênero (Lopes, 2012), as referências seguem restritas e desatualizadas.

O que nossa análise revela é a existência de uma presença “ausente”, ou seja, embora todos os PPCs encontrados tragam em maior ou menor medida o debate sobre gênero e sexualidades, tal presença mostra-se insuficiente para dar conta de uma formação sólida e consistente. Assim, tal mapeamento genealógico ilustra não apenas as contradições que cercam as discussões sobre gênero e sexualidades atualmente, mas aponta, principalmente, o lugar e o papel tímido da Psicologia nesse debate.

A partir de uma proposta desnaturalizadora à qual nos vinculamos, não basta a presença de categorias-chave para que uma formação seja crítica e equitativa. Afinal, em contextos tão marcados por desigualdades como o brasileiro, é fundamental que não nos furtemos a perguntar sobre os efeitos políticos das políticas de reconhecimento

(Oliveira; Duque, 2021). Nesse sentido, é preciso que reafirmemos os limites de práticas pedagógica e epistêmica das relações de saber-poder que as enredam. Uma perspectiva aparentemente neutra de “formação em Psicologia” pode contribuir não apenas para o não enfrentamento dos processos de invisibilização, hierarquização e não reconhecimento, mas também para a reiteração e naturalização de desigualdades e subalternidades.

Como dissemos em outra oportunidade, trata-se de reconhecer que a Psicologia hegemônica ainda é atravessada por dispositivos disciplinares e moralizadores (Oliveira; Duque, 2021). Ao focar no indivíduo em vez de no contexto, ao valorizar um sujeito “normal” sem questionar os regimes que estabelecem essa normalidade, e ao ignorar a dimensão política de sua prática e suas repercussões sociais e subjetivas, a Psicologia perde seu caráter crítico e se torna uma ferramenta de normalização e controle de vidas (Oliveira, 2021).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação acadêmica dos profissionais de Psicologia é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de acolher e respeitar a diversidade humana. No entanto, ao analisar as Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) dos cursos de Psicologia do Mato Grosso do Sul, constata-se uma presença bastante inexpressiva das questões de gênero e sexualidade(s). Essa lacuna no processo formativo revela uma série de deficiências que comprometem a formação crítica dos futuros psicólogos e psicólogas com relação às diferenças.

Primeiramente, observa-se que as discussões sobre gênero e sexualidade nas PPCs dos cursos de Psicologia do estado são frequentemente restritas a uma ou poucas disciplinas específicas. Essa abordagem fragmentada impede uma compreensão mais holística e transversalizada dessas questões. Temas como feminismo negro, transfeminismo, teoria queer, e estudos feministas decoloniais ou contracoloniais não aparecem nas bibliografias analisadas, o que revela não apenas uma desatualização, mas também uma fragilização da formação crítica em Psicologia. Afinal, por que a sexualidade continua reduzida ou restrita às disciplinas de psicanálise?

Desse modo, é possível afirmar que a ausência de uma bibliografia mais atualizada e diversificada reflete uma lacuna significativa na formação dos estudantes.

As discussões contemporâneas sobre gênero e sexualidade têm evoluído rapidamente e incluem uma variedade de perspectivas e experiências que são essenciais para uma compreensão ampliada e inclusiva dessas temáticas. A falta de textos que abordem questões como o feminismo negro, que destaca as intersecções entre raça e gênero, ou o transfeminismo, que enfoca as vivências e lutas das pessoas trans, inviabiliza o desenvolvimento de habilidades que permitam aos/às futuros/as psicólogos/as compreenderem e atenderem de modo humanizado às necessidades específicas e diferenciadas de sujeitos e grupos.

Além disso, a teoria queer e os estudos feministas decoloniais ou contracoloniais oferecem importantes críticas às normatividades e às estruturas de poder que perpetuam desigualdades e exclusões no interior do campo disciplinar e profissional (Oliveira; Bernardes, 2024). A ausência dessas perspectivas nos PPCs significa que os futuros profissionais podem estar menos preparados para questionar e desafiar essas normatividades em suas práticas profissionais, por vezes reiterando preconceitos e normatividades. Essa lacuna é ainda mais preocupante quando consideramos que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve estar comprometida com a promoção dos direitos humanos e com o respeito às diferenças.

Conclui-se que a inclusão de uma formação crítica em Psicologia, comprometida com os direitos humanos e com uma perspectiva inclusiva de gênero, é essencial para evitar a reprodução de apagamentos das minorias sexuais e de gênero. Considerando que os currículos de formação são dispositivos políticos e biopolíticos, é preciso reconhecer que presenças e ausências produzem sujeitos e subjetividades. Que subjetividade se produz com um currículo com uma série de ausências e de apagamentos? Trata-se não apenas de reconhecer que a formação em Psicologia deve incorporar discussões sobre feminismo negro, transfeminismo, teoria queer e estudos feministas decoloniais ou contracoloniais, de forma transversal e contínua ao longo do currículo, mas de questionar os epistemicídios e as perspectivas moralizantes e patologizantes (Gomes; Sathler; Farias, 2022). Apenas assim será possível formar profissionais comprometidos/as com a inclusão e o respeito a todas as identidades e expressões de gênero e sexualidade. Por fim, esperamos que este estudo expanda a discussão sobre gênero e sexualidades dentre dos processos formativos universitários – seja na área da Psicologia seja em outros campos disciplinares - , tamanha a importância

deste tema para a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais atenta e mais sensível às [nossas] diferenças.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa por meio da concessão da bolsa de iniciação científica, recurso sem o qual a presente investigação não seria possível.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal, Brasília, p. 1–64, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).
- CFP.** Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Psicologia.pdf>.
- CAETANO, M. **Performatividades reguladas:** heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.
- CURADO, J. C.; JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-16, e219132, 2021.
- DAMASCENO, M. G; ZANELLO, V. M. Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, nº 42, p. 317-342, 2022.
- DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, 2011.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOMES, V. F.; SATHLER, C. N.; DE FARIAS, M. F. L. Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de Psicologia. **Horizontes**, Itatiba, v. 40, n. 1, p.1-24, e022027, 2022.
- KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, p. 15-35, 1997.

- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade. **Rev. psicol. polít.**, v. 8, nº 16, pp. 307-324, 2008.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, E. A.; BERNARDES, A. G.. A que nos interpelam as psicologias feministas, negras, indígenas & queers?. In: MARTINS, Catia Paranhos; MENEZES, Jaileila de Araújo. (Org.). **Insubmissas práticas psicossociais**: tarefas do presente, questões urgentes. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2024. p. 23-36.
- OLIVEIRA, E. A. Por uma Saúde e uma Psicologia equitativa e interseccional. **Polis & Psique**, Porto Alegre, v. 11, p. 81-99, 2021.
- OLIVEIRA, E. A.; DUQUE, T. Algumas reflexões indisciplinadas sobre Diversidade; Diferença e Inclusão. In: ALMEIDA, D. M. M.; ZANON, R. B.; FEITOSA, L. R. C.; ANACHE, A. A. (Org.). **Psicologia, Educação e Trabalho**: Inclusão em diferentes contextos. Curitiba, PR: CRV, 2021. p. 109-118.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. (Orgs). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.
- VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, nº 121, p. 77-104, 2004.
- ZANELLO, V. **Prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações. Curitiba: Appris, 2022.

# CAPÍTULO V

## MULHERES E HOMENS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA SÍNTESE HISTÓRICA

### WOMEN AND MEN IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: A HISTORICAL SYNTHESIS

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-5

Hugo Avelar Cardoso Pires <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecário da Escola de Arquitetura da UFMG. É membro do Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI).

#### RESUMO

A Educação Superior brasileira foi marcada, em sua história, por uma grande desigualdade de oportunidades e segregações de gênero, raça e classe. Este trabalho visa demonstrar, a partir de uma síntese histórica, as exclusões e desigualdades que estiveram presentes no Ensino Superior do Brasil. Tal síntese não é dividida em períodos, por se compreender que a sociedade está inserida em um contínuo da história, onde não existem momentos estanques relacionados a comportamentos sociais. Compreende-se também que as relações de gênero, raça e classe se inserem dentro das relações desiguais de poder que visam interditar, definir e dominar os corpos, bem como se mostram presentes nos acessos das pessoas a espaços e oportunidades. Busca-se, desta forma, demonstrar que as desigualdades sociais brasileiras podem ser visualizadas também no acesso e permanência no Ensino Superior, bem como nos locais que as pessoas ocupam no mercado de trabalho, no direcionamento das pessoas a determinados cursos e profissões. No contexto da Divisão Sexual do Trabalho, as mulheres ocuparam, historicamente, profissões que são prolongamentos das atividades realizadas no âmbito doméstico, enquanto os homens possuem liberdades maiores de escolha e vantagens em diversas profissões, apenas por serem homens. Assim, essa síntese objetiva demonstrar como as relações de gênero (em suas intersecções com raça e classe, por exemplo), se apresentam na história da Educação Superior brasileira.

**Palavras-chave:** Gênero. Divisão Sexual do Trabalho. Ensino Superior Brasileiro. História.

#### ABSTRACT

Brazilian Higher Education was marked, in its history, by a great inequality of opportunities and segregation of gender, race and class. This work aims to demonstrate, based on a historical synthesis, the exclusions and inequalities that were present in Higher Education in Brazil. This synthesis is not divided into periods, as it is understood that society is inserted in a continuum of history, where there are no isolated moments related to social behaviors. It is also understood that gender, race and class relations are part of unequal power relations that aim to prohibit, define and dominate bodies, as well as being present in people's access to spaces and opportunities. In this way, we seek to demonstrate that Brazilian social inequalities can also be seen in access to and permanence in Higher Education, as well as in the places people occupy in the job market, in directing people to certain courses and professions. In the context of the Sexual Division of Labor, women have historically occupied professions that are extensions of activities carried out in the domestic sphere, while men have greater freedom of choice and advantages in different professions, just because they are men. Thus, this synthesis aims to demonstrate how gender relations (in their intersections with race and class, for example) present themselves in the history of Brazilian Higher Education.

**Keywords:** Gender. Sexual Division of Labor. Brazilian Higher Education. History.



## 1. INTRODUÇÃO

Durante o período colonial brasileiro, meninas e mulheres possuíam entraves para que pudessem se educar. A parca educação feminina neste período guardava, sobretudo, o objetivo de afastar as meninas das tentações do mundo e do pecado, preparando-as para que exercessem o papel de boas esposas e mães, aptas para administração do lar ou para que se dedicassem à vida religiosa. Não existiam instituições dedicadas a educação das mulheres e a pequena parcela da população feminina que conseguia acesso à educação escolar, aprendia a ler e a escrever, mas lhe era ensinada, sobretudo, ofícios mecânicos como a costura, o bordado e a tecelagem (Fonseca, 2014; Oliveira, 2008).

Cláudia Oliveira (2008)<sup>1</sup> citando Ronaldo Vainfas e Juliana Souza (2002)<sup>2</sup> destaca que as mulheres possuíam a função de transmissoras da moral cristã para as futuras gerações e para criar na sociedade o imaginário de que o comportamento feminino válido era o de ser uma boa esposa e mãe, a Igreja utilizou-se da imagem da Virgem Maria. Dessa forma, o modelo ideal de mulher para as mulheres da América portuguesa era a da mãe carinhosa, dedicada, educadora exemplar e esposa fiel e recatada.

Cabe destacar a utilização da Educação como forma de “adestramento” da sexualidade feminina. Aliada à religião, ela era colocada como forma de proteger as meninas dos defeitos de seu sexo, uma vez que ao receberem instrução para serem boas esposas e mães, as moças estariam sendo preparadas para que não caíssem em tentações em não desonrassem suas famílias (Araújo<sup>3</sup> *apud* Oliveira, 2008). Dessa forma, o discurso que incidiu sobre a sexualidade feminina era colocado, na colônia, como instrumento de interdição e proibição de condutas que fugissem à “norma”.

O núcleo familiar era visto como instrumento de salvação da sociedade, sendo as mulheres as responsáveis pela manutenção desse núcleo. É preciso ressaltar, no entanto, que quando se afirma que algumas mulheres eram preparadas para o

---

<sup>1</sup> Com o objetivo de destacar e dar visibilidade para autoras e autores que serviram de embasamento bibliográfico para a construção deste trabalho, optou-se por apresentar sempre o primeiro nome de uma/um autora/autor quando ela/e for citada/o de forma indireta.

<sup>2</sup> VAINFAS, Ronaldo e SOUSA Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os Santos**. Rio de Janeiro, E. Jorge Zahar, 2002, p. 30-31.

<sup>3</sup> ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 49-50.

casamento e que possuíam acesso à Educação, trata-se de uma parcela específica da população, mais abastada e que, justamente por pertencer a esta parcela, se tem mais material histórico disponível acerca do seu modo de vida.

As mulheres das classes mais baixas também carregavam a responsabilidade familiares e do matrimônio, mas muitas vezes, por não possuírem condições econômicas suficientes, trabalhavam também fora de casa. Oliveira (2008) citando Araújo (1997)<sup>1</sup> destaca que após o auge do ciclo do ouro, muitas mulheres declaram em recenseamento feito em Ouro Preto, em 1804, que viviam de costuras e esmolas, sendo que boa parte delas eram chefes de família. Além disso, muitas delas, no período colonial, eram negociantes e “contribuíram de forma significativa para a subsistência das localidades em que estiveram presentes, principalmente nos núcleos urbanos com suas ‘casas de venda’ ou através do comércio ambulante” (Oliveira, 2008, p. 59), sendo muitas vezes responsáveis pelo abastecimento nas regiões mineradoras, sobretudo com a venda de produtos alimentícios.

A primeira Constituição do Brasil pós-independência permitiu que as meninas recebessem educação escolar, mas apesar do avanço da permissão formal, as diferenças entre a Educação dada a meninos e meninas se apresentava nos currículos. Aos estudantes homens era determinado que recebessem aulas onde aprendessem a escrever, ler, as quatro operações básicas da matemática, além de decimais, proporções, geometria prática, gramática da língua nacional, moral e doutrina da religião católica. Já as meninas recebiam um currículo menor, onde lhes eram ensinadas na parte matemática, apenas as quatro operações aritméticas e nenhuma geometria, que eram substituídas pelas prendas domésticas (Peres, 2010).

Heleieth Saffioti (2013) destaca que a lei de 1827, apesar de ter sido a primeira legislação a conceder o direito à mulher de receber instrução, foi uma lei de divisão entre os sexos, uma vez que só admitia as meninas no primeiro grau de ensino, deixando os níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para as populações masculinas. Ademais, a implementação da lei de 1827 esbarrava em dificuldades técnicas e econômicas, o que acarretou a criação de poucas escolas, sobretudo às que eram destinadas à Educação feminina. O baixo salário e a baixa qualificação do professorado

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.196.

dificultavam a aprendizagem e a ocupação das vagas de professores/as nas escolas, fazendo com que, em 1832, o número de estabelecimentos de ensino não passasse de 20 em todo o território nacional (Peres, 2010; Saffioti, 2013).

Quanto ao Ensino Superior no Império, o corpo discente era composto em sua imensa maioria por homens, uma vez que o ensino ministrado nas escolas secundárias dificultava o acesso de mulheres ao Ensino Superior, já que para que se pudesse adentrar em uma escola superior era necessária aprovação em exames rígidos realizados pelo Colégio Dom Pedro II – este o único que garantia aos seus alunos acesso às escolas superiores sem a realização de exames – e os colégios secundaristas destinados à educação feminina não possuíam recursos e não se equiparavam ao ensino ministrado no Pedro II ou nos liceus e colégios masculinos (Saffioti, 2013).

Heleieth Saffioti (2013) destaca também que houve grande influência das correntes de pensamento no país durante o Império que dificultaram o acesso das mulheres ao Ensino Superior. Conservadores, liberais e positivistas defendiam, cada um ao seu modo, que as mulheres não deveriam receber o mesmo tipo de instrução que os homens e que a educação feminina não deveria ser destinada para a formação profissional, mas sim para prepará-las para o casamento e para as funções maternas. Quando aceitas as ideias de um ensino profissionalizante, ela deveria se destinar sobretudo ao exercício do Magistério do Ensino Básico. Tal lógica se insere dentro do contexto da divisão sexual do trabalho, onde as práticas sociais e de gênero, fundadas sobre relações de poder e enraizadas na sociedade - e estruturadas por visões de masculinidade e feminilidade - determinam o que homens e mulheres são capazes de fazer e de quais formas essas regras de competências são aplicadas.

O mundo no trabalho foi, ao longo do tempo, sendo dividido entre os gêneros, sendo assentado sobre discursos que imputam ao homem a função de provedor, de responsável ou de sujeito com os postos mais valorizados e à mulher as funções de cuidadora dos filhos, mantenedora do lar e dos afazeres domésticos e zeladora do bem-estar familiar. Ao tentar adentrar o mundo do trabalho, as tarefas que traziam em seu cerne funções que poderiam ser consideradas prolongamentos das atividades realizadas em casa eram incentivadas a serem ocupadas por mulheres, como as de professora, enfermeira e bibliotecária, por exemplo.

O início do período republicano no país trouxe algumas mudanças no campo educacional, como a adoção de um ensino laico e aumento das instituições isoladas de ensino, sob orientação positivista. Entretanto, tais mudanças na Educação brasileira não eram, na prática, destinadas a toda a sociedade, uma vez que as escolas e, sobretudo, as universidades, eram destinadas à formação de uma elite intelectual pensante. Mas apesar de contemplar o ensino laico, os privilégios da experiência adquirida ao longo do tempo e a falta de diretrizes centrais para o estabelecimento de uma política nacional de educação contribuíram para que a Igreja Católica mantivesse grande margem de atuação no campo educacional, agora atuando no campo privado do ensino. Heleieth Saffioti (2013, p. 305) destaca que tal configuração continuava a alijar as mulheres da Educação, uma vez que os colégios religiosos, “por não serem gratuitos, marginalizavam do processo educacional amplas camadas da população nacional, repercutindo, pois, seriamente, na instrução da população feminina”

As reformas ocorridas entre os anos de 1910 e 1929 buscaram diminuir o papel do Estado no Ensino Superior, favorecendo a criação das escolas particulares e dificultando a entrada sem exames admissionais de estudantes tidos como “não-qualificados”. As medidas adotadas na reforma de 1911, por exemplo, incluíam o fim dos privilégios dados aos colégios criados pelo governo federal para acesso automático, por parte dos seus alunos, às instituições de Ensino Superior; a adoção de exames de admissão com provas escritas e orais; o fim da fiscalização federal para as escolas estaduais e particulares; a criação da figura do livre-docente, dentre outras.

Tais reformas não trouxeram medidas e efetivas que buscassem alcançar a equidade do acesso à educação e a entrada nos ensinos primários e secundários era dificultado para os pobres e para as mulheres nos primeiros anos da República, o que refletia também no número de matriculados/as no Ensino Superior e a formação da elite intelectual, no fim da República Velha, seguia sendo masculina e, até 1930, as mulheres ainda não haviam penetrado, de forma significativa, nos cursos superiores brasileiros, sobretudo nos de maior prestígio social, como Medicina e Odontologia. Para a Heleieth Saffioti (2013), a República acentuou a tendência de concentração das mulheres em certos ramos de ensino menos valorizados socialmente.

Ao apresentar dados do Estado de São Paulo, a autora destaca que o ramo tradicional ocupado pelas mulheres que buscavam se profissionalizar era o do ensino

profissional normal<sup>1</sup>, voltado para a formação de mão-de-obra para atuar no magistério. Muitas meninas, no entanto, optavam pelo ensino normal também por este ser a oportunidade de receberem cultura geral, dada a escassez de escolas secundárias oficiais, além de ser uma oportunidade para adentrarem no mercado de trabalho (Saffioti, 2013), de forma “respeitável” aos olhos da sociedade.

Cabe destacar que tais visões se enquadram, mais uma vez, sob um recorte de classes. As mulheres pobres, essas em grande parte negras, sempre trabalharam fora de casa para que pudessem se manter, seja como lavadeiras, engomadeiras, amas de leite, costureiras etc. e à estas mulheres, os espaços escolares eram distantes e excludentes. Segundo Cláudia Fonseca (2018), o discurso no começo do século XX de que a mulher deveria ficar em casa, resguardada e se ocupando dos afazeres domésticos se ligava a um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, “e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres” (Fonseca, 2018, p. 517).

Margareth Rago (2018) destaca que muitas mulheres e crianças pobres atuavam como força de trabalho nas indústrias brasileiras no início do século XX e que o contingente feminino se concentrava nas indústrias de fiação e tecelagem<sup>2</sup>, que possuíam escassa mecanização; elas estavam em número menor nos setores de metalurgia e mobiliário, por exemplo. Muitas dessas mulheres estavam inseridas dentro do movimento operário e lideravam greves e mobilizações políticas contra a exploração do trabalho no interior das fábricas, mas os discursos produzidos em torno delas, produzidos por homens, a retratavam como mocinhas infelizes e frágeis, que eram desprotegidas e vulneráveis.

A condição das mulheres negras se dava de maneira mais adversa que das mulheres brancas. Ainda que refletindo sobre a questão da mulher negra nos EUA, o panorama trazido por Angela Davis (2016) a respeito do trabalho na vida das mulheres negras torna-se importante também se transposta para o contexto brasileiro. Segundo a autora, proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa

---

<sup>1</sup> Em 1929, passava de 7 mil o número de alunas no curso pedagógico e menos de 10% do contingente total, era de homens.

<sup>2</sup> A autora destaca que em 1901, 72,74% das pessoas que trabalhavam nas indústrias têxteis, no estado de São Paulo, eram mulheres e crianças. No recenseamento de 1920, foram inspecionadas 247 indústrias têxteis e 17.747 (50,96%) eram mulheres, ante 14.352 (41,21%) homens.

do que as mulheres brancas e o grande espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras atualmente, reproduz um padrão estabelecido durante o início da escravidão, uma vez que sendo escravizadas, todos os outros aspectos da existência dessas mulheres eram ofuscados pelo trabalho compulsório. Os discursos em torno de uma exaltação da feminilidade no século XIX (o que a autora chama de ideologia da feminilidade) e que enfatizava o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa amáveis, não se estendia para as mulheres negras.

No Brasil, Sueli Carneiro (2013) destaca que, quando se trata da fragilidade feminina – que justificou a proteção paternalista às mulheres por parte dos homens –, está se falando de um contingente de mulheres que não inclui as negras. Estas trabalharam durante séculos nas lavouras, como vendedoras, quituteiras, prostitutas e que, por conta disso, não foram alcançadas e incluídas quando as feministas brancas diziam que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Segundo a autora

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. [...] Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (Carneiro, 2003, p. 51)

No início do século XX, as mulheres negras recebiam os salários mais baixos e trabalhavam nos setores mais desqualificados do mercado de trabalho. Dentro de uma visão eugenista de branqueamento da raça, a documentação criada em torno das trabalhadoras negras as retratava como mulheres rudes, promíscuas, bárbaras e destituídas de cidadania, bem diferente do tratamento dado às imigrantes europeias que chegavam ao Brasil no período. Margareth Rago (2018, p. 582-583) destaca que, inspiradas nas teorias eugenistas da Europa e dos Estados Unidos, as elites brasileiras preocupavam-se profundamente com a formação de “um novo trabalhador brasileiro. “cidadão da pátria, disciplinado e produtivo” o que fez com que se realizassem horas de discussões sobre o “embranquecimento da raça” e onde “Muitos esforços foram feitos para que os imigrantes viessem predominantemente dos países europeus, e “não da Ásia, nem da África”, conforme afirmavam os defensores da tese”.

O fim da República Velha e início do governo getulista não representou avanços significativos na diminuição das diferenças entre os gêneros em relação ao acesso à Educação Superior. O estatuto das universidades de 1931 pouco acrescentou para mudar a elitização do ensino no país e as renovações no plano educacional ocorriam, segundo Heleieth Saffioti (2013), mais no âmbito regional que no âmbito federal. Para a autora, os avanços observados no ensino das mulheres se deram em sua maioria no ensino secundário, com o aumento do número de matriculadas possibilitado sobretudo pela extensão da oferta de escolas, em especial as escolas normais.

Entretanto, o artigo 25 da reforma de 1942<sup>1</sup> promovida pelo ministro Gustavo Capanema, representou um retrocesso aos avanços no ensino das mulheres, uma vez que sugeria que a educação das mulheres se desse em classes exclusivamente femininas e que, a orientação metodológica, deveria respeitar a natureza feminina e sua missão no lar. Heleieth Saffioti (2013) aponta que apesar de não haver grande diferenciação entre os cursos secundários femininos e masculinos, o espírito de segregação presidia o texto da reforma e impedia que as mulheres acessassem os bancos das escolas superiores.

As escolas normalistas – formadoras de mão-de-obra para atuar nos ensinos primário e secundário – só conseguiram, em 1953 (já no segundo governo de Getúlio Vargas), a equivalência total com os cursos de nível médio, o que permitia o acesso ao Ensino Superior. Grande parte das normalistas optava, quando seguiam os estudos, pelos cursos de Pedagogia e afins, sendo estes prolongamentos dos cursos normais, uma vez que “independentemente da vocação profissional das mulheres, a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria empregada a força de trabalho feminina” (Saffioti, 2013, p. 323).

O período da segunda Guerra Mundial foi importante para que mais mulheres ocupassem o mercado de trabalho em diversos países, uma vez que os homens estavam

---

<sup>1</sup> Art. 25 da lei 4.244: “Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais: 1. É preferível que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina; 2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada, sempre que possível, em classes exclusivamente femininas; 3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial, a disciplina de economia doméstica; 4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar.” (BRASIL, 1945). A redação final do artigo foi dada pelo Decreto-Lei nº 8.347, de 1945.

na guerra e as indústrias precisavam de substituição da mão-de-obra. Após o fim do conflito, houve grande esforço por parte da mídia, da sociedade e dos governos para fazer com que essas mulheres voltassem para o lar ou ocupassem postos de trabalho que não manchassem a imagem de boas esposas e mães.

A grande influência do modo de vida estadunidense no país no pós-guerra e a crescente industrialização e urbanização do Brasil, fizeram com que esses discursos também estivessem presentes no país. Além disso, segundo Luiz Cunha (1983), entre o fim do Estado Novo e o segundo governo de Getúlio Vargas, cresceu cerca de 200% o número de pessoas empregadas em funções técnicas e administrativas, o que levou às classes médias a redefinirem o papel da mulher no mundo do trabalho, mas sem alterar sua função doméstica, destinando-as para os cargos de professora, bancárias, para atuarem em escritórios, comércios etc.

Mas, se a saída da mulher para o mercado era repensada pela classe média, havia também um movimento para reforçar as funções maternas delas. A estratégia utilizada para buscar a manutenção dessas relações de poder desiguais entre mulheres e homens foi o de tentar incutir, na juventude, os deveres de homens e mulheres na sociedade, se apoiando no discurso midiático. Carla Pinsky (2018) mostra que as revistas, em especial, buscavam influenciar o público feminino letrado (sobretudo o das camadas altas em médias da sociedade) a velha noção de que o destino da mulher era ser uma boa esposa e mãe. Para tal, reforçavam o discurso em torno da moralidade, no que dizia respeito da necessidade de manutenção da virgindade até o casamento e da valorização do matrimônio, como destino de mulheres de família.

Para Angélica Muller (2013), a publicidade também teve papel importante em reforçar as diferenças entre homens e mulheres e foi atuante na década de 1950 e 1960 para cristalizar os comportamentos esperados de ambos os gêneros, sobretudo na juventude. Os anúncios mostravam os homens dirigindo, sendo independentes, dentro de carros velozes, quase sempre fumando um cigarro, até então sinônimo de virilidade, enquanto as mulheres eram mostradas “empunhando o aspirador, o frasco de detergente ou o pote de creme” (p. 306).

Carla Pinsky (2018) ressalta que, apesar da dificuldade de se ver mulheres das classes médias trabalhando fora de casa, havia conflitos entre as visões tradicionais das funções que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade e um discurso que



ganhava cada vez mais corpo e que destacava a importância da independência financeira feminina, a possibilidade de satisfazer suas necessidades pessoais e familiares com seu próprio dinheiro e de ter uma profissão. Observa-se, nesse período, o aumento da participação feminina nos cursos superiores onde “a proporção de homens para mulheres com curso superior, que em 1950 era de 8,6 para 1, baixou, em 1960, para 5,6” (p.625). Ao mesmo tempo, muitas mulheres não exerciam plenamente a profissão em que se formavam, por optarem pela vida conjugal e por contentarem-se apenas com o prestígio do diploma e por adquirirem cultura geral nos cursos, sobretudo os de magistério.

O fim dos anos 1960 e a década de 1970 marcam também o fortalecimento dos movimentos feministas e de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no Brasil e no mundo. Nos ambientes de classe média e acadêmico, a “segunda onda feminista” realizou reflexões acerca do lugar da mulher na sociedade brasileira, da ocupação destas no espaço público, em torno da luta da violência, a opressão e a discriminação da mulher. As mulheres trabalhadoras lutaram por melhorias das suas condições de trabalho e estiveram na frente de várias manifestações e reivindicações, seja pelo aumento do número de creches, pelas críticas às políticas salariais do Estado e da demanda de serviços públicos de apoio à mãe trabalhadora (Giulani, 2018)

Marko Monteiro (2013) destaca que as mudanças sociais, culturais, demográficas, econômicas e políticas que o país atravessou nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo no período do “milagre econômico”, possibilitaram não só a entrada de uma massa de pessoas numa cultura de consumo, mas também que as discussões acerca das relações desiguais entre os gêneros alcançassem um maior número de pessoas e que as mulheres passassem a ocupar mais o espaço público.

Para Kaizô Beltrão e José Eustáquio Alves (2009), os avanços científicos e médicos também contribuíram para a liberação das mulheres do espaço privado. Segundo os autores, a regulação da fecundidade permitiu que se limitasse o número de filhos e de nascimentos, fazendo com que pudesse haver um maior planejamento do tamanho da família, assim como possibilitava a permanência na escola e no mercado de trabalho. Maria Cristina Bruschini (2007) cita que, além da queda de fecundidade e diminuição do tamanho das famílias, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas do país, há ao longo do

século XX aumento da expectativa de vida da população e o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres.

No campo educacional, a pressão advinda dos movimentos sociais que resultaram na promulgação de leis como a LDB de 1961, que equiparava o Ensino Normal ao Ensino Médio e possibilitou maior entrada feminina nos cursos superiores (Beltrão, Alves, 2009). Além disso, a Reforma do Ensino Superior de 1968 passou a estruturar as universidades no país de maneira mais efetiva e a ampliação do número de vagas e cursos (ofertados sobretudo pelo setor privado) levaram a um aumento considerável da participação feminina nos cursos universitários brasileiros e no mercado de trabalho<sup>1</sup>.

Muitos autores destacam que a maior inserção da mulher no Ensino Superior se deu por meio das “profissões femininas”, de menor prestígio e com grande diferença salarial. Márcia Grossi *et. al.* (2016) destacam que nos anos 1960 e 1970, durante o período da ditadura militar, há uma mudança na visão a respeito da função da professora, provocada pela maior tecnicização da vida profissional incentivada pelo regime. O trabalho docente, ligado historicamente à figura feminina, passa a ser visto como o trabalho de um educador e o discurso em torno da profissão levam a professora a ser considerada como uma educadora, uma profissional do ensino, deixando um pouco de lado a figura da “professorinha”, termo muitas vezes utilizado de forma pejorativa e que possui o objetivo de “designar profissionais que possuem poucos conhecimentos em sua área de atuação” (Grossi *et al.*, 2016, p. 15).

Kaizô Beltrão e José Eustáquio Alves (2009) mostram que, após a década de 1980, há uma reversão do hiato de gênero educacional no Brasil, a partir de um aumento da escolaridade média da população no geral, mas onde a porcentagem de mulheres avançou com maior velocidade. Segundo os autores, “em 1960, a escolaridade média dos homens era de 1,9 ano e a das mulheres, de 1,7. Já em 2000, esses números passaram a 5,1 e 5,5 anos, respectivamente” (p.137).

---

<sup>1</sup> Segundo Marko Monteiro (2013, p. 345) “a participação feminina no mercado de trabalho passou de 14,6%, em 1950, para 27,2%, em 1980. Entre 1950 e 1980, o crescimento médio da População Economicamente Ativa (PEA) total no país foi de 3,1% ao ano, enquanto que o crescimento médio da PEA feminina foi de 5,2%”.

Márcia Grossi *et al.* (2016) demonstram que entre 1998 e 2003, por exemplo, as matrículas femininas atingiram índice de 54% no ensino médio, ante 46% dos homens. Quando se observa os números dos níveis mais avançados de ensino no período citado, as matrículas femininas ultrapassavam em 12,8% as masculinas na graduação. Entre 2001 e 2010, 57,0% das matrículas eram de estudantes do sexo feminino e elas representavam 60,9% dos concluintes dos cursos.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (CENSUP), em 2019, dos mais de 6 milhões de matrículas realizadas em cursos superiores no país, elas representavam 55,74% do número de matriculadas e entre 2010 e 2019, há um crescimento de 21% no número de matrículas femininas nos cursos, incluindo as modalidades presencial e à distância, esta segunda com expressivo crescimento nos últimos anos.

Cabe destacar que, no entanto, o aumento da escolaridade e da participação no mercado de trabalho não representam muitas vezes equidade de oportunidades e salariais, mesmo nos estratos com maior escolaridade e em carreiras acadêmicas. Segundo Gilda Olinto (2011), à medida que se avança nos postos de trabalho dentro das carreiras acadêmicas, por exemplo, há uma diminuição da paridade de gênero, com os homens possuindo maior número de promoções, obtenção de bolsas de estudo e ocupação de cargos de chefia e liderança, mesmo que em profissões idênticas. Segundo a autora, 46,5% dos homens profissionais de saúde ganhavam mais de 10 salários-mínimos, ante 21,9% das mulheres na mesma área. Para Lima, Rios e França (2013) “o desafio para as mulheres mais escolarizadas é participar de forma equitativa nas carreiras consideradas guetos ocupacionais masculinos, em que há salários mais altos, e alcançar posições de comando nos diferentes setores do mundo do trabalho” (p. 54)

A diferença entre escolaridade e acesso ao Ensino Superior no Brasil também se mostra desigual quando se coloca luz sobre o demarcador raça, uma vez que apesar do aumento, pretos/as e pardos/as ainda entram em menor número nos estabelecimentos de Ensino Superior, sejam eles públicos ou privados. Edilza Sotero (2013) destaca que a despeito da maior entrada de homens e mulheres negras no Ensino Superior e do aumento da escolaridade de ambos nos últimos anos, estes ainda estão em número consideravelmente menor se comparados com pessoas brancas. Os dados apresentados pela autora a respeito da porcentagem de estudantes por sexo e raça no Ensino

Superior, nos anos de 2003 e 2009, deixam evidente que a presença de mulheres e homens brancos ainda é muito superior à de mulheres e homens negros<sup>1</sup>.

Para Márcia Lima, Flávia Rios e Danilo França (2013), o degraú racial é o mais expressivo nos níveis superiores de ensino, onde as mulheres brancas possuem maior taxa de escolarização sobretudo após a década de 1990, ao passo que os homens negros adentram menos nos cursos superiores. Para os autores, os avanços educacionais dos últimos anos trouxeram melhorias na escolarização e na ocupação de postos de trabalho para a população negra, mas não levaram a uma equalização nos estabelecimentos de ensino superior e no mercado de trabalho, onde estas desigualdades raciais se apresentam seja na busca pelo emprego, seja na ocupação de espaços e posições de liderança prestígio dentro das empresas ou como proprietários/as dos próprios negócios.

Ainda que com inúmeras barreiras, estudar pode ser considerado como uma forma de escapar de uma lógica de poder que a sociedade brasileira impôs durante muito tempo às mulheres e aos mais pobres. Dentro da lógica foucaultiana, o poder que induz, que gera e que penetra nos corpos, também produz a resistência. Onde há poder, há resistência e buscar ascender na educação e conseqüentemente nas carreiras e se consolidar no mercado de trabalho, pode ser visto como um mecanismo das mulheres para resistir, se fazerem presentes e buscar uma diminuição das barreiras impostas pelas relações desiguais existentes.

As desigualdades de gênero, raça e classe, sob as quais a sociedade brasileira foi alicerçada e se desenvolveu, ainda são presentes no país, em diversos campos da sociedade – no mundo do trabalho, na educação, na saúde, por exemplo. Refletir historicamente para essas desigualdades é importante para que se possa compreender de quais formas as desigualdades e relações desiguais de poder se deram e, possibilita, que se lance mão de estratégias para mitigar e eliminar essas desigualdades. A síntese aqui empreendida objetivou ser um dos instrumentos que permitam essa reflexão.

---

<sup>1</sup> Segundo os dados da autora, enquanto as mulheres brancas representavam quase 40% do número de pessoas matriculadas no Ensino Superior em 2009, a porcentagem de mulheres negras está próxima de 20% - enquanto de homens brancos chega a quase 30%.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, jan.- abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf> Acesso em: 8 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 8 maio 2024.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**. Campinas, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 50-57.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à era de Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 305 p.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 260 p.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 510-553.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 60, p. 15-38, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/38277/23425> Acesso em: 8 maio 2024.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, volume 1**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 640-668.
- GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro et. al. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./abr. 2016.
- LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES,

- Mariana Mazzini et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80.
- MONTEIRO, Marko. Masculinidades em revista: 1960-1990. *In*: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (org.). **História os homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 335-358.
- MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade no “anos 1968”. *In*: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 299-334.
- OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/427/1/GildaO.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.
- OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. **A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800)**: a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- PERES, Tirsa Regazzini. Educação brasileira no Império. *In*: UNESP. **Caderno de formação: formação de professores: educação, cultura e conhecimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 48-70.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres nos anos dourados. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 607-639.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 578-606.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao Ensino Superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini *et. al.* **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. p. 35-52.

# CAPÍTULO VI

## INTERSEÇÕES ENTRE GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO GRUPO DE APOIO PARA MÃES (GAM)

### INTERSECTIONS BETWEEN GENDER AND LABOR MARKET: AN EXPERIENCE REPORT IN THE MOTHERS SUPPORT GROUP (GAM)

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-6

Rafaela Gomes de Souza Farias<sup>1</sup>  
Ikaro Rafael Marques da Silva<sup>1</sup>  
Marcelly Medeiros Pinto<sup>1</sup>  
Ana Luiza Silva Andrade<sup>1</sup>  
Liriel Thaís Dantas dos Santos<sup>1</sup>  
Ana Laura de Araújo<sup>1</sup>  
Pamela de Sousa Gonzaga<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

<sup>2</sup> Docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

#### RESUMO

O presente relatório traz algumas reflexões resultantes das práticas do componente curricular “Pesquisa e Extensão II” do curso de psicologia, executada de forma presencial nas discussões em sala de aula com os alunos e online com o grupo alvo. Dessa forma, o trabalho procurou analisar como as interseções entre gênero e mercado de trabalho se apresentam para mulheres que são mães, buscando compreender quais os entraves vivenciados pelas mães participantes do GAM em relação ao mercado de trabalho e de que forma o trabalho ou sua falta impactou na vida das mesmas. A metodologia empregada se constituiu em encontros semanais realizados por meio do grupo focal com a finalidade de proporcionar para as mães um espaço aberto de escuta empática. Portanto, conclui-se que, o grupo focal obteve os resultados esperados propiciando para as mães do GAM o acolhimento das demandas trazidas pelas mulheres, por meio da fala livre e escuta atenta, como também impactos positivos para os discentes e docentes que estavam inseridos no trabalho.

**Palavras-chave:** Maternidade. Mercado de Trabalho. Grupo de apoio.

#### ABSTRACT

This report outlines some reflections resulting from the practices of the “Research and Extension II” curricular component of the psychology course, carried out in person in face-to-face discussions with students and online with the entire group. In this way, the work seeks to analyze how the intersections between gender and the job market appear for older women, seeking to understand what the majority of GAM participants have experienced in relation to the job market and how work is lacking . impact on life itself. The methodology used consisted of weekly meetings held through a focus group with the aim of providing more open space for empathetic discussion. Therefore, it is concluded that the focus group obtains the expected results by promoting more GAM or acceptance of the demands made by women, as it provides free and attentive listening, as well as positive impacts for students and teachers who are involved in the work.

**Keywords:** Motherhood. Labor Market. Support Group.



## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de maternidade é atravessado por questões políticas, culturais e econômicas que moldam a vivência de mulheres que se tornam mães e daqueles que a cercam, provocando transformações em diversos âmbitos da sua vida como o trabalho, as relações interpessoais, entre outros (Iaconelli, 2023). Além disso, Fiorin et al (2014) destaca que o nascimento de um filho é um período marcado por mudanças para a progenitora, onde a nova realidade lhe traz outras demandas e uma quase obrigação social de atender aquilo que é esperado em uma mulher que é mãe, o que muitas vezes não inclui o trabalho fora do ambiente doméstico. Desse modo, todas essas questões, são expectativas criadas carregadas de estereótipos de gênero e normas ultrapassadas, que podem se tornar um fardo pesado que gera culpa, frustração e sofrimento para as mães que não se encaixam no modelo idealizado. Com isso, é dado à mãe o papel de conciliação trabalho-família, de sobrecarga de tarefas domésticas, de cuidados e da naturalização da responsabilidade materna exclusiva. (Deus, Schmitz, Vieira, 2021).

Assim, a promoção de saúde física e psíquica para essas mulheres que precisam conciliar as vivências nos espaços do mercado de trabalho com a maternidade se faz de suma importância. Maluf e Kahhale (2012) apontam que a percepção de controle da situação de cuidado materno e das responsabilidades laborais pode promover a autoestima na mulher, o que permite que ela possa administrar sua vida de forma que possibilite recompensas e qualidade de vida para si. Partindo disso, buscamos compreender como as mães participantes do grupo estão conciliando a dupla jornada de trabalho e quais estratégias estão sendo utilizadas por aquelas que não obtiveram sucesso em se inserir no mercado novamente.

Nesse sentido, o Grupo de Apoio Para Mães (GAM) se constitui como um espaço para mulheres que buscam ter suas vivências relacionadas à maternidade e ao trabalho escutadas de forma empática e sem julgamentos, por meio de um ambiente virtual que promova acolhimento de demandas e da troca de experiências entre as mães ali presentes. Para que a realização desses encontros se tornasse possível, foram utilizados recursos digitais como a plataforma *Google Meet* e o *WhatsApp* que possibilitaram o contato direto com as mães para fornecer datas, avisos, links e demais informações relevantes. Para dar suporte às práticas do grupo foram realizadas supervisões entre os



estagiários e a professora supervisora, como referencial teórico utilizamos a psicodinâmica do trabalho, que como coloca Dejours (2004), proporciona a inclusão da subjetividade do indivíduo no fazer laboral, para a discussão dos casos relatados pelas mães possibilitando um maior entendimento sobre a temática.

Nesse sentido, acreditamos que compartilhar esta experiência e as reflexões elaboradas a partir dela torna-se relevante mediante a contemporaneidade da problemática apresentada, sabendo que os papéis de gêneros construídos ao longo da história acarretam para mulheres diversas consequências para sua saúde mental e física, dentre eles a cobrança excessiva para a maternagem. Dessa forma, procuramos refletir sobre as principais dificuldades dessas mães em relação ao trabalho, seus objetivos a curto e longo prazo, de que forma o trabalho ou sua falta impactou suas vidas, buscando sempre o acolhimento das demandas trazidas, por meio da fala livre e escuta atenta.

## 2. MÉTODO

Este trabalho, concebido no escopo da disciplina de Pesquisa e Extensão II do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), se configura como um relato de experiência. Sua proposta central está voltada para vivências de mães e suas relações com o contexto laboral. As reflexões levantadas a partir das vivências dos alunos na disciplina surgem das informações obtidas por meio de sessões delineadas por um grupo focal de apoio social, composto por cinco mães de distintas conformações, residentes em Campina Grande e arredores. Além delas, integraram o grupo uma psicóloga e seis estudantes de Psicologia. Vale ressaltar que embora as experiências relatadas sejam referentes a vivência dos alunos na disciplina, as participantes desse grupo já compartilhavam experiências prévias no GAM, um espaço virtual de acolhimento criado e orientado pela Professora durante a pandemia do Covid 19.

O Grupo focal fundamentou-se na teoria da psicodinâmica do trabalho, conforme desenvolvida pelo especialista em medicina do trabalho, psiquiatra e psicanalista Christophe Dejours. Essa abordagem proporcionou uma reflexão aprofundada sobre o impacto do trabalho na saúde mental dos colaboradores. A relevância desse tema é inegável atualmente, considerando as múltiplas consequências, positivas e/ou negativas, que podem surgir nos indivíduos, dependendo de como o

trabalho é organizado, dividido e distribuído socialmente (Areosa, 2001). Além disso, foram trabalhadas questões relacionadas à maternidade e gênero. Nessa perspectiva, a crença de que a maternidade é um destino biológico da mulher, um instinto natural e inato, máscara a construção social desse papel ao longo da história. Atribuir às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado dos filhos, da família e do lar as confina a uma esfera doméstica subvalorizada, perpetuando a desigualdade de gênero e limitando suas oportunidades na sociedade (Silva, et. al. 2020).

Ao todo, foram realizados três encontros com frequência semanal, sempre às segundas-feiras, no horário das 9h30 às 11h. As temáticas abordadas foram cuidadosamente elaboradas pelos estudantes, garantindo a introdução de diferentes pontos de discussão a cada sessão. No primeiro encontro, explorou-se os "Prazeres e sofrimentos do mundo do trabalho e sua relação com a maternidade". No segundo a temática se voltou para "Projeto de vida: uma relação de trabalho e maternidade". No terceiro encontro, mergulhou-se no tema "O Trabalho de ser mãe: Dupla jornada". Cabe pontuar que todos os encontros ocorreram de maneira virtual, proporcionando uma notável flexibilidade na participação das mães, que puderam estar presentes independentemente de sua localização geográfica. Essa abordagem virtual contribuiu significativamente para a acessibilidade e inclusão no processo.

Com o propósito de viabilizar a utilização desse material, procedeu-se, no primeiro encontro, com uma solicitação às mães para a autorização formal referente à utilização dos conteúdos discutidos. Essa iniciativa, tomada de forma transparente e ética, visa assegurar a participação informada e consentida das mães, garantindo, assim, o respeito integral aos princípios éticos e legais envolvidos nesse processo.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1. 1º ENCONTRO

#### 3.1.1. Prazeres e sofrimentos do mundo do trabalho e sua relação com a maternidade

O encontro teve início com a reprodução da música "Desconstruindo Amélia" da cantora Pitty, seguindo de um pedido às mães para compartilharem as partes da letra com as quais se identificavam. Elas expressaram a falta de reconhecimento que o trabalho materno recebe e o cansaço que sentem ao terem que cuidar da casa, dos

filhos, dos maridos e de outras pessoas, além de si mesmas. As mães prosseguiram discutindo sobre suas ocupações, revelando que não estão inseridas no mercado de trabalho formal.

Dando continuidade, ressaltaram como o trabalho em casa não é reconhecido e que por muitas vezes não recebem o auxílio dos familiares, “mulher quando vira mãe torna-se pública”, “o trabalho materno não é reconhecido”. Dentre elas, destacamos o relato de Maria (nome fictício) que destaca os empecilhos para realizar seu trabalho de artesanato em casa tendo que lidar com a demanda do filho, queixando-se de que a separação recente do pai é turbulenta, marcada pela recusa da aceitação dele do término, tendo atitudes que prejudicam seu horário de trabalho e a convivência com seu filho. Destacamos aqui a fala da participante: “Ele devia chegar no horário para levar o menino para a escola, mas ele se atrasa sempre e acaba atrasando meu horário de trabalho”.

Neste encontro, outra mãe, que a chamaremos de Tânia, menciona que possui dois filhos, e está lidando com a chegada da terceira que não havia sido planejada, ela discorre que pretendia retornar ao mercado de trabalho, mas agora terá que esperar no mínimo mais um ano e isso a frustra. “Hoje queria trabalhar fora”, ela fala também do seu medo em não conseguir mais emprego devido a sua idade “tenho 39 anos, quase 40, será que vou conseguir me inserir no mercado de trabalho?”. A mãe Victoria complementa falando das dificuldades que se tem em conseguir trabalho tendo as demandas do filho com o espectro autista para se responsabilizar e continua “não tem nada de bom na maternidade”, “prefiro a morte do que ter outro filho”.

O trabalho e a maternidade durante muito tempo foram vistos como assuntos distintos e sem muita relação. Atualmente, com algumas mudanças sociais, é possível observar que as mulheres têm mudado esse cenário, na tentativa de se inserir no mercado de trabalho, apesar das inúmeras dificuldades, como é apontado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021), apenas 54,6% das mulheres com filhos pequenos estão empregadas, em contrapartida observa-se que o número de homens empregados com filhos pequenos é de 89,2%, demonstrando que muitas das mulheres colocam seus objetivos de trabalho de lado para se dedicarem a criação dos seus filhos.

Conforme Cândida & Santana (2023), existem diversos fatores para a discriminação da mulher nesse ambiente, tais como discriminação racial, classe social, discriminação quanto à idade e principalmente referente à maternidade. Nessa perspectiva, a gravidez é vista como um custo para a empresa, uma vez que toda mulher tem direito à licença maternidade, sendo tal direito carregado pelo estigma de maior probabilidade da mãe abandonar a carreira em função de cuidar do filho e da família.

Outro viés, também relacionado à maternidade é abordado por Hewlett (2002), refere-se à paternidade ser mais bem quista do que a maternidade, devido aos estigmas relacionados aos empresários a obterem sucesso empresarial, que conseqüentemente ocasiona em uma esposa e em filhos, tudo devido ao seu mérito no campo laboral. Por outro lado, para a mulher essa situação se torna adversa, ela é compreendida como frágil porque a maternidade torna-se prejudicial à sua carreira.

## 3.2. 2º ENCONTRO

### 3.2.1. Projeto de vida: uma relação de trabalho e maternidade.

O encontro 2 tinha por objetivo trazer reflexões sobre o seu projeto de vida relacionado ao trabalho. Foi iniciado a partir do poema “O sonho” de Clarice Lispector, com o intuito de instigar reflexões acerca dos sonhos, planos e expectativas que as mães possuem atrelado ao trabalho.

Os discursos foram iniciados com cada mãe relatando com o que trabalha no momento. Ao decorrer desses relatos, a mãe Poliana narrou como maneja seu trabalho atrelado a maternidade, tendo em vista que seu filho é autista. Já Joana relata que seu filho possui grande dependência, e por isso sente-se frustrada por não conseguir realizar seus planos relacionados ao trabalho. Ela ainda nos conta que não há possibilidade de sonhar naquele momento, mas que busca apoio e acolhimento na ideia de planejar um dia de cada vez. Maria, nos trouxe que está bastante triste por ter sido notificada pela empresa que trabalha, que haverá redução no seu salário. No seu discurso, ela relata que existe bastante afeto relacionado a suas práticas laborais e que isso está atrelado a sua independência.

Nesse sentido, Guiginski e Wajnman (2019) discutem o impacto da presença e do número de filhos sobre a participação e qualidade da inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho. Elas explicam que, apesar dos avanços significativos

das mulheres nas últimas décadas, o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta altas taxas de informalidade, baixos níveis de rendimento e produtividade, além de persistente desigualdade de gênero. Entre as causas apontadas, destacam-se os papéis familiares e os contextos dentro das famílias, fundamentais para explicar as disparidades entre homens e mulheres no acesso e na qualidade do trabalho. As autoras constataam que a presença de filhos, especialmente em idade pré-escolar, impacta negativamente a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reduzindo a probabilidade de participação e aumentando as chances de trabalho precário, jornada parcial e trabalho autônomo. Em contraste, para os homens, os resultados são menos consistentes e frequentemente a presença de filhos não se mostra estatisticamente significativa. Assim, tornam-se evidentes as desigualdades de gênero no mercado de trabalho enfrentadas pelas mulheres, especialmente aquelas que vivenciam a maternidade.

Diante disso, os conteúdos que surgiram durante o encontro giraram em torno de conciliação entre o trabalho e a maternidade, insatisfação com as mudanças no trabalho e frustração com a ausência de emprego. Nesse contexto, a partir de todos esses relatos, podemos perceber a relação entre o trabalho e a maternidade e a realização de sonhos. É possível notar que as narrativas das mães são carregadas de frustrações e de sentimentos de que poderiam fazer mais, tanto na maternidade, quanto no seu trabalho.

Dessa forma, percebemos o quanto ser mulher e mãe está atrelado a diversas demandas, tanto na esfera pessoal, quanto profissional, e, ligado a isso, as questões estruturais relacionadas a gênero, na qual a mulher, desde de muito cedo, é designada o papel de cuidados do lar, e posteriormente do seu marido e filhos. Nessa perspectiva, questões estruturais vinculadas à maternidade e o trabalho atravessam a vida dessas mulheres e acabam ocasionando sentimentos como angústia, frustração e culpa. Tais sentimentos são socializados desde muito cedo para mulheres, em que é posto para as mesmas que o amor materno incondicional e a visão ideal da maternidade devem suprir suas necessidades enquanto mulher e mãe (Formiga, 2021). Segundo a mesma autora, esses sentimentos depreciativos e ambivalentes na maternidade são resultados de interpelações sociais, que demandam da mulher ajustes nessa nova etapa, exaurindo da

mesma suas ambições pessoais para além do materno, como a participação no mercado de trabalho.

Dentro desse contexto, há o olhar da perspectiva da psicodinâmica do trabalho, que reconhece que o ambiente laboral pode ser um local que gere prazer ou sofrimento ao indivíduo, mas sempre tendo em vista o contexto complexo onde diferentes dinâmicas internas influenciam a experiência dos trabalhadores. Assim, a interação entre fatores individuais e organizacionais cria uma variedade de experiências, desde satisfação e realização até estresse, descontentamento e culpa. Portanto, é levado em consideração a complexidade das interações entre o indivíduo e o ambiente de trabalho, promovendo uma compreensão mais profunda dos fatores que influenciam o bem-estar e o desempenho no trabalho (Dejours, 2004). Nesse sentido, percebemos nos discursos das mães do grupo que o trabalho aparece como lugar de identificação, independência e realização, resgatando elementos da subjetividade dessas mulheres que não se encerram na experiência da maternidade.

### 3.3. 3º ENCONTRO

#### 3.3.1. O Trabalho de ser mãe: Dupla jornada

O encontro foi realizado com três mães que estavam disponíveis no dia, iniciado a partir da música “Quero ter você” de Irá Caldeira. Tal canção serviu como ponte, trazendo reflexões acerca da autoaceitação. As facilitadoras do grupo, sensíveis à mensagem expressada pela música, convidou as mães para compartilharem seus sentimentos e experiências que foram despertadas nesse momento.

Após aberto esse espaço de escuta, iniciamos a temática do encontro provocando-as com a questão: “Como vocês enxergam essa jornada de trabalho fora e dentro do lar?”. Cada mãe respondeu de maneira subjetiva conforme a própria realidade.

A primeira mãe retratou que se considera uma pessoa independente, mas que depois de ser mãe toda a rotina diária mudou e agora tudo gira em torno do filho. O tempo que antes era exclusivo dela, agora é dividido com o filho. Ela não gosta do termo “Mãe guerreira”, pois enfrenta dificuldades diárias, relatando muito cansaço, em específico, pelo bebê ainda mamar, ocasionando poucas horas de sono para a mãe, sendo caracterizada pela integrante como uma fase bem complicada.

Conforme Borsa & Nunes (2011) e como retratado pelos discursos das integrantes, apesar das diversas mudanças sociais, a mulher ainda exerce o papel principal de cuidadora do lar e dos filhos, enquanto o homem permanece como coadjuvante e não assume responsabilidades e tarefas em equidade com as mulheres.

A segunda mãe revelou que não tinha o desejo de ser mãe, pois, já cuidava do seu sobrinho, nunca desfrutando de momentos sozinha porque tinha que se preocupar constantemente com ele e com a própria mãe. Devido à chegada do filho, especialmente por possuir autismo, passou a considerar a maternidade como uma tarefa mais complexa. O fato de não possuir um emprego faz com que a família pense que sempre está livre, expressando o incômodo desse julgamento.

Já é amplamente discutida a ideia de que ser mãe não é um instinto feminino e muito menos ligado apenas ao sentido biológico. A maternidade é uma escolha em que a mulher opta ou não vivenciar. Tal estigma presente na sociedade, fortalece o papel da mulher em relação ao ideal de uma boa mãe, de forma que acarreta a mulher assumir boa parte ou por completo, as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (Nunes, 2011).

A terceira mãe compartilhou um pouco sobre as vivências da semana, mencionando que está lidando melhor com a notícia do novo emprego, enxergando de uma maneira positiva. Ela retrata que sempre enfrentou uma carga pesada, até mesmo antes do nascimento do seu filho, assim, ressaltou a importância de se libertar do próprio julgamento e da culpa, reconhecendo a impossibilidade de dar conta de todas as demandas da vida.

Para finalizar a atividade, cada mãe resumiu o encontro utilizando uma expressão que representasse sua experiência pessoal. Dentre as diversas temáticas abordadas, destacamos as dificuldades inerentes à maternidade, o julgamento familiar e a falta de compreensão sobre a maternidade como um trabalho legítimo, além do constante desafio da autoceitação. Esse encontro não apenas proporcionou um espaço seguro para as mães se expressarem, como também criou uma rede de compreensão e empatia que as fortalecerá em sua jornada única como mães.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacitação do psicólogo deve englobar uma atuação que exceda os limites do contexto clínico-terapêutico, onde possa abrir espaço, em sua ampla atuação, para o trabalho prático em políticas públicas de saúde e assistência social, por exemplo, assim como em organizações da sociedade civil. Desta maneira, a atuação prática com a comunidade feita por estudantes de psicologia é relevante por proporcionar a vivência de uma atuação profissional. Ressaltamos que práticas como essas propicia o contato com uma atuação do(as) psicólogos(as) pautada pelo compromisso social na transformação da realidade, colocando-os dentro da realidade social de forma a compreender os problemas emergentes na construção de uma nova sociedade (Martín-Baró, 1980/2017).

Além disso, essa temática é importante uma vez que a promoção da atuação prática dos(as) psicólogos(as) voltado para questões de gênero frente a maternidade é um importante instrumento para abordar essa temática de forma mais ampla e eficaz. Os profissionais da psicologia nesses contextos permitem uma compreensão mais profunda das demandas e desafios enfrentados pelas mulheres, em especial pelas mães, que muitas vezes enfrentam discriminação, violência e dificuldades no acesso a direitos básicos. Além disso, a atuação do psicólogo junto às mães possibilita a promoção de uma maternidade mais saudável e consciente, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares. Dessa forma, é fundamental que a formação e atuação do psicólogo estejam voltadas para a promoção do bem-estar e empoderamento das mães, considerando suas especificidades e necessidades no contexto social (Nunes, 2011)

Diante disso, observou-se que a experiência vivida na maternidade vem como uma avalanche de transformações em toda a família, porém a grande maioria recai na mulher. Tais transformações, muitas vezes pensadas e idealizadas de maneira romântica, acabam por criar frustrações de como seria a maternidade ideal, ou até o modelo de mãe ideal, aliando-se a esse contexto a mulher que além de ser mãe, encontra-se no mercado de trabalho (Formiga, 2021). Se diante dos relatos é possível termos ideia de como ser mãe é difícil, imaginemos como é praticar essa dupla jornada de trabalho, adicionando ainda um olhar de uma sociedade que sobrecarrega, julga e pune essa mulher que agora é mãe (Araújo, 2017).



Dentro desse contexto, é notória a importância de grupos de apoio como o GAM, como espaço de voz, escuta e acolhimento. Foi possível perceber durante os encontros a necessidade que as mães apresentam de compartilhar suas vivências, de escutar a si mesma e as outras, promovendo essa troca de experiências. Podemos afirmar que esses encontros contribuíram de forma bastante significativa, pois é possível trazer reflexões sobre a maternidade atrelada à questão de trabalho e o não trabalho.

É perceptível também a importância do trabalho para as mães do Grupo GAM, como meio de promover e desenvolver sua autonomia e valorização pessoal. Além disso, por meio do grupo foi mostrado que a ocupação no mercado de trabalho possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências, contribuindo para o crescimento profissional e a melhoria da qualidade de vida das mães e suas famílias. Dessa forma, é visível que o trabalho para as mães do GAM representa não só uma renda salarial, mas também uma importante ferramenta de identidade para elas mesmas.

Concluimos assim que o GAM possibilitou um grande espaço de acolhimento e de apoio às mães, mostrando-se bastante eficaz no seu objetivo. Pelos relatos das participantes foi possível perceber o quanto elas necessitam, gostam e se sentem confortáveis ao trazer suas demandas. Além disso, foi possível visualizar como os papéis de gênero se apresentam na socialização da mulher principalmente dentro do ambiente laboral, ocasionando em sua grande maioria em uma dupla jornada exaustiva, muitas vezes essas mulheres se encontram sobrecarregadas e sujeitas a julgamentos da sociedade. Nesse sentido, grupos de apoio como o GAM desempenham um papel crucial ao proporcionar espaços de escuta, acolhimento e troca de experiências, promovendo reflexões sobre a maternidade, trabalho e gênero.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. **O impacto da maternidade na carreira da mulher**. Tese (especialização curso MBA Executivo em Gestão Estratégica e Econômica de Recursos Humanos lato sensu) FGV- *Fundação Getúlio Vargas*, São Paulo, 2017;
- AREOSA, J. **Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho**. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 2, p. 321–330, maio 2021;
- BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. **Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear**. *Psicologia Argumento*, v. 29, n. 64, p. 31–39, 2011;

- DA SILVA, Rafaela Cândida; COSTA, Swuellen Eduarda Portela; DOS SANTOS SANTANA, Gracielle. **Mulher e trabalho**: o papel da psicologia frente a desigualdade de sexo no mercado de trabalho. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 8, p. 11879-11894, 2023;
- DE DEUS, Meiridiane Domingues; SCHMITZ, Mariana Effting de Sousa; VIEIRA, Mauro Luís. **Família, gênero e jornada de trabalho**: uma revisão sistemática de literatura. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2021;
- DEJOUR, Christophe. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. **Rio de Janeiro: Fiocruz**, 2004;
- DEJOURS, Christophe. **Subjetividade, trabalho e ação**. *Revista Produção*, São Paulo, v. 14, n.3, p. 27-34, 2004;
- FIORIN, et al. **Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade**. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.15, n.1, p.25-35,2014;
- FORMIGA, I. M. O. **Ambivalências e sentimento de culpa na vivência da maternidade contemporânea**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciência da Educação e Saúde - FACES, Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília. p. 83, 2021;
- GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. **A penalidade pela maternidade**: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. e0090, 2019;
- HEWLETT, Sylvia Ann. **Executive women and the myth of having it all**. *Harvard business review*, v. 80, n. 4, p. 66-73, 125, 2002;
- IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: Psicanálise e políticas da reprodução. *Editora Schwarcz-Companhia das Letras*, 2023;
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 20 de fev. 2024;
- MALUF, V. M. D.; KAHHALE, E. M. S. **Mulher, trabalho e maternidade**: uma visão contemporânea. *Polêm!ca*, v.9,n.3. p.143-160, 2010;
- MARTÍN-BARÓ, I. O psicólogo no processo revolucionário. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais, p. 25-29, 2017;
- NUNES, S. A. **Afinal, o que querem as mulheres?** Maternidade e mal-estar. *Psicologia Clínica*, v. 23, p. 101-115, 2011;
- SILVA, Juliana Marcia Santos et al. **A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia**. *Revista Feminismos*, v. 8, n. 3, 2020.

# CAPÍTULO VII

## O QUE (D)ENUNCIA UMA CARTA ESCRITA POR UM JOVEM NEGRO?

### WHAT DOES A LETTER WRITTEN BY A YOUNG BLACK MAN SAY?

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-7

Dérick Luis de Moraes Conceição <sup>1</sup>

Esmael Alves de Oliveira <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pesquisador do Programa de Iniciação Científica.

<sup>2</sup> Graduado em Filosofia (UFAM) e Psicologia (UFGD), doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente dos cursos de Graduação em Ciências Sociais e Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGPs) e Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), dentro da linha de pesquisa Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais, vinculada ao Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade.

#### RESUMO

Em uma aposta ético-política de que a escrita e o conhecimento acadêmico podem se constituir como uma escrita orgânica e a escrevivência como potente ferramenta metodológica, o foco de nossa reflexão torna-se aquilo que nos acontece. Tomando como disparador de nossa análise uma carta-escrevivência elaborada pelo primeiro autor para concorrer a uma bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), buscamos pensar alguns dos efeitos do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira e que incidem diretamente na subjetividade dos homens negros. Afinal, como se articulam masculinidades, processos de subjetivação e racismo estrutural? Por fim, ao tomarmos a análise da carta-escrevivência como experiência, interessa-nos não somente compreender e (d)enunciar as interdições brancocentradas voltadas aos corpos de jovens homens negros como efeitos de uma sociedade racista e patriarcal, mas também vislumbrar outras possibilidades de tornar-se homem negro em oposição aos dispositivos de colonialidade.

**Palavras-chave:** Escrevivências. Masculinidades. Racismo. Interseccionalidade. Psicologia.

#### ABSTRACT

In an ethical-political bet that writing and academic knowledge can be constituted as organic writing and writing as a powerful methodological tool, the focus of our reflection becomes what happens to us. Taking as the trigger for our analysis a written letter prepared by the first author to compete for a scholarship from the Tutorial Education Program (PET), we seek to think about some of the effects of structural racism present in Brazilian society and which directly affect the subjectivity of black men. After all, how are masculinities, processes of subjectivation and structural racism articulated? Finally, when we take the analysis of the letter-writing as an experience, we are interested not only in understanding and (d)enunciating the white-centered interdictions aimed at the bodies of young black men as effects of a racist and patriarchal society, but also in envisioning other possibilities of becoming a black man in opposition to the devices of coloniality.

**Keywords:** Writings. Masculinities. Racism. Intersectionality. Psychology. Environment.

## 1. INTRODUÇÃO

Em uma aposta ético-política de que a escrita e o conhecimento acadêmico podem se constituir como uma escrita orgânica e a escrevivência como potente ferramenta metodológica, nossa reflexão volta-se para o que nos acontece (Bondía, 2002). A partir da articulação com o projeto de pesquisa “A contribuição de autoras/es negras/os na/para a Psicologia: Uma revisão narrativa”, conduzido pelo primeiro autor e orientado pelo segundo, e em articulação com o projeto de pesquisa “Diálogos entre antropologia e psicologia na fronteira: teorias, métodos e problemas de pesquisa”, coordenado pelo segundo autor, buscamos refletir sobre o lugar de um jovem homem negro acadêmico a partir de seus questionamentos dos dispositivos racistas e patriarcais. Ao percorrer os espaços de nossas experiências (Sathler; Oliveira, 2022), reconhecemos que estas são singulares e, ao mesmo tempo, intersubjetivas. Assim, em alguns momentos da escrita, evidencia-se o aspecto singular (onde a dimensão autoral se destaca em torno de um “eu”), em outros a escrita dos dois autores se mescla (destacando-se o caráter compartilhado e plural de um “nós”).

Se as masculinidades se constituem como um complexo jogo de relações de poder e processos de diferenciação (Connell, 1995), quando interseccionadas com marcadores como raça e classe, oportunizam-nos evidenciar os dispositivos geradores de apagamentos, silenciamentos, exclusões e sofrimentos (Camilo; Silva-Junior, 2022).

Tomando como disparador de nossa análise uma carta-escrevivência elaborada pelo primeiro autor para concorrer a bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal da Grande Dourados, localizada no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, bem como suas memórias de infância, buscamos pensar alguns dos efeitos do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira e que incidem diretamente na subjetividade dos homens negros. Afinal, como se articulam masculinidades, processos de subjetivação e racismo estrutural?

A realidade retratada na carta-escrevivência elaborada pelo autor, bem como suas lembranças da infância, traz à tona os desafios impostos a um jovem negro e periférico, destacando inicialmente a sua luta para conciliar as demandas de sobrevivência, estudo e construção de estabilidade financeira diante das exigências do ambiente acadêmico. Além disso, adotando a perspectiva vivencial, a narrativa explicita

seus dilemas para chegar ao espaço da universidade, as violências cotidianas que resultam do racismo estrutural da sociedade brasileira, a importância da educação como ferramenta essencial para transformar essa realidade, o valor da representatividade de um jovem negro nos espaços da universidade para outros jovens negros - que majoritariamente ainda se percebem alijados ou impedidos de acessar tal espaço - , a importância da construção de uma psicologia antirracista para promoção da saúde mental de jovens negros, dentre outros aspectos.

Autoras negras como bell hooks (2022) apontam para a repercussão do racismo e do patriarcado na subjetividade do homem negro, problematizando os modos como se materializa e se atualiza a objetificação e a animalização dos homens negros. Além disso, chamam a atenção para a importância de se desnaturalizar e questionar os ideais de masculinidade hegemônica impostos pela branquitude, que resultam na contenção e repressão dos sentimentos. Desse modo, ao olharmos para a carta-escrivência, indagamos: Quais os silenciamentos, apagamentos e exclusões impostos aos homens negros que ousam questionar a constatação fanoniana de que “O homem negro não é um homem, é um homem negro”? Por fim, ao tomarmos a análise da carta-escrivência como experiência, interessa-nos não somente compreender e (d)enunciar as interdições branco-centradas voltadas aos corpos de jovens homens negros como efeitos de uma sociedade racista e patriarcal, mas também vislumbrar outras possibilidades de tornar-se homem negro em oposição aos dispositivos de colonialidade.

Para fins de organização do pensamento, este ensaio está dividido em três partes. Na primeira, retomo algumas memórias de minha trajetória de vida buscando pensar os impactos do racismo estrutural. Na segunda, me volto para o pensamento de autoras e autores negros para pensar as possibilidades de resistência e linhas de fuga face à colonialidade contemporânea. Como conclusão, destaco a importância do debate racial para uma formação crítica e antirracista na/em Psicologia e, conseqüentemente, para a transformação estrutural da universidade pública - ainda hegemonicamente branca.

## 2. SER HOMEM NEGRO EM UMA SOCIEDADE DE RACISMO ESTRUTURAL

Início esta produção acadêmica pontuando os marcadores sociais aos quais pertencço: sou um jovem negro, 24 anos, natural do Estado de São Paulo, mas com criação no Estado de Minas Gerais, e, assim como a grande maioria das pessoas negras deste país chamado Brasil, faço parte de uma parcela da sociedade que enfrenta desigualdades sociais significativas. Filho mais velho entre os homens, vindo de uma família criada e educada por uma mulher negra, que, desde minhas primeiras lembranças, sempre trouxe à tona a importância da educação para um jovem negro: “Meu filho, nesta vida tudo pode ser tirado de você, menos o estudo, isso ninguém nunca irá tirar de você”. Acredito que, por muita insistência de minha mãe, atualmente sou estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, rumo à minha primeira graduação - algo que, para muitos jovens negros criados em contextos parecidos com o meu, ainda é um projeto muito distante.

Trago essa narrativa baseado na especificidade do bairro no qual cresci, na cidade de Ibiá, Minas Gerais. Bairro esse que, apesar de todas as suas modificações e melhorias, está distante de deixar de ser pobre, com índices expressivos de criminalidade, serve de palco para que jovens em condição de vulnerabilidade social e sem um aparato educacional adequado sigam caminhos de desilusão - por exemplo, guardo lembranças das crianças que faziam parte do meu meio e que hoje, já adultas, se encontram encarceradas em sistemas penitenciários ou em uma realidade de violações de direitos decorrente da omissão do Estado.

Nesse contexto do qual sou oriundo, são bastante perceptíveis os efeitos de uma mãe que, mesmo diante das dificuldades cotidianas, “preza pela educação” de seus filhos/as, pois, como disse Paulo Freire, “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, s/d apud Nascimento; Albuquerque, 2017, p. 68). Assim, torno o exercício desta minha escrita um ato de resistência ético-política em que minha trajetória e vivências, tal como nos diz Conceição Evaristo (2020a, 2020b), tornam-se escrivências.

Nesse percurso, a perspectiva interseccional é fundamental, pois sinaliza o lugar de onde falo e a perspectiva parcial (Haraway, 1995), ou seja, não universalista, de

minha reflexão. Não por acaso, nesta escrita, trago à tona a realidade que o jovem negro experencia em um cotidiano marcado por violências e exclusões (Evaristo, 2020a; Carneiro, 2023). Aqui, raça e classe se articulam e interseccionam para problematizar os lugares de subalternidade a que pessoas negras e periféricas são relegadas. Afinal, de que maneira um jovem periférico consegue se constituir como sujeito, mediante diversos atravessamentos de exclusão? Sem desconsiderar que, muitas vezes, a educação também produz suas mazelas e exclusões, é preciso dizer que através dela pude alcançar espaços jamais acessados e ampliar meus horizontes. O acesso ao pensamento crítico, a partir de uma educação emancipatória, fez com que começasse a desnaturalizar as desigualdades a que eu e outras pessoas negras deste país são submetidas. Isso não se deu (e não se dá) sem dificuldades.

Durante o meu Ensino Médio, devido às condições financeiras, sempre necessitei auxiliar minha mãe nas despesas de casa, então, eu estudava durante a parte da manhã e, nos períodos da tarde e da noite, atuava como empacotador de supermercado. Entendo essa parte da minha vida como crucial para os meus processos de subjetivação e projetos de vida. Apesar disso, considerando as desigualdades impostas pela lógica capitalista, também reconheço que muito do meu trabalho produzia riqueza e lucro para meus empregadores, enquanto eram explorados minha juventude, minha força de trabalho e meus conhecimentos. Penso em que lugar eu estaria se tivesse tido a oportunidade de estudar numa escola particular, vista como de maior qualidade, e também se tivesse tido tempo de me dedicar mais aos estudos.

Ainda me lembro de que, enquanto trabalhava, lá fora, outros jovens abastados financeiramente iam para a escola no período da tarde fazer provas, aulas de reforço, cursos de idiomas, dentre outras oportunidades educacionais e culturais. Neste mundo de hoje, é notório que ser um jovem negro faz com que conseqüentemente você seja colocado em determinado lugar - por exemplo, o fato de eu ter crescido num bairro periférico, numa cidade do interior, na qual o acesso à cultura, lazer, educação de qualidade é restrito a determinados públicos, torna evidente o reflexo da discriminação e estereótipos profundamente enraizados na sociedade. Isso limita as oportunidades e reforça a marginalização de determinados grupos e atrela a mim inúmeros processos de subalternidades, que, no mínimo, são sem sentidos e repletos de preconceito, direcionados aos jovens de periferia. Trata-se de um perverso processo de coisificação

do corpo negro e de sua subjetividade, como pontua o pensador negro martinicano Franz Fanon:

Então, atacado em diversos pontos, o esquema corporal desmoronou, cedendo lugar a um esquema epidérmico racial. No movimento, não se tratava mais de um conhecimento de meu corpo na terceira pessoa, mas em tripla pessoa. [...] Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais (Fanon, 2008, p. 105).

Quando eu saí de casa, aos 17 anos, deixei muita mágoa, deixei minha mãe com meus irmãos pequenos, e levei um pesar na mente: “Será se eles vão ficar bem sem mim”? Porque, como filho mais velho, eu era o braço direito da minha mãe, auxiliava na manutenção da casa, alimentação, infraestrutura, apoio emocional. Até hoje me dói estar longe de casa, mas, para o jovem negro, as coisas são mais profundas, embaraçosas, um tanto quanto problemáticas.

Algumas pessoas, protegidas em suas respectivas condições de privilégio, podem dizer que é vitimismo. Mas só quem já experimentou uma queda realmente conhece a dor que ela causa. Como diz a letra da música do grupo Racionais MCs “A Vida é Desafio”:

Tem que acreditar. Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.' Aí, passados alguns anos, eu pensei: Como fazer duas vezes melhor, se você está pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como?

Essa letra evidencia como o jovem negro lida com suas questões e, para além, em uma sociedade que, com suas normas e expectativas sociais brancocentradas, impuseram aos negros um vasto tempo de exploração, retratado pela história da escravidão, do preconceito racial, pois tudo aquilo que foge do padrão caucasiano europeu é “impuro” e passível de violação dos direitos humanos, pelos traumas gerados na mentalidade do homem negro, pois, afinal, como é que fica uma subjetividade a quem foi negada o direito de ser sujeito?

“... pela legislação do império os negros não podiam freqüentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas.”(3) Os poderosos do Brasil sabiam que o acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo. Com este decreto, os racistas do Brasil encurralaram a população negra nos porões da sociedade. Juridicamente este decreto agiu até 1889, com a proclamação da República. Na prática, a intenção do decreto funciona até hoje. Por exemplo: por que as escolas das periferias não têm, por parte do governo, o mesmo tratamento qualitativo que as escolas das cidades? Como é que uma pessoa afrodescendente que mora em favela terá motivação para estudar numa



escola de péssima qualidade? (Santos, s/d, p. 2-3 – disponível em: [https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os\\_sete\\_atos.pdf](https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os_sete_atos.pdf))

Tais interpelações, tornam-se melhor compreensíveis quando nos aproximamos da noção de dispositivo tal como aparece em Michel Foucault (2000). De acordo com o pensador francês:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre esses elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Aqui, o conceito de dispositivo é utilizado para marcar as práticas de controle sobre corpos, sujeitos e comunidades. Nesse sentido, enquanto prática discursiva e biopolítica, tem como efeito a produção da imagem e do lugar da negritude como falta, como abjeção. Não por acaso, foi fundamental para a sustentação dos delírios racistas da branquitude em torno de uma pseudo “ciência” da raça ou raciologia. Assim, funcionando como moldador de subjetividades racializadas, produz o sujeito negro e sua negritude como “não ser” (Carneiro, 2023).

Tal enfoque nos ajuda a compreender como as estruturas sociais, políticas e institucionais moldam as experiências individuais e coletivas dos jovens negros e periféricos, influenciando suas oportunidades, percepções de si mesmos e trajetórias de vida. Ao examinar o racismo como um dispositivo, entendemos como ele opera através de uma série de elementos interligados, incluindo discursos, práticas institucionais, políticas governamentais e relações de poder. Essa análise nos permite ver como o racismo não é apenas um fenômeno individual ou interpessoal, mas sim uma força estrutural que permeia todos os aspectos da sociedade, moldando subjetividades e limitando as possibilidades de indivíduos racializados.

Outra categoria de análise importante nessa tessitura é a de racismo estrutural. Racismo estrutural enquanto dispositivo distribui de modo desigual recursos e reconhecimentos. Nos termos de Silvio Almeida: “É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, 25).

Desse modo, a noção de racismo estrutural nos lembra que o racismo não é um fenômeno isolado, nem de ordem individual, mas sim integrado na própria organização econômica, política e social da sociedade. Isso significa que o racismo não é apenas um problema moral ou cultural, mas sim uma parte fundamental das estruturas e instituições que governam nossas vidas.

Quando consideramos as interseções de raça, classe social e espaço geográfico, percebemos como esses fatores se combinam e se reforçam mutuamente, para criar experiências complexas e multifacetadas para os jovens negros e periféricos. A pobreza, a falta de acesso à educação de qualidade, a violência urbana e outros fatores estruturais criam um ambiente adverso que dificulta o desenvolvimento e o acesso às oportunidades por parte desses jovens. Afinal, conforme aponta a pesquisadora negra Juliana Borges (2018), quais os corpos que aparecem nas estatísticas sobre encarceramento negro no Brasil? São justamente corpos de jovens negros, do sexo masculino, pobres e periféricos.

O acesso à universidade foi crucial para mim e para o meu processo de crescimento educacional, psíquico e social. Se não fosse a universidade, não sei como seria hoje, o que poderia ter me tornado... Acredito que o estereótipo do jovem negro delinquente, longe das escolas e próximo das ruas, é a representação hegemônica de setores da sociedade brasileira sobre a vida de um jovem negro.

A negação do direito de ser está presente na narrativa e trajetória de inúmeras pessoas negras. Dessa forma, estabeleço uma conexão com a história de uma pessoa próxima, cuja trajetória de vida foi marcada por muitas interdições e impedimentos racistas. Ela estudou na infância até o sétimo ano, mas teve que abandonar a escola devido ao racismo que sofria, às situações que dificultavam seu aprendizado, à pobreza em que vivia e à criação machista de seu avô. Segundo ela, seu avô dizia: "Mulher não precisa estudar, precisa saber cozinhar, passar, lavar". Apesar de muitos percalços, ela conseguiu concluir o Ensino Médio aos 30 anos e, posteriormente, fez magistério. Mesmo enfrentando tantas dificuldades e vislumbrando um futuro com mais oportunidades para mim e meus irmãos, ela sempre disse que eu poderia ser o que quisesse, apesar do contexto marcado pela pobreza. O sonho de um dia melhor, de uma casa, de uma roupa, sempre esteve presente.

É a partir dessa localização existencial que venho de Minas Gerais para Dourados com um sonho: voltar com o diploma de graduação para casa e orgulhar minha família. Na teoria, é fácil, mas, na prática, fui me deparando com a ideia de que a minha negritude chega antes de mim em qualquer lugar (Duque, 2020). Tal dispositivo de captura dos corpos negros foi evidenciado nas batidas da polícia durante o percurso, no bairro periférico no qual tive que morar, na heteroidentificação para ingressar na faculdade, nas vivências e percalços nos trabalhos aceitos para poder sobreviver, enquanto mantinha minha frequência regular nas aulas. Não venho aqui me expor ou me inferiorizar, só ressalto que o discurso de democracia racial é falacioso e que resulta em sofrimento e exclusão de corpos e subjetividades negras e periféricas. Quantas mentes negras brilhantes, talentosas, inovadoras, construtoras são diminuídas em seu potencial; são esquecidas, deixadas à margem, à margem da sociedade e das oportunidades pelo fato de se localizarem a partir de marcadores raciais, de gênero, de classe, dentre outros? No próprio campo da Psicologia, tal apagamento também se torna presente. Afinal, quantas autoras e autores negros ou não brancocentrados compõem as teorias e as bibliografias que constituem a formação em Psicologia? (Oliveira; Bernardes, 2024).

Como Anzaldúa (2000), também elaborava minha “carta”, não às mulheres do terceiro mundo, mas à universidade, enquanto dispositivo institucional, para reivindicar o direito ao reconhecimento de minha trajetória e a necessidade de reafirmar que diante das políticas de ações afirmativas, não basta garantir ingresso. Trata-se de garantir, ao mesmo tempo, mecanismos que permitam a permanência de corpos negros e periféricos - assim como de outros corpos e subjetividades minoritários.

Na vida do jovem negro da periferia, o racismo estrutural frequentemente obscurece suas aspirações. O ingresso na universidade, o acesso à educação, a entrada e permanência no PET representam uma oportunidade de transformação pessoal e social, permitindo a quebra de estereótipos e a promoção da inclusão e equidade. Essa experiência não só fortalecerá minha jornada acadêmica, mas também me capacitará a ser um agente de mudança em minha comunidade. Estou comprometido em representar os jovens negros da periferia e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva (Trecho de carta endereçada ao PET/UFGD, Dérick Conceição, 2023).

### 3. PENSAMENTO NEGRO COMO ANTÍDOTO ÀS COLONIALIDADES CONTEMPORÂNEAS

O pensamento negro, a partir das contribuições de Franz Fanon (2008), Lélia Gonzalez (2020), Conceição Evaristo (2020a, 2020b) e bell hooks (2013, 2019, 2022), desempenha um papel crucial como antídoto às colonialidades contemporâneas (Oliveira; Bernardes, 2024). Ao explorar as complexidades das experiências negras e suas interseccionalidades com gênero, classe e outras formas de opressão, esses pensadores oferecem uma perspectiva crítica que desafia as estruturas coloniais ainda presentes em nossa sociedade. Esses autores e autoras fundamentais para a produção de subjetividades contracoloniais e construção de pensamento racial crítico remetem à importância da conscientização acerca das relações de poder existentes. Eles/as plantam em nós, estudantes, a força e a chama que, de forma revolucionária, contesta tudo aquilo que está determinado e tenta construir meios equitativos para que a população negra acesse oportunidades. A conscientização acerca disso é fundamental, mas a ação coletiva para dismantelar as estruturas coloniais e promover a justiça social é urgente e necessária.

Franz Fanon, em sua obra clássica “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008), demonstra como o colonialismo não é apenas uma questão política ou econômica, mas também uma questão psicológica e cultural. Ele desvela os efeitos do colonialismo na subjetividade dos colonizados, evidenciando como a opressão colonial impacta profundamente a autoimagem e a identidade dos povos colonizados. Fanon retrata como os efeitos do colonialismo auxiliaram no massacre e supressão do povo negro. Esse colonialismo não apenas machuca o físico, mas também esmaga o psíquico, excluindo nossa identidade e autoimagem. Ele mostra como os colonizados são compelidos a adotar máscaras brancas, isto é, a assimilar e internalizar os valores, normas e ideais do colonizador, a fim de ser aceitos e reconhecidos dentro da ordem colonial. Fanon evidencia a necessidade não apenas de libertação política e econômica, mas também de uma libertação psicológica e cultural dos efeitos do colonialismo.

Lélia Gonzalez (2020), por sua vez, desde sua proposta amefricana, trouxe uma importante contribuição, ao destacar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Sua obra mostra como as opressões se entrelaçam e se reforçam, e como as mulheres

negras, em particular, enfrentam formas únicas e múltiplas de opressão. Ao dar voz à experiência das mulheres negras, Gonzalez enriquece o debate sobre as lutas anticoloniais e feministas, destacando a importância de uma abordagem que leve em consideração as relações de poder que se sustentam em racismo, sexismo e misoginia.

Conceição Evaristo (2020a, 2020b), através de seu trabalho literário se somado às vozes que (d)enunciam as perversidades do racismo estrutural da sociedade brasileira. Seu pensamento funciona como um antídoto poderoso contra as formas persistentes de colonialismo que ainda permeiam muitos aspectos da sociedade, tanto no norte quanto no sul global. Aqui estão alguns pontos que destacam a importância de seu pensamento: a representatividade negra, a desconstrução de estereótipos, o resgate da memória histórica dos afrodescendentes para a cultura brasileira e, assim como grande parte da intelectualidade negra, a crítica às estruturas de poder que perpetuam o racismo, o sexismo e outras formas de opressão.

bell hooks (2013, 2019, 2022), também contribui com uma análise crítica das estruturas de poder, explorando como o racismo, o sexismo e outras formas de opressão estão interligados e sustentam o status quo. Em obras como “Teoria Feminista: da margem ao centro” (2019) e “Ensinando a Transgredir” (2013), hooks destaca a importância de uma abordagem inclusiva e interseccional para as lutas por justiça social. Ela nos lembra que não podemos falar sobre a libertação de um grupo sem considerar as interseções de raça, gênero, classe e outras formas de opressão.

Como jovem estudante negro, inspiro-me na intelectualidade negra, a partir dela reconheço a importância da minha ancestralidade e aprendo que, se avançamos muito na luta antirracista, ainda há muito a ser feito para que tenhamos nossos corpos, subjetividades e projetos reconhecidos. Aqui reconheço a importância de ocupar meu lugar na universidade pública, em seus espaços, em um curso de graduação que historicamente tem sido lugar hegemônico de presença de pessoas não pretas e não indígenas. É preciso compreender esse espaço como também sendo nosso e que, portanto, precisa fomentar e reconhecer nossas vozes, nossas especificidades e direitos. Só assim a universidade (e conseqüentemente a sociedade) será realmente inclusiva e contracolonial (Bispo, 2023). Trata-se de produzir linhas de fuga e, a partir delas, masculinidades negras (e não negras) descolonizadas e libertárias.

Os homens pensarem que têm que xingar mulheres e uns aos outros para serem homens, enquanto forem ensinados que são superiores e portanto culturalmente favorecidos em relação às mulheres não poderá haver uma cura real em nossa psique (Anzaldúa, 2005, p. 711).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o pensamento negro e a escrevivência são instrumentos fundamentais na luta contra o racismo estrutural. Ao reconhecer e analisar as experiências de homens negros, podemos desvelar as interdições brancocentradas e os efeitos do racismo e patriarcado em suas vidas. Através dessa análise, não apenas denunciemos as opressões, mas também vislumbramos novas possibilidades de subjetivação, resistência e transformação, que tornam-se antídotos ao racismo estrutural.

Esta produção visa exaltar a inclusão das narrativas, aprendizados e vivências dos jovens negros em uma formação crítica em Psicologia. Esse feito, além de quebrar as barreiras do preconceito, tende a enriquecer o imaginário social negro com perspectivas diversas e plurais, juntamente ao desejo de transformação estrutural do ambiente acadêmico, sobretudo a universidade, que, apesar de toda a sua magnitude e papel fundamental na vida de muitos jovens em situação de vulnerabilidades, ainda é um espaço marcado pela hegemonia branca.

A reflexão aqui apresentada traz à tona as noções de pluralidade, seja nas teorias, nas palavras, nos discursos, ao escutarmos as vozes que gritam, junto às suas experiências e vivências, estas advindas de além dos muros e encastelamento da universidade. Trata-se de lutar pela construção de espaços seguros, afirmativos e inclusivos, que permitam a produção de outras epistemologias e saberes. Afinal, até quando suportaremos os apagamentos, silenciamentos, exclusões e sofrimentos a que nossos corpos pretos e periféricos são submetidos? Está na hora de oferecermos novas formas de compreensão, mais plurais e equitativas, pautadas ontologicamente nos DIREITOS HUMANOS. A partir de tal referencial, há a possibilidade de que práticas pedagógicas, políticas e institucionais sejam mais democráticas e representativas.

Em tal processo de engajamento de construção de novos modelos e novas relações, a revisão das normatividades que atravessam nossas masculinidades é fundamental. Trata-se de reconhecer, como nos inspira bell hooks (2022), a importância (e necessidade) de repensar e redefinir o que significa ser homem, seus privilégios e

cumplicidades. Só a partir disso teremos uma sociedade mais **sensível** e comprometida com a equidade e o respeito às diferenças. Enquanto homens, ao rompermos com padrões tradicionais de masculinidade, podemos criar um ambiente onde os homens sintam-se livres para expressar suas emoções, cultivar relacionamentos saudáveis e contribuir ativamente para a construção de uma sociedade não racista, não sexista, não lgbtfóbica.

Por fim, desejo que esta escrevivência seja promotora de novas possibilidades, de reinvenção, pois as histórias que tecemos, as dores que enfrentamos, ressaltam uma riqueza imensa de conhecimento, cada fala, cada vivência, é uma luz brilhante em meio à escuridão do desconhecido.

Que minha carta-manifesto-escrevivência sirva de estímulo para que outros jovens negros/as e periféricos/as se sintam autorizados e inspirados a tomar o direito à palavra que lhes foi historicamente negado. Que possamos nos reconhecer, nos acolher e nos aliar na construção de uma universidade e de uma sociedade mais plurais e menos racistas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Gloria; La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13 (3), p. 704-719, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 8(1), p. 229-236, 2000.

BISPO, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

BONDÍA, Jorge L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Rev Bras Educ**, (19), p. 20-28, 2002. <https://doi.org/10.1590/51413-2478200200010000>.

BORGES, Juliana. **O que é: encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAMILO, Vandelir; SILVA-JUNIOR, Paulo Melgaço. (orgs). **Masculinidades negras: novos debates ganhando forma**. São Paulo: Ciclo contínuo editorial, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

- CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 2, nº 20, p. 185-206, 1995.
- DUQUE, Tiago. Corpo de fala e pesquisa: autorreflexões sobre identidade e diferenças. In: NOGUEIRA, Gilmaro; MBAMDI, Nzinga; DE TRÓI, Marcelo. (Orgs). **Lugar de fala**: conexões, aproximações e diferenças. Salvador: Devires, 2020. p. 71-80.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Orgs). **Escrevivências**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a. p. 26-46.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Orgs). **Escrevivências**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b. p. 48-54.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, 5, p. 7-41, 1995. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, BELL. **Teoria feminista: Da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOOKS, BELL. **A gente é da hora: homens negros e masculinidades**. São Paulo: Elefante Editora, 2022.
- NASCIMENTO, Júlio César Dias do; ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. Educação para transformar as pessoas do mundo, geografia para mudar o mundo das pessoas: aproximações teóricas entre Paulo Freire e Milton Santos. **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 8, nº 15, p. 67-78, 2017.
- OLIVEIRA, Esmael Alves de; BERNARDES, Anita Guazelli. A que nos interpelam as psicologias feministas, negras, indígenas & queers? In: MARTINS, Catia Paranhos; MENEZES, Jaileila A. (Orgs). **Insubmissas práticas psicossociais: tarefas do presente, questões urgentes**. Pedro & João, 2024. pp. 23-36.
- SANTOS, Davi. Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo no Brasil. **Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes Rede de Pré-**



**Vestibular Comunitário**, s/d, p. 1-6. Disponível em: [https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os\\_sete\\_atos.pdf](https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os_sete_atos.pdf). Acesso em: 10 mai. 2024.

SATHLER, Conrado Neves; OLIVEIRA, Esmael Alves de. Um currículo da/na experiência: formação profissional em Psicologia, docência e resistências ético-políticas. **Currículo sem Fronteiras**, 22, e2155, 2022. <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2155>

# CAPÍTULO VIII

## “UM CARA DE 40 NÃO TEM COMO COMPETIR COM UM DE 20. O DE 20 É JOVEM E O MUNDO DÁ CADA VEZ MAIS VALOR A TUDO ISSO”: AS NARRATIVAS SOBRE VELHICE EM PUBLICAÇÕES HOMOERÓTICAS BRASILEIRAS

### “A 40-YEAR-OLD GUY CAN'T COMPETE WITH A 20-YEAR-OLD. A 20-YEAR-OLD IS YOUNG AND THE WORLD INCREASINGLY VALUES ALL OF THIS”: NARRATIVES ABOUT OLD AGE IN BRAZILIAN HOMOEROTIC PUBLICATIONS

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-8

Fábio Ronaldo da Silva <sup>1</sup>

Raquel da Silva Guedes <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Professor do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Atua nas áreas de Gênero, Mídia, Ciência e Tecnologia, Velhices.

<sup>2</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestra, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Atua nas áreas de Gênero, Ciência e Tecnologia.

#### RESUMO

Este trabalho aborda a representação da velhice em publicações homoeróticas brasileiras, explorando a forma como essas revistas retratam os gays mais velhos. A pesquisa utiliza uma abordagem interdisciplinar, envolvendo História, Sociologia e Gerontologia. Por meio de uma análise de conteúdo com base na arqueogenealogia, examina-se como as práticas discursivas e não discursivas moldam as concepções e representações do envelhecimento. O texto destaca mudanças nas imagens dos gays mais velhos ao longo do tempo, observando como estereótipos podem ser reforçados ou desafiados. Ao explorar a relação entre poder, saber e discurso, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas sociais que moldam a experiência da velhice na comunidade gay brasileira.

**Palavras-chave:** Velhices. Imprensa. Homossexualidades.

#### ABSTRACT

This work addresses the representation of old age in Brazilian homoerotic publications, exploring the way in which these magazines portray older gay men. The research uses an interdisciplinary approach, involving History, Sociology and Gerontology. Through a content analysis based on archaeo-genealogy, we examine how discursive and non-discursive practices shape conceptions and representations of aging. The text highlights changes in images of older gay men over time, noting how stereotypes can be reinforced or challenged. By exploring the relationship between power, knowledge and discourse, the study contributes to the understanding of the social dynamics that shape the experience of old age in the Brazilian gay community.

**Keywords:** Old ages. Press. Homosexualities.

## 1. INTRODUÇÃO

*“(...) Morro de medo de ficar velho, tem certas coisas que quando fazemos enquanto jovens são engraçadas. Depois de certa idade, são patéticas. Subir no queijo da balada, tirar a camisa perto dos 50... Tenho medo de brochar com uma certa frequência. Já tenho atitudes pensando nesse futuro. Não como gordura, pedalo, nado, tomo mil tipos de chá, não estou tomando mais refrigerante. Tento desintoxicar o meu corpo a cada segundo. Essa desintoxicação reflete no sexo, totalmente. Acho que fico 100% mais disposto, é como uma blindagem pra mim. O pau fica mais duro, o tesão dura mais tempo, aguento umas três com esses meus rituais (...). Eu acho que meu tesão vai continuar na mesma intensidade até os 40 sim. Depois disso terei outras preocupações além de sexo, acho que vou prezar mais por companheirismo, fazer menos sexo...*

*Um cara de 40 não tem como competir com um de 20. O de 20 é jovem, a pele brilha e o mundo dá cada vez mais valor a tudo isso. Vou ser bem menos paquerado aos 40 anos. Isso é fato! E não vou sair caçando como um de 20. Pensar que vou ser menos paquerado me incomoda, vou ter que ser interessante por outros meios. Não faço a menor ideia de quais meios, por isso me desespero só de pensar. Com 60 anos, eu vou estar bem rico, tomando VeuveClicquot com os meus amigos num rancho, lembrando o tempo em que éramos jovens. Não pisarei mais em balada. Se não estiver casado, não sei se pagaria um garoto de programa; se sim, ele teria que ter 35 anos. Pois sentiria inveja de um de 18. (...)”.*

O extenso relato pertence a Hugo Neco, de 26 anos, elaborado para o dossiê intitulado “Sexo dos 20 aos 50 e poucos anos” da edição 29 da revista *Júnior*, publicada em junho de 2011. Essa matéria foi um dos motivos que me levaram a pensar sobre a necessidade de realizar uma pesquisa abordando a temática do envelhecimento. Mais precisamente, o receio que muitos homossexuais têm de envelhecer e, mesmo desfrutando de uma condição financeira confortável, se veem destinados a passar os fins de semana lembrando os momentos agradáveis do passado, quando eram jovens, possuíam corpos atraentes e despertavam desejos nos outros.

Quem, ao completar 20 ou 30 anos, se deparou com um fio de cabelo branco ou alguma ruga incipiente e não se preocupou, buscando a ajuda de cosméticos “milagrosos” que prometem rejuvenescer ou apagar rapidamente as marcas do tempo

sobre o corpo? Quem não se sente feliz ou vê sua autoestima melhorar ao ouvir comentários do tipo “nossa, nem parece que você tem essa idade! Aparenta bem menos.”?

A tentativa de “apagar” as evidências do envelhecimento representa, de fato, uma maneira de tentar ignorar o fato de que o corpo está, inevitavelmente, perdendo sua vitalidade e que a morte, mais cedo ou mais tarde, será uma realidade. Manter uma aparência visualmente jovem nas últimas décadas torna-se quase um imperativo do cotidiano, pois a juventude está *intrinsecamente ligada à sensação de “ser desejado(a)”*. Esse anseio impulsiona não apenas a medicina gerontológica, mas também as indústrias de cosméticos e cirurgias plásticas.

A propaganda, a publicidade, os manuais de autoajuda e os conselhos de especialistas em saúde estão cada vez mais empenhados em evidenciar que as chamadas “imperfeições” do corpo não são inerentes, mas sim passíveis de transformação, desde que haja esforço e dedicação para moldar o corpo, tornando-o disciplinado, desejável, livre de rugas ou flacidez, em suma, um corpo potente. Para alcançar esse objetivo, torna-se indispensável recorrer a cosméticos, vitaminas, práticas de exercícios, entre outros recursos.

Na sociedade contemporânea, a juventude transcende o mero estágio de vida, transformando-se em um valor a ser almejado em qualquer idade. Isso se consegue ao adotar os hábitos e estilos de vida preconizados pelo consumo, visando manter-se desejável, como evidenciado no relato extraído da revista *Júnior*. Embora não seja objeto de análise neste momento, a referida publicação contribui para suscitar reflexões sobre como suas predecessoras abordaram a questão do envelhecimento e retrataram os gays mais velhos em suas páginas.

Se, conforme mencionado por Neco, o prazer sexual só parece ser viável mediante pagamento, um relacionamento amoroso ou casamento torna-se algo com possibilidades bastante reduzidas para gays mais velhos. A narrativa sugere que diversão, festas, amores e sexo são exclusividades da juventude, deixando para a velhice apenas as recordações, a solidão afetiva e a companhia dos amigos. Essa perspectiva representa apenas uma das imagens e concepções disseminadas pela mídia direcionada ao público LGBTQIA+.

Este texto se dedicará a explorar a representação dos gays mais velhos e a ideia de envelhecimento nas páginas de periódicos e revistas, buscando compreender como tais veículos contribuem para construir e difundir essas concepções na sociedade. A partir dessa premissa, a problemática apresentada aqui visa investigar e questionar a construção da imagem dos homossexuais idosos nas principais publicações destinadas ao público gay no Brasil, ou seja, o *Lampião da Esquina*<sup>1</sup>, a *Sui Generis*<sup>2</sup> e a *G Magazine*<sup>3</sup> no período de 1978 a 2013. O objetivo é problematizar os conceitos de velhice apresentados nessas revistas, considerando que, mesmo com propostas editoriais distintas, todas elas direcionam seu conteúdo a um público gay que valoriza, acima de tudo, homens jovens, viris, musculosos e bonitos, relegando a segundo plano as matérias sobre homossexuais mais velhos.

## 2. A VELHICE ENTRE OS IGUAIS

São Paulo. Fim de semana. Quase meia-noite. Para muitos, uma excelente oportunidade para descansar após uma semana cheia de trabalho e conflitos; para outros, um bom momento para desfrutar do fim de semana a dois, ou mais, entre quatro paredes; ainda há aqueles que preferem aproveitar o fervor das pistas de dança nas baladas. Existem festas para todos os gostos e tribos. No entanto, uma em particular chama atenção por ter como público-alvo os “tiozinhos<sup>4</sup>”, ou seja, os gays com mais de 40 ou 50 anos, também conhecidos entre os mais jovens como “cacura”, “bicha velha”, “xanã”. Eles se reúnem para dançar na boate ABC Bailão, localizada na rua Marquês de Itu, no centro de São Paulo, que, há quase vinte anos, serve como um espaço de sociabilidade para homens (e mulheres) gays com mais de 40 anos, bem como para aqueles que se sentem atraídos por pessoas mais velhas.

---

<sup>1</sup> O jornal *Lampião da Esquina* foi uma publicação brasileira voltada para o público subalternizado, conhecida por sua abordagem progressista e por ter sido uma das primeiras a tratar abertamente de temas relacionados à diversidade sexual no Brasil. Foi fundado em 1978, em pleno regime militar, e teve sua última edição em 1981.

<sup>2</sup> O número zero da *Sui Generis* foi publicado em dezembro de 1994. a *Sui Generis* acabou chegando em muitas bancas do país, sendo considerada o principal acontecimento da imprensa gay no Brasil pós *Lampião da Esquina*.

<sup>3</sup> A *G Magazine* foi uma revista brasileira destinada ao público gay, conhecida por apresentar ensaios fotográficos de modelos masculinos. A revista foi criada em 1997 por Ana Fadigas, e publicada pela Editora Fractal..

<sup>4</sup> Termos que indicam que o indivíduo mantém e apresenta um corpo com certa jovialidade, é bem-sucedido financeira e socialmente, além de possuir maturidade e virilidade. Esses são os que melhor se encaixam no modelo da denominada “terceira idade” pois, além da aparência jovial, são disciplinados quanto aos “cuidados de si”.

Na discoteca, também conhecida por alguns preconceituosos como “fila do INSS” ou “local de desmanche”, é proibido tirar a camisa, bater foto ou fazer filmagens - atitudes bastante comuns em boates para o público mais jovem. No entanto, o proprietário do Bailão, Amarildo Donizete Batista, não aceita essas práticas em seu estabelecimento. Ele alega que o Bailão é um ambiente familiar, onde amigos se encontram para dançar e paquerar. No Bailão, os mais velhos recebem descontos na entrada, as mulheres pagam o dobro do valor da entrada e é expressamente proibido o uso de drogas ilícitas.

Apesar de tudo, há lugares na história reservados para os gays mais velhos, e, ao contrário do que se pensa, esses lugares não são apenas de opressão e negação; há esplendor e vida. Esses locais foram forjados pensando nesse público, nesses corpos que, por mais que se tente, não são apagados, para mostrar que pessoas velhas sentem desejo, se divertem e amam. Contudo, mesmo na contemporaneidade, em que a ideia de velhice não está mais ligada à perda ou ausência de vitalidade, mas sim como uma fase de se viver de forma mais prazerosa e satisfatória (Debert, 2012), ainda persistem dificuldades e preconceito em relação aos idosos gays.

O gay mais velho também é considerado, por muitos, alguém que, devido à idade, não desperta desejo. É visto como um ser não desejado e não desejante. Uma pessoa com independência financeira, mas esteticamente feia, solitária, é mais provável que tenha na prática onanista a única forma de prazer possível. Apesar da visibilidade e imagem positiva que o “movimento homossexual” brasileiro vem construindo nas últimas décadas, essa ainda é uma ideia e imagem que muitos ainda têm acerca de homossexuais mais velhos.

O antropólogo Carlos Henning (2014) realizou um levantamento de diversos adjetivos, frequentemente depreciativos, que são utilizados para rotular e posicionar socialmente os gays mais velhos. É importante notar que esses termos, cunhados dentro da comunidade gay para referir-se aos que estão envelhecendo, não se limitam apenas à dimensão cronológica, abrangendo também a velhice simbólica, evidenciada no corpo, no rosto e nos cabelos, que podem tornar-se grisalhos, rarefeitos ou quase inexistentes.

Assim, além do termo “bicha velha”, outros são empregados, como “tiozinho”, “tia”, “mariconas”, “cacura”, “daddy”, e cada um deles reflete a maneira como o indivíduo incorpora esse estágio da vida. As situações de solidão, abandono, amargura, feminilização e desvalorização social são associadas às categorias de “tias”, “mariconas”,

“bichas velhas” e “cacuras”, que podem não ser consideradas eroticamente desejáveis devido à percepção de descuido com o corpo e vestimenta. Em contrapartida, termos como “coroa”, “daddy”, “paizão” e “tiozão” simbolizam homossexuais que mantêm boa forma, são valorizados sexualmente, possuem características masculinas e viris, com as marcas do tempo menos visíveis no corpo.

De acordo com as análises das publicações, especialmente em revistas como *Sui Generis* e *G Magazine*, esse modelo de envelhecimento é idealizado e promovido como o padrão a ser seguido e desejado pelos demais membros da comunidade gay.

Mesmo direcionando seu conteúdo predominantemente para consumidores jovens e apresentando uma abundância de matérias e reportagens voltadas a esse público, é evidente que, apesar dos esforços em “apagar” o corpo envelhecido e seus respectivos proprietários, eles ainda encontram espaço em algumas edições dessas publicações. Essa presença ocorre geralmente por meio de entrevistas ou em matérias que abordam temas como saúde e solidão.

Além de identificar a presença desses temas, é válido perceber não apenas a quantidade limitada de espaço dedicado a velhice nas páginas desses periódicos, mas também onde exatamente essas informações são veiculadas. Em que seções específicas estão as notícias, reportagens ou entrevistas sobre homossexuais mais velhos? Essa abordagem será vinculada a quais outros tópicos ou temas dentro das publicações? A compreensão dessas associações pode oferecer *insights* significativos sobre como a representação dos homossexuais idosos é contextualizada e relacionada a outros aspectos na mídia direcionada ao público LGBTQIA+.

### 3. A MÍDIA COMO FONTE

É importante reconhecer que qualquer documento, independentemente do período em que foi produzido, responde a questionamentos feitos no tempo presente e levanta importantes questões ao lidar com fontes históricas. Entre as orientações destacadas, a descrição e o contexto da produção da fonte, assim como o contexto ao qual ela se refere, emergem como aspectos fundamentais.

Ao analisar jornais e revistas para a construção da história que se pretende contar e problematizar, é fundamental adotar uma abordagem crítica que leve em

consideração não apenas o conteúdo aparente, mas também os contextos e interesses subjacentes que moldaram a produção dessas fontes.

No âmbito da crítica interna, cabe ao pesquisador analisar para quem o jornal ou revista está direcionado, por que está sendo produzido, identificar o público-alvo da publicação, compreender a organização estética do periódico, investigar os editores e proprietários, além de examinar como se relacionam com o poder e suas instituições. No que diz respeito à crítica externa, é crucial analisar o contexto histórico em que o documento está inserido, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Essa análise contextual permite relacionar o documento com o momento em que foi produzido, proporcionando uma compreensão mais profunda das motivações dos seus produtores e do propósito por trás da sua criação. O conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história, sendo esse um passo essencial nas pesquisas envolvendo fontes periódicas.

Dessa forma, torna-se crucial refletir sobre o significado que jornais como *O Lampião da Esquina* (1978) e revistas como *Sui Generis* (1995) e *G Magazine* (1997) possuíam, bem como compreender a recepção que esses periódicos tiveram no momento de seu lançamento. É essencial inferir qual era a ideia predominante, ou os discursos envolvendo corpo e velhice, durante o recorte temporal escolhido para abordar o tema.

#### 4. VELHICES IMPRESSAS

Ao analisar essas publicações mencionadas, é possível desvelar as representações culturais e sociais relacionadas à comunidade gay e como o envelhecimento era abordado nesse contexto específico. Além disso, considerar a reação do público frente a essas manifestações midiáticas possibilita análises sobre as percepções predominantes na época em relação ao corpo, à idade e à identidade dentro da comunidade LGBTQ+.

Foi de suma importância incorporar as reflexões de Foucault (1996) acerca de como os diversos discursos presentes em uma determinada sociedade, ou em um grupo social específico, desempenham funções de controle, limitação e validação das regras de poder dessa sociedade. O autor destaca a necessidade de constantemente refletir sobre os procedimentos que buscam controlar o que é produzido, por quem é produzido



e como os discursos são distribuídos. Esse entendimento é fundamental para o(a) pesquisador(a), que estará utilizando periódicos voltados para o mesmo público, no caso, o público homossexual masculino. Mesmo que essas publicações tenham sido produzidas em épocas diferentes, encontram-se em contextos sociais, políticos e culturais que compartilham características semelhantes, mas também apresentam singularidades.

Por exemplo, o *Lampião da Esquina* surgiu durante o período da Ditadura Militar no Brasil, uma época em que havia restrições significativas à publicação, exibição e divulgação de determinados assuntos. Apesar dessas limitações, os responsáveis por essa publicação conseguiram produzi-la e distribuí-la em boa parte do país<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, os temas e a abordagem de certos assuntos no periódico diferiam daqueles tratados na *Sui Generis* ou na *G Magazine*, revistas lançadas nos últimos anos do século XX, período em que a situação social, política e econômica no país era diferente da vivida na década de 1970, assim como as formas de conceber e experienciar a velhice.

Considerando as condições que possibilitaram o surgimento de cada revista e estando atento ao momento específico em que cada uma delas foi lançada, juntamente com as urgências, questões e desafios desse período, é possível afirmar que o *Lampião*, entre outras questões, buscava dar visibilidade às pessoas homossexuais e denunciar agressões sofridas por elas, entre outros temas. A *Sui Generis* adotou uma abordagem editorial mais voltada para o jornalismo do que para o erotismo, abordando questões relacionadas ao comportamento, cultura e moda, por meio de textos militantes, porém não impositivos. No entanto, mesmo com essas diferenças, é possível identificar, em alguns temas, resquícios de discursos construídos no passado em relação à questão da velhice.

A análise dessas publicações à luz das condições históricas específicas em que foram produzidas fornece uma compreensão mais rica das complexidades das representações sobre a velhice na comunidade homossexual masculina ao longo do tempo.

---

<sup>1</sup> Um dos criadores do jornal relata o quanto foi difícil fazer com que o jornal tivesse uma circulação nacional: “Muitas bancas não queriam vender, nós não conseguimos uma distribuidora nacional, eles se recusavam. Então, em cada região havia uma distribuidora” (Trevisan *apud* Péret, 2012, p.51).

Essa compreensão reflete a ideia de que qualquer discurso, juntamente com seu dispositivo institucional e social, permanece relevante enquanto a conjuntura histórica não o substitui por outro discurso. Esse fenômeno é definido como o *a priori* histórico, que está sujeito a mudanças ao longo do tempo. No entanto, é crucial destacar que esse *a priori* histórico é inconsciente, uma vez que os contemporâneos frequentemente desconhecem os limites de seus próprios discursos, e mesmo nós, olhando para trás, não conseguimos vislumbrar completamente esses limites (Veyne, 2011).

Essa perspectiva destaca a dinâmica contínua das representações e discursos ao longo da história, reconhecendo a influência das conjunturas históricas na evolução das formas de pensamento e na construção de significados. A noção de *a priori* histórico sugere que as concepções, incluindo aquelas relacionadas à velhice, estão sujeitas a transformações conforme as condições sociais, políticas e culturais se modificam ao longo do tempo.

A história da homossexualidade é marcada por inúmeras manifestações de violência, perseguição e oposições. Nas últimas décadas do século XX e no século XXI, os homossexuais ocuparam o espaço público em busca de quebrar o silêncio que prevalecia, levantando bandeiras e reivindicando o direito à orientação homoafetiva ou buscando uma “estética da existência”. Praças e ruas tornaram-se espaços de transgressão, políticos e simbólicos, nos quais discursos foram forjados e novas estratégias foram adotadas para buscar e construir direitos para as minorias. As lutas empreendidas por esses sujeitos<sup>1</sup> têm levado a sociedade a reavaliar seus valores e instituições. No entanto, isso não significa que o preconceito e a violência tenham desaparecido ou diminuído.

Estudos sobre as homossexualidades têm sido difundidos em muitas universidades ao redor do mundo, e no Brasil, há algum tempo, uma produção significativa aborda as diversas interfaces desse tema. No último quarto do século XX, destacam-se pesquisas pioneiras de acadêmicos como Peter Fry (1982), Carmem Dora Guimarães (2004), Nestor Perlongher (1987) e Edward MacRae (1990), que realizaram investigações importantes sobre as transformações e configurações das

---

<sup>1</sup> Sujeito, em Foucault, pode ser entendido de duas maneiras: sujeito a alguém pelo controle e dependência, bem como preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento, (Dreyfus & Rabinow, 1995).

homossexualidades no Brasil. No entanto, a quantidade de estudos no campo da História sobre a homossexualidade na velhice ainda é relativamente escassa.

Minois (1999), ao empreender o esforço de escrever a história da velhice no Ocidente, já questionava o silenciamento existente entre os historiadores em relação a esse tema. Se ainda são escassos os estudos sobre homossexuais idosos no Brasil, mais raros ainda são os estudos sobre esse grupo na mídia voltada para os gays mais velhos. Essa mídia, que cada vez mais se segmenta – hoje é possível encontrar publicações destinadas a vários grupos e tipos de gays no país –, apresenta uma notável ausência de publicações impressas direcionadas especificamente para os homossexuais idosos. Existem alguns sites informativos que têm como público-alvo os gays mais velhos, como o exemplo do *Grisalho*<sup>1</sup>, criado em 2009, do qual faz parte a revista digital *Homens Maduros*.

Em algumas matérias, como as encontradas em *O Lampião da Esquina*, observou-se a concepção de que às bichas mais velhas não são atribuídos o prazer e o desejo sexual, algo que se esvai com o tempo. Por outro lado, na revista *G Magazine*, a representação sugere que, devido à idade, os homossexuais idosos estão passando por uma degeneração na aparência física e, para se sentirem desejados, precisam buscar retardar o envelhecimento utilizando produtos de beleza. Existe uma imposição de se manter jovem e “na moda”. O corpo deve ser magro, malhado e sem marcas do tempo, conforme afirmam Del Priori e Amantino (2011), para que esteja desejável e seja desejado.

Sexualidade e envelhecimento são temas que frequentemente remetem à interação e ao conflito entre cultura e corpo. Esse assunto nos conduz, inevitavelmente, a considerar as tensões entre a construção social do corpo e sua inevitável degeneração. Quando analisados a partir do desenvolvimento da vida humana, envelhecimento e sexualidade tornam-se temas que frequentemente são tratados de forma separada. O declínio do desejo, a perda da atratividade física e a virtual anulação como pessoa sexualmente ativa estão entre as principais marcas e condições do envelhecimento que sustentam, em grande parte, o repúdio e o medo generalizados em relação ao corpo em

---

<sup>1</sup> <http://grisalhos.wordpress.com>

processo de degeneração, contrastando com a avaliação positiva que muitas vezes é atribuída à juventude.

De acordo com Agra do Ó (2010), foi durante a transição do século XIX para o século XX que começou a se difundir a ideia de que a vida pode ser dividida em fases ou etapas, sendo a última fase associada à decadência. Nesse contexto, o que era considerado velho e decadente deveria sempre dar lugar ao novo e à renovação. “A velhice e a juventude passavam a ser, no momento em que se abandonava o século XIX, mais do que uma maneira de catalogar pessoas e tornavam-se uma espécie de metáfora explicativa do mundo (...)” (Agra do Ó, *ibid*, p. 36).

Lidar com as limitações biológicas da existência e aceitar o corpo em processo de degeneração continuam sendo um dos principais desafios na contemporaneidade. Isso é evidenciado pela obsessão observada nas sociedades ocidentais com as formas corporais e a busca pela aparência juvenil, que permeia todo o complexo da moda, das academias de ginástica, do uso de anabolizantes, de cosméticos, da cirurgia plástica e de outras tecnologias de manutenção corporal.

O corpo, tanto masculino quanto feminino, ao longo da história, passou por diversos processos de descobertas e ressignificações, conforme demonstra Sant’Anna (1999). Esse fenômeno se intensificou especialmente no século XX, quando o corpo foi teoricamente idealizado, vinculado ao inconsciente (psicanálise), relacionado ao sujeito (existencialismo) e incorporado às formas sociais da cultura. Gradualmente, deixou de ser percebido como um lugar “sacro” e passou a ser aceito e considerado como um “eu-pele”. Esse conceito, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, foi redescoberto nas esferas da arte, política, ciência e, sobretudo, pela mídia. As quebras dos tabus relacionados ao corpo eram reivindicadas, assim como a liberdade sexual. As chamadas minorias começaram a afirmar: “nosso corpo nos pertence”, um lema repetido até os dias atuais, no século XXI, por mulheres que desejam realizar aborto sem ter que pedir autorização ao Estado e/ou por pessoas que buscam intervenções cirúrgicas para mudança de sexo biológico.

Foi também entre as décadas de 60 e 70 que ocorreu uma grande produção de trabalhos relacionados à questão da sexualidade, elaborados por autores como Foucault (1999), Laquer (2001) e, posteriormente, Scott (1985). Esses estudiosos não apenas tinham a “vontade de saber” sobre o sexo, mas buscavam compreender a diferença

sexual. Nesse período, não apenas antropólogos, sociólogos e psicólogos produziam conhecimento sobre o corpo e a sexualidade, mas também historiadores passaram a realizar pesquisas sobre o assunto. Sobre essa “nova” área de discussão que ganhava espaço na História.

A história da sexualidade começou a ser percebida como um efeito produzido nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais por um dispositivo complexo (Foucault, *ibid*). Na década de 1980, o corpo, cuja história sexual passou a ser construída, passou por uma nova “redescoberta”. Nesse período, surgiu a necessidade de estimular a atividade física em ambientes de lazer e a prática de esportes. Tornou-se imperativo apresentar a ideia de “estar saudável” em um corpo malhado, bonito e “delicioso”.

Essa concepção de corpo malhado, associada à saúde, não surgiu de forma repentina. Conforme Vigarello (2007, p. 199), essa ideia vem sendo desenvolvida desde o início do século XX. As enciclopédias domésticas, os livros para o lar, os dicionários da vida prática se enriquecem de súbito, na virada do século XX com inúmeros exemplos de práticas físicas. Seus métodos se fragmentam como nunca, prometendo “um corpo mais harmonioso, mais belo”.

Assim como Sant’Anna (2002) e Courtine (2005) demonstram, nas últimas décadas do século XX começou a ser gestada, a princípio nos Estados Unidos e depois em outros países, o que se denomina de “indústria do músculo”. Essa indústria trouxe para o cotidiano um mercado relacionado ao ferro, às vitaminas e ao suor. Além dos aparelhos de musculação, ela oferece suplementos nutricionais, revistas especializadas em boa forma e saúde, assim como indicações estéticas, como dicas de regimes para o desenvolvimento corporal, entre outros.

A representação do corpo, intensificada pela mídia diariamente, transformou-se em uma verdade. O corpo agora é tratado como uma mercadoria, vendido e moldado de acordo com padrões estéticos predominantes. O discurso que historicamente controlava o corpo e a sexualidade, inicialmente para conter excessos tidos como improdutivos, persiste, mas agora sob o controle-estimulação capitalista. Os corpos e os sujeitos estão sujeitos a um controle velado, impulsionado pelos micropoderes presentes no autocontrole e no controle do “outro”.

No contexto LGBTQIA+, especialmente quando as marcas do envelhecimento se tornam mais visíveis, há uma pressão para silenciar e ocultar os sinais de

envelhecimento. Os indivíduos têm à disposição uma variedade de recursos, como cosméticos, exercícios físicos e procedimentos médicos, para manter uma aparência jovem, lisa e sem rugas. Essa busca pela juventude eterna pode ser entendida como uma tentativa de tornar o corpo “liso”, escondendo as rugas e memórias, conforme discutido por Deleuze & Guattari (2007) em sua distinção entre espaços “lisos” e “estriados”.

A transformação na perspectiva sobre o envelhecimento é notável, impulsionada por avanços nos campos do conhecimento, da medicina e da saúde. O aumento da expectativa de vida nas últimas décadas do século XX é considerado uma “revolução demográfica”. O envelhecimento populacional é um fenômeno global significativo que tem despertado maior atenção para os temas da velhice e do envelhecimento.

Os corpos dos homossexuais idosos raramente são apresentados visualmente. Em vez disso, o foco recai principalmente sobre o discurso, frequentemente protagonizado por figuras conhecidas como Ney Matogrosso e Aguinaldo Ribeiro, que são retratados como vencedores, experientes e sábios, representando um conhecimento acumulado ao longo dos anos (Minois, 1999). Eles são utilizados como exemplos e referências para a geração mais jovem de gays.

Além disso, há matérias que orientam sobre como evitar o envelhecimento, destacando a importância de manter-se jovem e desejável. Nesse contexto, a identidade gay é associada à juventude, sendo crucial não apenas refletir no rosto, mas também no corpo, que deve atender a padrões de beleza específicos, como ser “sexy”, “gostoso”, “malhado”, “sarado”, “atlético” e “saudável”. A ideia central é que estar jovem e “na moda” se torna uma espécie de “lei” para a comunidade LGBTQIA+.

A reflexão sobre a reprodução nos meios de comunicação voltados para o público homossexual dos padrões de beleza, muitas vezes associados à juventude e à moda, é relevante. A imposição desses padrões, muitas vezes originados para o público heterossexual, questiona a universalidade desses ideais de beleza e levanta a necessidade de considerar representações mais diversificadas e inclusivas na mídia.

O corpo, ao perder a vitalidade física, é muitas vezes percebido como opaco e sem vida, refletindo a visão contemporânea que associa a velhice à proximidade da morte. Na sociedade moderna, estar velho é frequentemente relacionado à perda de virilidade e vitalidade.

É interessante notar que, na contemporaneidade, a maturidade não necessariamente implica um estilo de vida pacato e linear. A organização do sentido da experiência ao longo da vida está passando por transformações, e o envelhecimento não deve ser visto como uma “aposentadoria sexual”. No entanto, é observável que há uma lacuna nos estudos sobre o envelhecimento na perspectiva dos homossexuais masculinos nos cursos de História do país.

A década de 1970 foi marcada por mudanças significativas na sociedade brasileira, refletindo-se em diversos campos, incluindo as discussões em torno da velhice e da emergência de movimentos sociais, como o movimento gay. O “I Seminário Nacional do Idoso” em Brasília na década de 1970 indica uma preocupação crescente em relação aos direitos e à assistência aos idosos.

Ao mesmo tempo, o surgimento do periódico *Lampião da Esquina*, como a primeira publicação gay de circulação nacional, é um marco importante na história da imprensa homoerótica no Brasil. Esse periódico desempenhou um papel significativo na promoção de discussões sobre a sexualidade e nas representações da comunidade homossexual na mídia.

O período após o fim do *Lampião da Esquina*, em 1981, até o surgimento de publicações expressivas para o público gay na década de 1990 representa uma lacuna significativa na história editorial voltada para essa comunidade no Brasil. No entanto, com o advento das revistas *Sui Generis* (1995) e *G Magazine* (1997), a cena editorial para o público gay masculino começou a ganhar destaque.

A *Sui Generis* se destacou por ser uma revista desvinculada de grupos organizados, embora contasse com colaboradores que tiveram participação na história do movimento gay na década de 1970. Enfrentando desafios como a falta de anunciantes e a censura extraoficial, a revista surgiu em um contexto de segmentação do mercado editorial, propondo discutir questões relacionadas à homossexualidade com públicos tanto gays quanto heterossexuais. A abordagem da *Sui Generis* incluía temas como cultura, comportamento, moda e entrevistas com figuras proeminentes do meio artístico e político nacional, apresentando um diferencial em relação às publicações destinadas aos homossexuais masculinos nas décadas de 1960 e 1970.

Esse contexto editorial específico pode ser crucial para compreender como as representações da velhice e da sexualidade foram abordadas nesses novos espaços, especialmente considerando as mudanças sociais e culturais ao longo desse período.

A *G Magazine*, com sua especialidade no nu masculino, se destacou no cenário editorial voltado para o público gay ao apresentar em suas capas personalidades famosas, como jogadores, atores e cantores, além de abordar o nu frontal e o pênis ereto. Uma característica marcante da revista foi a tentativa de unir o erotismo com a militância, contando com a participação de importantes representantes do movimento gay brasileiro, incluindo João Silvério Trevisan, Glauco Matoso, Luiz Mott e Vange Leonel.

No entanto, ao longo do tempo, a *G Magazine* passou por uma transformação, tornando-se mais erótica do que militante. Os corpos dos homens que posavam para a revista passaram a seguir um modelo presente no imaginário masculino em geral, independentemente da orientação sexual, consolidando padrões estéticos que refletiam expectativas culturais em relação à beleza e ao erotismo.

Essa evolução na abordagem da revista pode fornecer insights importantes sobre as representações da sexualidade e da beleza masculina naquele contexto específico, assim como a forma como essas representações podem ter influenciado as percepções sobre o envelhecimento e a vivência da velhice para indivíduos gays.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário refletir sobre a complexa interseção entre idade, identidade homossexual e os padrões estéticos disseminados pela cultura contemporânea. A representação da velhice em publicações homoeróticas brasileiras revela as tensões entre o desejo de aceitação e a marginalização de indivíduos mais velhos na comunidade gay. A predominância da juventude como padrão de beleza nessas revistas, contribui para a exclusão de corpos que não se alinham a esses ideais, reforçando estereótipos prejudiciais.

Ao analisar a trajetória da revista *G Magazine*, por exemplo, percebemos uma relutância em apresentar corpos envelhecidos, ressaltando a resistência em reconhecer e valorizar a diversidade de corpos dentro da comunidade gay. A preferência por corpos



jovens nas capas e ensaios principais da revista ressalta uma persistente narrativa de que a juventude é o padrão de desejo e vitalidade.

É fundamental destacar o papel dessas representações na construção de subjetividades e na manutenção de estigmas. A mídia homoerótica, ao reforçar determinados padrões, contribui para a perpetuação de preconceitos internos na comunidade gay, marginalizando aqueles que não se encaixam nos padrões estéticos predominantes. As publicações analisadas, ao mostrar corpos mais velhos apenas em circunstâncias específicas, demonstram a persistência dessas normas e a resistência em desafiá-las.

Diante dessas reflexões, é crucial repensar as narrativas em torno da velhice na comunidade gay. O reconhecimento da diversidade de corpos e a desconstrução de estigmas relacionados à idade são passos necessários para promover uma cultura inclusiva e respeitosa dentro da comunidade LGBTQIA+.

## REFERÊNCIAS

- AGRA DO Ó, A. *Velhices imaginadas – Memórias e envelhecimento no Brasil (1935, 1937, 1945)*. Campina Grande, EDUEFCG, 2010.
- COURTINE, J.J. Os staknovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT’ANNA, D. B. de. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.
- DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol 5. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso. A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HENNING, C. E. *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- LAQUER, T. *Inventando o sexo-corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume-Dumará, 2001.

- MINOIS, G. *História da velhice no Ocidente*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Teorema, 1999.
- SANT'ANNA, D. B. de. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez, 1985.
- VEYNE, P. *Foucault: Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- VIGARELLO, G. *História do corpo: as mutações do olhar, o século XX*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

# CAPÍTULO IX

## RELAÇÕES DE APEGO ENTRE IDOSOS E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

### RELATIONSHIP BETWEEN ELDERLY AND PETS BY ATTACHMENT THEORY FRAMEWORK

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-9

Nicole Velho Vasques Soares <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pós-graduada em Psicologia Escolar e Educacional.

#### RESUMO

A etapa vital da velhice é caracterizada por alterações físicas, psicológicas e sociais. Destaca-se a necessidade de manter ou estabelecer vínculos afetivos nesta faixa etária e a possibilidade de ocorrerem com animais, podendo proporcionar melhorias em termos de qualidade de vida e bem-estar. O objetivo geral do presente trabalho é identificar possíveis contribuições da teoria do apego sobre as relações entre idosos e animais de estimação. Para a construção do trabalho, foram utilizados estudos referentes ao desenvolvimento de idosos, à vinculação afetiva e relações de apego, e à relação entre humanos e animais de estimação, especialmente na velhice. Foram abordados autores clássicos como Helen Bee e John Bowlby, além de estudos recentes sobre as relações entre animais e humanos. Para possibilitar o alcance dos objetivos, foi realizada pesquisa bibliográfica. Na discussão, foram entrelaçados aspectos relacionados ao apego e vínculo entre idosos e animais de estimação, demonstrando, por meio da revisão de literatura, a possível vinculação de apego entre humanos e animais, sendo possível identificar benefícios e melhorias na qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Idosos. Animais de estimação. Teoria do apego.

#### ABSTRACT

The elderly age group is characterized by physical, psychological and social changes. The need to maintain or establish emotional bonds in this age group and the possibility of such bonds occurring with animals is a point of interest and can help improving the life quality and well-being. The general objective of the present work is to identify possible contributions of attachment theory on relationships between elderly people and pets. To produce this paper, studies about the development of elderly people, emotional bonds and attachment relationships, and the relationship between humans and pets, especially in old age, were used. Classic authors such as Helen Bee and John Bowlby were studied, as well as recent publications on the relationships between animals and humans. To enable the achievement of the objectives, bibliographical research was carried out. In the discussion, aspects related to attachment and the bond between elderly people and pets were intertwined, demonstrating, through a literature review, the possible connection of attachment between humans and pets, making it possible to identify benefits and improvements in life quality.

**Keywords:** Elderly people. Pets. Attachment theory.

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando o envelhecimento da população humana, é essencial que a psicologia volte seu olhar a este nicho populacional, suas características, desejos, necessidades e interesses. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população idosa no Brasil é de 32.113.490 pessoas, representando 15,6% do total da população (IBGE, 2023). No mundo, há 1,1 bilhão de idosos e a Organização das Nações Unidas – ONU – estima que em 2100 este número chegará a 3,1 bilhões (UN, 2023). A ampliação da população idosa avulta a relevância da atuação do profissional da psicologia destinada a população nesta etapa do desenvolvimento humano, especialmente em termos de melhoria de qualidade de vida. Paralelamente, destacam-se as contribuições de John Bowlby acerca do desenvolvimento humano, priorizando as fundações psíquicas. Deste teórico, estudos relacionados aos laços afetivos e relações de apego são fundamentais para a compreensão das relações humanas. Soma-se a estes relevantes aspectos o fato de que, em 2021, de acordo com o Instituto Pet Brasil – IPB, havia, no Brasil, 149,6 milhões de animais de estimação (IPB, 2022). Esse número indica uma proporção estimada de 1,5 animal de estimação por brasileiro. Diante disso, questiona-se sobre o desenvolvimento de laços de apego entre idosos e seus animais de estimação. Mais especificamente, há um interesse em investigar mais sobre quais e como são as relações de apego construídas com animais de estimação na velhice.

Partindo do objetivo de identificar as relações de apego estabelecidas entre idosos e animais de estimação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites de pesquisa, tais como SciELO e PePSIC sobre o tema. Entre a literatura brasileira existente, destacam-se dois artigos dos anos de 2009 e 2012, abordando, respectivamente, os benefícios terapêuticos e representações sociais do relacionamento entre idosos e animais de estimação. É relevante, assim, o estudo das relações de apego, pois essa relação baseada no vínculo é subjacente e necessária para a melhor compreensão de ambos os conceitos (Costa *et al.*, 2009; Pacheco-Ferreira, 2012). No âmbito internacional, dois artigos se sobressaem, dos anos de 2012 e 2020. O primeiro focado na classificação dos animais de estimação como base segura, de acordo com a Teoria do Apego, e o segundo no bem-estar e apego entre cavaleiros e seus cavalos (Schwarzmueller-Erber; Maier; Kundi, 2020; Zilcha-Mano; Mikulincer; Shaver, 2012).

Ao se observarem as características demográficas, que ressaltam a importância do estudo sobre a velhice, destaca-se a necessidade afetiva dos idosos, especialmente derivada da solidão e de condições físicas relacionadas à etapa de vida. Os animais de estimação, quando convivendo com pessoas em tal etapa vital, podem oferecer maior qualidade de vida, na medida em que a vinculação afetiva alcançada pode aumentar o bem-estar físico, cognitivo e psicológico dos idosos (Heiden; Santos, 2012). É necessário, então, estudar mais profundamente essa vinculação, a formação desses laços, as relações de apego e os impactos de tal relação para a qualidade de vida dos idosos convivendo com animais de estimação.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ETAPA DO CICLO VITAL DA VELHICE

A etapa do ciclo vital da velhice, também nomeada como vida adulta tardia, ou ainda terceira idade, é multifacetada. Os idosos não podem ser caracterizados como pessoas desamparadas ou senis, até porque, em diversos casos, são sábios, equilibrados e respeitados. O termo que diz respeito ao preconceito baseado na idade, considerando os idosos decrépitos, é idadismo (Papalia; Feldman, 2013). O idadismo está disseminado culturalmente e inserido no discurso contemporâneo de antienvelhecimento e de combate ao corpo envelhecido. Tal preconceito gera sentimento de rejeição aos idosos, inclusive avivando fantasias com relação à morte. Ele gera comportamentos de desprezo, negligência, maus tratos e violência (Castro, 2016).

A população idosa pode ser dividida em três faixas etárias: o idoso jovem (65 a 74 anos), idoso idoso (entre 75 e 84) e idoso velho (mais de 85 anos). Entretanto, ao se utilizar tal terminologia, é necessário que seja avaliada a vida do sujeito, as condições físicas e psicológicas do indivíduo e não apenas a sua idade cronológica (Papalia; Feldman, 2013). Outra forma de separação por idade é entre idoso jovem, que possui entre 60 e 79 anos, e idoso longo, o que possui mais de 80 anos (Navarro *et al.*, 2015). Nos países em desenvolvimento, a fase idosa se inicia aos 60 anos, enquanto nos desenvolvidos esse marco se dá aos 65 anos. A expectativa brasileira é que se chegue ao ano de 2050 com cerca de 30% da população acima de 60 anos, contrastando com os

8% existentes no ano de 2000. Assim, há um evidente e progressivo envelhecimento populacional (Gomes; Vagetti; Oliveira, 2017).

Dentre os relacionamentos na vida adulta tardia, são notadamente importantes os: com o parceiro, com os filhos e outros parentes, e com os amigos. Com o parceiro, tende a haver diminuição do romantismo, mas aumento do comprometimento e satisfação. Já o relacionamento com os filhos não necessariamente aumenta o bem-estar dos idosos, por melhor que seja este contato. O relacionamento com outros parentes pode ser estreitado nesta faixa etária, entretanto a única relação entre os parentes que efetivamente aumenta a sensação de bem-estar é a desenvolvida entre irmãs. E os amigos desempenham um importante papel, particularmente por conhecerem a história e partilharem lembranças, gerando um clima de reciprocidade e não-estresse (Bee, 1997). Socialmente, a etapa da velhice costuma se caracterizar por algumas perdas, como de entes queridos (em geral, os pais), do relacionamento com os filhos e da aposentadoria, especialmente perdas quanto ao sentimento de importância e contatos sociais. Essas perdas tendem a gerar sentimentos de carência afetiva (Gomes; Vagetti; Oliveira, 2017).

Quanto à qualidade de vida, alguns estudos identificam informações importantes a partir da adaptação do instrumento WHOQOL-OLD, derivado *do Word Health Organization Quality of Live – WHOQOL*, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde para avaliação. O WHOQOL-OLD analisa seis facetas: funcionamento do sensorio (FS), autonomia (AUT), atividades passadas, presentes e futuras (PPF), participação social (PSO), morte e morrer (MEM), e intimidade (INT). Pesquisadores realizaram uma avaliação em 30 idosas residentes do ambiente urbano e rural no interior do Ceará por intermédio do WHOQOL-OLD. Foi observado que 46% das idosas residentes na área urbana e 40% na área rural apresentavam qualidade de vida suficiente ou acima de suficiente (Alencar *et al.*, 2010). Já Clementino e Goulart (2019) utilizaram o WHOQOL-OLD para avaliar a relação entre a imagem corporal e o estado nutricional com a qualidade de vida em 103 idosos com mais de 80 anos no estado de São Paulo. As autoras identificaram que a avaliação da percepção de qualidade de vida não é afetada pela distorção de imagem corporal, mas que os idosos acima do peso apresentam melhor percepção de qualidade de vida, possivelmente por se sentirem adaptados ao corpo envelhecido.

Em estudo realizado em Campinas – SP e Belém – PA, foi pesquisado o significado de ser feliz na velhice e de velhice saudável, respectivamente. Em ambas as cidades a resposta mais citada foi “saúde”. Os participantes se declararam satisfeitos com as relações familiares e de amizade e capacidade de resolver problemas do dia a dia. Os entrevistados declararam não se isolar, mas constituir redes sociais ativas, destacadamente em ambientes religiosos. Apesar de ser reconhecido, o tema recursos materiais não foi destacado pelos respondentes como fundamental. As mulheres apresentaram mais queixas em relação à memória do que os homens. Um valor alto foi atribuído pelos respondentes à independência, bem como à categoria satisfação e prazer. Destaca-se, então, a importância das variáveis psicológicas para a auto atribuição de bem-estar na velhice (Mantovani *et al.*, 2016).

Um estudo qualitativo sobre representações sociais concluiu que os idosos tendem a compreender a complexidade do envelhecimento e a necessidade de vivê-lo com qualidade. Quanto à concepção de envelhecer para os idosos, esta pressupõe sentimentos positivos de satisfação, aceitação, alegria e realização; sentimentos negativos de improdutividade, dependência, isolamento e desvalorização social; transformação física, aceita com tranquilidade; e perspectivas – positivas – para o futuro. Sobre a concepção do envelhecer sem saúde, há sentimentos negativos de mau-humor, solidão e estresse; necessidades socioeconômicas de lazer, educação, alimentação, dentre outros; necessidade afetiva, especialmente em função da falta de paciência dos mais jovens; e falta de integridade física. Já na concepção do envelhecer com saúde, foram destacados o autocuidado, compreendendo atividades recreativas e de lazer; sentimentos positivos de alegria, bom-humor, harmonia, amor, independência e autocontrole; religiosidade; necessidade socioeconômica; e mudança de hábito, abandonando vícios (Vilela; Carvalho; Araújo, 2006).

Erik Erikson teorizou sobre as fases da vida durante o desenvolvimento humano. De acordo com a sua teoria, os idosos – a partir de 60 anos – vivenciam a crise “Integridade *versus* Desespero”. Integridade se refere à aceitação da própria vida, com suas limitações e realidade, significando que não há outra possibilidade de existência. Desespero diz respeito a uma sensação de que não haverá tempo para trilhar um caminho diferente que leve à integridade. A resolução dessa crise gera um sentimento de ter vivido satisfatoriamente (Silva; Finocchio, 2011).

## 2.2. LAÇOS AFETIVOS E RELAÇÕES DE APEGO

Bowlby (1997) desenvolveu a teoria de ligação para compreender a predisposição humana para a formação de vínculos com outros e os sentimentos que a perda ou separação involuntária desses outros pode gerar. A base desta teoria é o comportamento de ligação, que se caracteriza como aproximação a outro indivíduo “diferenciado e preferido, o qual é usualmente considerado mais forte e (ou) mais sábio” (Bowlby, 1997, p. 171). Apesar de ser notável na infância, o comportamento permeia toda a vida do sujeito.

O comportamento de ligação possui características particulares, como: especificidade para um ou alguns indivíduos particulares; duração por grande parte do ciclo vital; envolvimento emocional; ontogenia, sendo especialmente importante nos primeiros nove meses de vida; aprendizagem, especialmente com relação à diferenciação familiar-estranho; organização que possibilita modelos representacionais de eu e do mundo; função biológica de sobrevivência e proteção (Bowlby, 1997).

Um dos conceitos fundamentais da teoria é a ansiedade de separação, que é o medo de se separar da figura de ligação. A resposta a essa ansiedade tende a ser evitação ou fuga, mais notadamente, evitando o isolamento e procurando a companhia desejada. Destaca-se que esse é um sentimento normal e esperado, principalmente no primeiro ano de vida de um bebê (Bowlby, 1997).

Ainda sobre a teoria de ligação, é esperado que haja relação entre as experiências infantis com os pais e a capacidade de construção de vínculos afetivos na vida adulta. São especialmente importantes o grau em que os pais oferecem uma base segura e o quanto estimulam a exploração da criança a partir de tal base. A maior causa de ansiedade na criança é, assim, a incerteza sobre a disponibilidade dos pais (Bowlby, 1997).

Importante para o desenvolvimento dos estudos sobre apego foram os experimentos de Harlow com macacos *Rhesus*, em que filhotes de macaco eram colocados junto de estátuas de arame e de tecido macio com mamadeiras. Independentemente de haver o alimento, os macacos preferiam ficar mais tempo próximos da coberta por um tecido macio. A partir daí, verificou-se que o contato é mais importante do que a alimentação para o estabelecimento do apego (Fernandes; Peixoto Junior, 2021).



Em estudo recente, realizado entre fevereiro de 2002 e abril de 2004, no Parque Ecológico do Tietê, na cidade de São Paulo, foi observada a relação entre macacos-prego na natureza, sendo constatada pelos pesquisadores a existência de comportamentos de apego entre mães e bebês que se sobrepõem às necessidades físicas de sobrevivência. Dentre os comportamentos observados, destaca-se a ocorrência de desmame tardio, ou seja, manutenção da amamentação dos bebês por um bom tempo após o desenvolvimento das capacidades de se alimentar e locomover sozinhos, com a possível finalidade de prolongamento do vínculo de dependência, baseada notoriamente em função das necessidades afetivas – e não físicas – dos filhotes (Verderane; Izar, 2019).

Para Bowlby, o vínculo primário com a figura materna é realizado por intermédio do apego e a criança, ao ser separada da mãe reage a partir de três fases, a saber: protesto, com choro e expressões físicas de desconforto, com busca pela figura materna; desesperança, em que o bebê não acredita mais no retorno materno; e retraimento, quando ocorre o desapego e que pode levar a um desinteresse preocupante (Zimerman, 1999).

Com base na teorização proposta por Bowlby, Mary Ainsworth e colaboradores pesquisaram diferentes padrões de apego. Ainsworth realizou a experiência denominada “situação estranha”, em que a criança, em ambiente de laboratório, reunia-se nesta sequência com: a mãe; a mãe e um estranho; apenas o estranho; apenas a mãe; sozinha; apenas com o estranho; e com a mãe. Com base nos comportamentos observados, a segurança do apego com a mãe foi avaliada e classificada da seguinte forma: 70% dos participantes apresentaram apego seguro; 20%, apego ansioso e esquivo; 10%, apego ansioso e ambivalente. O desenvolvimento do tipo de apego depende fundamentalmente da sensibilidade da mãe às demandas do filho e da possibilidade de que a mãe seja uma base segura para a criança (que possibilita que ela experimente o mundo, mas tenha um local seguro ao qual retorna quando se sente ameaçada) (Brum; Schermann, 2004).

Estudos posteriores realizados com as crianças participantes do estudo de Mary Ainsworth demonstraram que, nove meses após a experiência, os bebês seguros eram mais cooperativos com a mãe e com outras pessoas. Além disso, interagiam melhor com adultos e demonstravam preocupação ao ver um adulto aflito. No ambiente escolar, as crianças com padrão de apego seguro apresentaram melhor desenvolvimento social,

curiosidade e empatia. Entretanto, há que se destacar que, nos primeiros anos de vida, o desenvolvimento de um padrão de apego depende muito fortemente do cuidador, sendo internalizado o modelo de apego com o passar dos anos (Bowlby, 1990).

O apego seguro pode ser caracterizado como aquele em que o cuidador funciona com base segura para a criança, favorecendo sua exploração do ambiente com mais motivação. Ao se afastarem do cuidador, crianças com apego seguro sentem incômodo, mas esse não é exagerado. Há cooperação, monitoração e favorecimento da independência. O apego evitativo ocorre quando a criança interage pouco com os cuidadores, também não se inibe diante de estranhos e não procuram os cuidadores para conforto e apoio. Em geral, decorre de experiências de rejeição anteriores. Já o apego ambivalente é quando a criança se apresenta imatura e pouco interessada no ambiente, preocupada excessivamente com o cuidador. Essas crianças ficam muito incomodadas ao se afastar do cuidador e, quando eles regressam, apresentam desejo de contato e raiva. Possivelmente, em experiências prévias houve comportamento ambivalente: responsivo por vezes, rejeitador em outras (Dalbem; Dell'Aglio, 2005).

É importante, para compreensão do estabelecimento do apego, que sejam analisados os aspectos internos da criança e os aspectos do ambiente. Tanto questões físicas como psicológicas e emocionais da criança, como o meio em que a relação afetiva ocorre, são desencadeadores de comportamentos aprendidos a partir das representações mentais das figuras de apego, de si próprio e do ambiente em experiências anteriores (Dalbem; Dell'Aglio 2005).

É relevante destacar que o padrão relacional desenvolvido com as figuras de apego na infância perdura e se repete nas demais relações estabelecidas ao longo do ciclo vital. O sistema de apego permanece ativo ao longo da vida, entretanto pode ser modificado a partir de novas e diferentes relações, que podem alterar a visão sobre si e sobre o outro, inclusive a estrutura representacional desenvolvida. Desta forma, pessoas que desenvolveram na infância um padrão inseguro de apego podem, em função de novas experiências de relacionamentos ou por meio de psicoterapia, desenvolver e manter laços de apego seguros em seus relacionamentos (Consoli; Bernardes; Marin, 2018). A experiência inicial de apego com os cuidadores auxiliará o adulto a significar sua vida emocional e, quando não realizada de forma adequada, na

infância, ainda assim poderá ser reorganizada, como por exemplo em psicoterapia (Ramires; Schneider, 2010).

### 2.3. RELACIONAMENTO ENTRE HUMANOS E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Historicamente, a domesticação dos animais pelos homens iniciou por uma relação de parceria: enquanto o animal auxiliava na caça, segurança e transporte, o humano o alimentava e fornecia segurança contra predadores. Esse relacionamento foi evoluindo, tornando-se o animal uma companhia similar à de um amigo ou membro da família. Os benefícios dessa convivência foram percebidos e a partir da década de 1950 os animais passaram a ser utilizados como auxiliares em processos terapêuticos, físicos ou psicológicos. São recursos terapêuticos relacionados à Terapia Assistida por Animais e à Atividade Assistida por Animais (Giumelli; Santos, 2016).

O processo de domesticação dos cães iniciou há mais de quinze mil anos e esse foi o primeiro animal a ser domesticado. O relacionamento entre humanos e cães é repleto de interação que transcende a instrumentalidade, gerando vínculo de apego e de auxílio cooperativo. Destaca-se que esse vínculo afetivo possivelmente teve início logo no princípio da domesticação, em função de estudos arqueológicos já realizados (Cabral; Savalli, 2020).

Essa interação humano-cão gerou impactos nos caninos, que aprenderam (por meio de adaptação) a reconhecer as expressões emocionais dos humanos, sabendo como agir de acordo com o estado da pessoa com quem convive. Os cães reconhecem a emoção humana por meio de elementos visuais e auditivos. Os cães domésticos reconhecem a emoção como afeto positivo ou negativo, independentemente de terem sido treinados para tanto (Albuquerque *et al.*, 2016).

Além do reconhecimento das emoções dos humanos, os cães conseguem perceber as atitudes de outros humanos com os seus tutores. Em experimento, uma pessoa ajudava e outra recusava auxiliar o tutor a abrir um pote. No mesmo cômodo ficava uma pessoa neutra. Ao final da encenação, era oferecido petisco ao cão pela pessoa neutra e pela que auxiliou ou recusou auxílio. O cão aceitava indiferentemente quando oferecido pela pessoa neutra ou que auxiliava, mas tendia a não aceitar o petisco da pessoa que se recusou a auxiliar o seu tutor (Chijiwa *et al.*, 2015).

Outro estudo realizado avaliou o *eye gaze* e o *eye tracking* dos cães com os humanos. *Eye gaze* refere-se ao olhar nos olhos e *eye tracking* a olhar para a mesma direção que o outro está olhando, sem que haja um movimento de cabeça, apenas dos globos oculares. Esse é considerado um fator fundamental da cognição social entre humanos. Os cães domésticos desenvolveram essa habilidade após tantos anos de convivência com os humanos. A referida pesquisa, então, constatou que os cães seguem o olhar humano a longa distância, independentemente da idade canina (os participantes foram 145 cães *border collies* entre 6 meses e 14 anos de idade) e de treinamento anterior (Wallis *et al.*, 2015).

Os cães domésticos são frequentemente considerados como amigos, irmãos ou filhos. Assim, os seus tutores tendem a atribuir a seus cães subjetivações típicas da existência psíquica humana, tais como: sentimentos, pensamentos e motivações. Dessa forma, os cães podem utilizar roupinhas, ganhar festas e regalias e frequentar espaços da casa anteriormente destinados apenas a pessoas (Cabral; Savalli, 2020). Os animais de estimação podem ser, por vezes, substitutos das crianças nas famílias, e respondem a expectativas afetivas diversas e profundas. Diante disso, os motivos para que haja animais de estimação nas famílias são diversos, indo desde a segurança até necessidades vinculativas, emocionais e de companhia (Vieira, 2019).

### 3. MÉTODO

Para estudar as relações de apego entre idosos e animais de estimação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica consiste na revisão da literatura de obras já publicadas, possibilitando a delimitação do tema e a contextualização do objeto problema. Essa pesquisa permite a análise de conteúdos já estudados e a aquisição de novos conhecimentos (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Para realizar essa pesquisa, foi escolhido o tema; em seguida foram analisados os levantamentos das obras publicadas; tal levantamento foi aprofundado e ampliada; então as fontes foram selecionadas, baseadas na relevância e pertinência ao tema; ao que se seguiu a análise e interpretação do material coletado; culminando na redação do presente texto.

## 4. DISCUSSÃO

O conceito de vínculo foi inicialmente desenvolvido para significar a relação entre uma criança e seus pais, notadamente a figura materna, sendo a criança considerada dependente e os pais mais fortes e inteligentes. Entretanto, ao longo do ciclo vital, o sujeito continuamente vincula-se a outras figuras, como, por exemplo, ao parceiro romântico e a grupos. Os animais de estimação também podem ser figuras vinculáveis, ou seja, laços afetivos podem ser formados entre os humanos e os animais de estimação. Isso é possível porque o relacionamento entre humanos e animais de estimação se enquadram nos quatro pré-requisitos vinculativos: busca de proximidade, porto seguro, base seguro e angústia de separação (Zilcha-Mano; Mikulincer; Shaver, 2012).

Os tutores de animais de estimação sentem-se próximos a eles, buscando e se regozijando com essa proximidade. Enquanto porto seguro, os animais oferecem afeto, consolo, alívio e conforto. Além disso, a morte do animal de estimação gera sofrimento intenso e luto (Zilcha-Mano; Mikulincer; Shaver, 2012). A morte e o luto geram, nos tutores, angústia de separação e sentimentos de pesar, causando ainda mais sofrimento por não haver reconhecimento social dessa perda como um luto real, não havendo apoio para que vivenciem o luto (Vieira, 2019).

Em uma série de estudos realizados a fim de reconhecer o vínculo afetivo humano – animal de estimação como tal, duas dimensões básicas foram consideradas: apego ansioso e apego evitativo. O ansioso se refere a medos de que algo ruim ocorra com o animal e que a pessoa fique sozinha, necessitando estar próxima ao animal. O evitativo diz respeito ao desconforto com a proximidade física e emocional com os animais, evitando intimidade. Tais achados derivaram de um questionário desenvolvido pelos pesquisadores e que constatou que os diferentes apegos encontrados apenas dizem respeito às expectativas do humano com relação ao animal de estimação e à reação emocional à morte do animal (Zilcha-Mano; Mikulincer; Shaver, 2012).

Marsa-Sambola e colaboradores (2015) desenvolveram o *Short Attachment to Pets Scale (SAPS) for Children and Young People*, um instrumento para avaliar o apego aos animais de estimação de crianças e adolescentes. Na avaliação realizada, o instrumento foi considerado apto e coerente em termos de confiança e validação. O

objetivo do SAPS é analisar a relação entre o vínculo humano jovem-animal de estimação e a qualidade de vida, considerando aspectos demográficos. Na pesquisa realizada, não pode ser claramente definido se o apego aos pets tem efeito direto na saúde e bem-estar ou se as questões sociodemográficas é que se relacionam a altos graus de vinculação com os animais de estimação.

Entretanto, o instrumento mais utilizado para avaliar o apego emocional dos humanos com os animais de estimação é o *Lexington Attachment to Pets Scale* (LAPS), desenvolvido em 1992 e composto de 23 questões que devem ser respondidas de acordo com quatro opções de escala entre concordo ou discordo (por exemplo: “meu pet me compreende”). O instrumento é amplamente utilizado e já foi traduzido e validado inclusive em versão mexicana (Ramírez; Berumen; Hernández, 2014; Hall *et al.*, 2016).

No Brasil, o LAPS foi utilizado em pesquisa que avaliou o grau de apego de 95 participantes com seus animais de estimação. Os resultados apontaram para correlação com o escore total em 21 questões. As exceções foram “acho que meu pet é justamente um animal de estimação” e “eu não sou muito apegado ao meu pet”. Os respondentes do sexo feminino apresentaram maior escore de apego, assim como os participantes com idade entre 28 e 50 anos (destaca-se que não houve participantes com idade superior a 50 anos) (Martins *et al.*, 2014).

Em pesquisa utilizando o LAPS em Portugal, com 1041 donos de animais de estimação, os três fatores principais encontrados foram: vínculo geral, proximidade (fator central do animal na vida do tutor) e importância (impacto do animal na vida do humano). Novamente, as participantes do sexo feminino apresentaram maior grau de vínculo com seus animais. Não foram encontradas diferenças significativas em função do estado civil. Quanto à escolaridade, os participantes com maior escolaridade apresentam menor vínculo. A faixa etária que apresentou maior vínculo, proximidade e importância foi entre 65 e 75 anos (Miranda, 2010).

Os desenvolvedores do LAPS analisaram o vínculo dos idosos com os animais de estimação e a relação de tal vínculo com a saúde. No estudo realizado, encontraram correlação entre apego com os animais e depressão (maior grau de apego, menor depressão); aumento de depressão e doenças em caso de aumento de mudanças na vida nos 12 meses anteriores, independentemente do apego ao animal; possuir um

animal de estimação não foi considerado preditor para depressão; um maior vínculo com o animal foi associado com menos doenças relatadas; nos idosos enlutados o grau de depressão é menor quando possuem e/ou se vinculam a animais (Garrity *et al.*, 1989).

Para além do vínculo, os animais de estimação oferecem benefícios sociais e psicológicos aos idosos, aumentando a segurança, a companhia, a alegria e reduzindo a carência afetiva (Fukushima *et al.*, 2016). O aumento de sentimentos positivos, advindos do relacionamento dos idosos com os animais de estimação, depende do que é esperado pelos idosos e do vínculo estabelecido.

Pesquisa realizada na cidade de São Bento do Sul com 51 idosos entre 60 e 84 anos de idade concluiu que mais de 70% dos participantes consideravam os animais de estimação membros da família, sendo tratados como filhos. Eles se sentem seguros com essa convivência, confiando nos animais e mantendo um vínculo estreito. Os benefícios da convivência relatados foram: “alegria, companhia, segurança, ter um passatempo e distração.” (Heiden; Santos, 2012, p. 492).

Estudo recente demonstrou benefícios da convivência com cães e de atividade recreacional de cavalaria para pessoas acima de 45 anos. Os benefícios relatados foram bem-estar social e psicológico devidos ao apego dos participantes com seus animais de estimação. Os pesquisadores que realizaram a pesquisa constataram que houve correlação entre o humor durante e após a atividade com os animais e o apego entre humanos e os animais. Assim, demonstraram que, quanto maior o apego e, possivelmente, quanto mais seguro esse apego, melhor o humor e bem-estar dos praticantes de cavalaria ou donos de cães após atividades com seus animais (Schwarzmueller-Erber; Maier; Kundi, 2020).

Os benefícios que os animais de estimação proporcionam a idosos podem ser divididos em três grandes áreas: saúde física, notadamente em relação a hábitos saudáveis adquiridos para a rotina do animal; saúde psicológica e bem-estar, especialmente reduzindo sintomas depressivos, tristeza e solidão, sendo o animal considerado um amigo ou membro da família que aumenta a sensação de felicidade e autoestima; e contexto social, destacando-se que os animais de estimação favorecem a desinibição social dos idosos (Fernandes, 2018).

Alguns pontos a serem considerados quanto à convivência dos idosos com os animais de estimação. O risco de quedas em idosos é elevado, em função de trombar ou

tropeçar no animal ou objetos existentes na residência em função deste (Fabrício, Rodrigues; Costa Júnior, 2004). Além deste, há risco de agressões por parte do animal, o custo financeiro também deve ser considerado e há de se notar que a expectativa de vida dos animais pode levar os idosos a vivenciarem esse luto com extremo pesar, especialmente considerando o vínculo construído (Fukushima *et al.*, 2016).

Sobre a morte do animal de estimação, os idosos tendem a se sentir confrontados com a finitude da vida e a experienciar sentimento de culpa e extremo sofrimento. A perda e o luto pelo animal geram muita tristeza nos idosos. Inclusive quando projetam o futuro, os idosos que convivem com animais de estimação já se revestem de tristeza ao vislumbrar a morte do companheiro, que são por eles considerados entes queridos que necessitam de cuidados e afeto (Costa, 2006).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de identificar possíveis contribuições da teoria do apego sobre as relações entre idosos e animais de estimação, por meio de pesquisa bibliográfica. Para tanto, considerou-se importante caracterizar a etapa de vida da velhice, enquanto fase do desenvolvimento humano, apresentar aspectos fundamentais sobre a Teoria do Apego de Bowlby e descrever questões relevantes acerca da relação entre humanos e animais de estimação.

Para favorecer a possibilidade de alcance de tal objetivo, foram pesquisados autores clássicos sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e à teoria do apego, nesta última, principalmente John Bowlby. Além disso, foram compilados artigos recentes sobre o envelhecimento humano, considerando as atuais características da sociedade humana, e sobre as relações entre humanos e animais de estimação. Estes animais, como demonstra a teoria, podem ser figuras vinculáveis, possuindo os quatro aspectos que definem uma relação de apego: busca de proximidade, porto seguro, base seguro e angústia de separação.

Enquanto figuras vinculáveis, com as quais podem ser desenvolvidas relações de apego, os animais de estimação proporcionam diversos benefícios aos seus tutores, tendendo a ampliar sua qualidade de vida e percepção de saúde. Entretanto, há riscos no relacionamento especificamente entre animais e idosos, pois estes sofrem risco de



quedas e outros acidentes em função do animal, além de sofrerem uma grande perda quando ocorre o luto em função da morte ou perda do animal.

Apesar de haver riqueza teórica sobre o apego entre humanos e animais de estimação, existindo inclusive instrumento próprio sobre tal temática, ainda há poucos estudos realizados no Brasil com o público idoso sobre o tema. Sugere-se, então, que mais pesquisas sobre essa vinculação sejam realizadas, a fim de compreender essa relação, que pode expandir a qualidade de vida e os vínculos dos idosos, em uma fase caracterizada por uma carência afetiva derivada das inúmeras perdas existentes na velhice.

Além deste, que era o objeto de estudo neste momento, percebe-se relevante estudar o vínculo afetivo entre humanos e animais de estimação ao longo de todo o ciclo vital, pois as relações de apego, cujo sistema é desenvolvido na infância, podem ser favorecidas com o convívio com animais em todas as faixas etárias.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, N. *et al.* Dogs recognize dog and human emotions. **Biology Letters**, v. 12, n. 1, p. 20150883, jan. 2016.
- ALENCAR, *et al.* Avaliação da qualidade de vida em idosas residentes em ambientes urbano e rural. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 13, n. 1, p. 103-109, 2010.
- BEE, H. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRUM, E. H. M. DE; SCHERMANN, L. Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 457–467, jun. 2004.
- CABRAL, F. G. DE S.; SAVALLI, C. Sobre a relação humano-cão. **Psicologia USP**, v. 31, 2020.
- CASTRO, G. G. S. O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. **Galáxia (São Paulo)**, n. 31, p. 79–91, jun. 2016.
- CHIJIWA, H. *et al.* Dogs avoid people who behave negatively to their owner: third-party affective evaluation. **Animal Behaviour**, v. 106, p. 123–127, ago. 2015.

- CLEMENTINO, M. D.; GOULART, R. M. M. Body image, nutritional status and quality of life in long-lived older adults. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, V. 22, N. 6, 2019.
- CONSOLI, N.; BERNARDES, J. W.; MARIN, A. H. Laços de afeto: as repercussões do estilo de apego primário e estabelecido entre casais no ajustamento conjugal. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 36, n. 2, p. 315–315, 27 abr. 2018.
- Costa, E. C. **Animais de estimação: uma abordagem psicossociológica da concepção dos idosos**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.
- COSTA, E. C. *et al.* Aspectos psicossociais da convivência de idosos com animais de estimação: uma interação social alternativa. **Psicologia: teoria e prática**, v. 11, n. 3, p. 2–15, 2009.
- DALBEM, J. X.; DELL’AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 12–24, 1 jun. 2005.
- FABRÍCIO, S. C. C.; RODRIGUES, R. A. P.; COSTA JUNIOR, M. L. DA. Causas e conseqüências de quedas de idosos atendidos em hospital público. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 93–99, 1 fev. 2004.
- FERNANDES, J. B. DO P.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Apego e comunicação: considerando o desenvolvimento infantil sob a ótica da etologia e da psicanálise. **Psicol. USP**, p. e190144–e190144, 2021.
- FERNANDES, M. A. G. **Ligação Humano-Animal na População Idosa: Uma Revisão Sistemática da Literatura**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2018.
- FUKUSHIMA, R. L. M., Vicente, A. L. *et al.* Outras Possibilidades para a Aposentadoria. Em Costa, J. L. R., Costa, A. M. M. R., & Fuzaro Junior, G., orgs. **O que vamos fazer depois do trabalho? Reflexões sobre a preparação para aposentadoria** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- GARRITY, T. F., et al. Pet Ownership and Attachment as Supportive Factors in the Health of the Elderly. **Anthrozoos**, v. 3, n. 1, 1989
- GIUMELLI, R. D.; SANTOS, M. C. P. Convivência com animais de estimação: um estudo fenomenológico. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 22, n. 1, p. 49–58, 1 jun. 2016.
- HALL, N. J. *et al.* Behavioral and Self-report Measures Influencing Children’s Reported Attachment to Their Dog. **Anthrozoös**, v. 29, n. 1, p. 137–150, 2 jan. 2016.

- HEIDEN, J.; SANTOS, W. Benefícios psicológicos da convivência com animais de estimação para idosos. **Ágora: Revista De divulgação científica**, 16 (2esp.), p. 487-496. 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 24 mai. 2024.
- IPB – INSTITUTO PET BRASIL. **Censo pet IPB**. São Paulo: IPB, 2022. Disponível em: <https://institutopetbrasil.com/fique-por-dentro/amor-pelos-animais-impulsiona-os-negocios-2-2/>. Acesso em: 24 mai. 2024.
- MANTOVANI, E. P.; LUCCA, S. R. de; NERI, A. L. Associações entre significados de velhice e bem-estar subjetivo indicado por satisfação em idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 2, p. 203-222, 2016.
- MARSA-SAMBOLA, F. *et al.* The Short Attachment to Pets Scale (SAPS) for Children and Young People: Development, Psychometric Qualities and Demographic and Health Associations. **Child Indicators Research**, v. 9, n. 1, p. 111–131, 8 fev. 2015.
- MARTINS, M. DE F. *et al.* Grau de apego dos proprietários com os animais de companhia segundo a Escala Lexington Attachment to Pets. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 50, n. 5, p. 364–369, 2013.
- MIRANDA, M. I. L. A. R. **A importância do vínculo para os donos de cães e gatos nas famílias portuguesas**. 33 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina Veterinária) – Faculdade de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2010.
- NAVARRO, J. H. do N., *et al.* Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 461-470, 2015.
- PACHECO-FERREIRA, A. Therapeutic Profit by Companion Animals Employment in Health Care of Older People. **Revista Gerencia y Políticas de Salud**, v. 11, n. 22, p. 58–66, 2020.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- RAMIRES, V. R. R.; SCHNEIDER, M. S. Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 25–33, mar. 2010.
- RAMÍREZ, M. T. G.; QUEZADA BERUMEN, L. DEL C.; HERNÁNDEZ, R. L. Psychometric Properties of the Lexington Attachment to Pets Scale: Mexican Version (LAPS-M). **Anthrozoös**, v. 27, n. 3, p. 351–359, set. 2014.

- SCHWARZMUELLER-ERBER, G.; MAIER, M.; KUNDI, M. Pet Attachment and Wellbeing of Older-Aged Recreational Horseback Riders. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 6, p. 1865, 1 jan. 2020.
- SILVA, B. R. da; FINOCCHIO, A. L. A velhice como marca da atualidade: uma visão psicanalítica. **Vínculo**, v. 8, n. 2, p. 23-30, 2011.
- SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021 .
- UN – UNITED NATIONS. **2022 Revision of World Population Prospects**. Nova Iorque: UN, 2023. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 24 mai. 2024.
- VERDERANE, M. P.; IZAR, P. Estilos de cuidado materno em primatas: considerações a partir de uma espécie do Novo Mundo. **Psicologia USP**, v. 30, 2019.
- VIEIRA, M. N. F. Quando morre o animal de estimação. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 1, p. 239–257, 12 dez. 2019.
- VILELA, A. B.; CARVALHO, P. A. L. de; ARAÚJO, R. T. de. Envelhecimento bem-sucedido: representação de idosos. **Saúde.Com**, v. 2, n. 2, p. 101-114, 2006
- WALLIS, L. J. *et al.* Training for eye contact modulates gaze following in dogs. **Animal Behaviour**, v. 106, p. 27–35, ago. 2015.
- ZILCHA-MANO, S.; MIKULINCER, M.; SHAVER, P. R. Pets as safe havens and secure bases: The moderating role of pet attachment orientations. **Journal of Research in Personality**, v. 46, n. 5, p. 571–580, out. 2012.
- ZIMMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

# CAPÍTULO X

## ENVELHECIMENTO: SIGNIFICAÇÕES DO TRABALHO E DA APOSENTADORIA NA VIDA DE PESSOAS IDOSAS

### AGING: MEANINGS OF WORK AND RETIREMENT IN THE LIVES OF ELDERLY INDIVIDUALS

DOI: 10.51859/amplla.cmf4230-10

Ana Clara Ribeiro Cabral e Mota<sup>1</sup>  
Ikaro Rafael Marques da Silva<sup>2</sup>  
Alan Oliveira Souza<sup>3</sup>  
Raquel Coelho Torres<sup>4</sup>  
Sabrina Benício de Farias Silva<sup>5</sup>  
Tatiana Cristina Vasconcelos<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>2</sup> Graduando de Psicologia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>3</sup> Graduando de Psicologia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>4</sup> Graduanda de Psicologia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>5</sup> Graduanda de Psicologia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>6</sup> Licenciatura em Psicologia e Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Candido Mendes e em Neuropsicologia pela UNYLEYA.

#### RESUMO

Este artigo aborda como o trabalho molda a vida das pessoas idosas, especialmente durante o período de transição para a aposentadoria. Inicialmente, propõe-se uma reflexão sobre o processo de envelhecimento e os desafios que ele traz, destacando a importância de entender esse contexto para compreender melhor a experiência da aposentadoria. Posteriormente, o texto explora o papel crucial que o trabalho desempenha na identidade e no bem-estar dos idosos, enfatizando as influências que ele exerce na vida do corpo social. Além disso, são apresentados os desafios e oportunidades encontrados durante o processo de transição para a aposentadoria, assim como os efeitos dessa mudança na saúde física e mental dos indivíduos. Por fim, este trabalho tem o objetivo refletir como o trabalho influencia a identidade, o bem-estar e a saúde física e mental das pessoas idosas durante o período de transição para a aposentadoria, identificando os desafios e oportunidades enfrentados por esse grupo demográfico e propondo estratégias para promover uma transição mais suave e satisfatória para a vida pós-laboral.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Transição. Aposentadoria. Trabalho.

#### ABSTRACT

This paper addresses how work shapes the lives of elderly individuals, especially during the transition to retirement. Initially, it proposes a reflection on the aging process and the challenges it brings, highlighting the importance of understanding this context to better comprehend the retirement experience. Subsequently, the text explores the crucial role that work plays in the identity and well-being of the elderly, emphasizing the influences it exerts on the social fabric of life. Additionally, it presents the challenges and opportunities encountered during the transition to retirement, as well as the effects of this change on the physical and mental health of individuals. Finally, this paper aims to reflect on how work influences the identity, well-being, and physical and mental health of elderly individuals during the transition to retirement, identifying the challenges and opportunities faced by this demographic group and proposing strategies to promote a smoother and more satisfying transition to post-labor life.

**Keywords:** Aging. Transition. Retirement. Work.

## 1. INTRODUÇÃO

A temática do envelhecimento envolve uma abordagem global, enquanto fenômeno demográfico, e uma abordagem específica, enquanto vivência do envelhecimento humano. Assim, cabe diferenciar o envelhecimento como processo biopsicossocial, a velhice enquanto experiência do ciclo vital e o(a) idoso(a) como sujeito dessa experiência. Segundo Souza e Rodrigues-Miranda (2015), em geral, são três aspectos conceituais adotados para definir a velhice: (i) o cronológico, que corresponde à idade oficial adotada nas políticas e requisitos legais para identificação do idoso; (ii) o biológico, que corresponde ao estado orgânico e funcional dos diferentes órgãos, aparelhos e sistemas, e, (iii), por último, o psicológico, que pode não depender da idade nem do estado orgânico, pois envolve a subjetividade e os contextos sociais e culturais das pessoas.

É crucial notar que o envelhecimento é um processo biopsicossocial, permeado pela história subjetiva e intersubjetiva de cada pessoa concreta, sendo também influenciado por diversos fatores como classe social, raça e gênero, marcado por uma variedade de mudanças físicas e sociais, que implicam na qualidade de vida das pessoas e da população (Rocha, 2018). Dessa forma, a senescência, configurada pelas alterações fisiológicas desse processo acarreta dificuldades diversas para a pessoa idosa (a exemplo de presbiacusia, presbiopia e alterações da memória). Essas perdas podem abranger aspectos afetivos, sociais e/ou orgânicos, demandando atenção especial nesse período, principalmente devido à possibilidade de tornar-se uma experiência solitária (Cancela, 2008).

A velhice é uma categoria social e econômica que recebe diferentes valorações, especialmente em sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse contexto, a pessoa idosa muitas vezes é vista como alguém improdutivo, embora tenha contribuído financeiramente, ao longo de toda a sua vida laboral para a sociedade. Ao adentrar a velhice, é comum que a sociedade e os familiares da pessoa idosa experienciem a velhice daqueles que os rodeiam como um "problema" a ser resolvido, pois culturalmente não valorizamos os idosos. Mas essa situação é vivenciada de forma diferente em função das condições econômicas de cada idoso(a) e se terão condições de pagar por serviços de saúde ou se dependerão dos serviços públicos (Borges, 2007).

Santana *et al.* (2024) pontuam que essa perspectiva surge de uma visão fundamentada no preconceito relacionado à idade. O etarismo presume que indivíduos mais velhos sejam menos produtivos, desvalorizando-os ou infantilizando-os em contextos institucionais, e quando ocorre de forma interpessoal ou é internalizado pelo próprio indivíduo, pode resultar em autodirecionamento depreciativo devido a essas internalizações. Nesse sentido, esse preconceito traz consequências negativas para os idosos, como sentimentos de desamparo e baixa autoestima, além de contribuir para a exclusão e o isolamento dos(as) idosos(as). Esse aspecto se intensifica ainda mais

Por outro lado, há uma tendência atual de estender a idade em que as pessoas permanecem ativas no mercado de trabalho, mesmo após atingirem a idade de se aposentar. Isso significa que muitos idosos continuam contribuindo para a sociedade através do trabalho remunerado. Essa mudança tem um impacto significativo na percepção da sociedade sobre a capacidade produtiva dos idosos, bem como na forma como o potencial desse público é aproveitado no mercado de trabalho. Entretanto, surge um paradoxo: embora o idoso esteja engajado em atividades laborais, o tipo de trabalho e o prolongamento da vida laboral pode afetar a satisfação e qualidade de vida desse público na velhice (Felix; Verás, 2016).

Por fim, Borges (2007) pontua que é evidente que o envelhecimento saudável não é diretamente correlacionado com a continuação das atividades profissionais, pois a qualidade desse processo está intrinsecamente ligada à maneira como a sociedade reconhece e atribui valor ao papel da pessoa idosa, bem como deve ser considerado a dimensão social desse sujeito. Em um contexto de economia capitalista, indivíduos que não contribuem economicamente são frequentemente marginalizados e isso gera adoecimento, portanto, ao aposentar-se esse público enfrenta estigmas e preconceitos que estão enraizados na sociedade.

Diante do exposto, o presente texto objetiva discutir sobre o envelhecimento humano em diálogo com a importância do trabalho e das implicações da aposentadoria na identidade e na vida das pessoas idosas.

## 2. IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA IDENTIDADE E NO BEM-ESTAR DAS PESSOAS IDOSAS

O trabalho é um conceito exclusivamente humano que contribui para a construção da civilização e estabelece uma distinção em relação aos animais, através da habilidade de desenvolver técnicas e instrumentos para a sobrevivência (Silva, 2019). O trabalho possibilita a integração e engajamento social, garantindo a independência do indivíduo e seu reconhecimento. Reconhecido culturalmente como uma norma na vida do ser humano, o trabalho pode ser interpretado como uma conquista pessoal e uma fonte de criatividade, embora também possa implicar em fadiga, alienação e limitações (Chrisostomo; Macedo, 2011). Desta forma, o trabalho desempenha um papel central na organização da vida em sociedade, promovendo a construção de relações sociais e identidade, além de contribuir para a humanização ao conferir sentido e utilidade à existência (Silva, 2019; Barros; Raymundo, 2021).

Considerando o pensamento durkheimiano de que a sociedade molda o indivíduo. Observa-se que há uma visão preconceituosa que representa o idoso socialmente incapaz e vulnerável, demandando cuidado e atenção social. O Estado, ao enxergá-lo meramente como uma população com direitos assistenciais, tem influência em sua exclusão na sociedade. Dessa forma, o idoso muitas vezes não consegue definir sua própria identidade enquanto envelhece, passando a ser reconhecido apenas como aposentado. Essa ausência de reconhecimento pode resultar em problemas de saúde, o que sustenta a perspectiva de Dejours (2009) sobre a identidade como um pilar fundamental da saúde mental do indivíduo, elemento que desenvolve e influencia no estado de bem-estar mantido por meio do trabalho (Moreira, 2012). Ferreira (2021) também argumenta que, para os idosos, a memória do trabalho é especialmente significativa, pois representa a prática do saber e permite estruturar as memórias, influenciando diretamente na construção da identidade.

A centralidade do trabalho desempenha um papel significativo na construção da identidade dos indivíduos, uma vez que as políticas estatais de inclusão e assistência estão voltadas principalmente para o trabalho. O afastamento do ambiente laboral traz consigo um sentimento de deslocamento e alienação, afetando profundamente a percepção da própria identidade. O trabalho não se limita a ser apenas uma parcela da



vida do ser humano, ele é também um fator determinante no estabelecimento do status social, na inserção na sociedade e no reconhecimento individual (Moreira, 2012).

O processo de envelhecimento é encarado de diferentes maneiras; alguns o veem como um merecido descanso, enquanto para outros representa o declínio da capacidade. Há, porém, uma dificuldade inerente em aceitar e integrar-se socialmente como idoso, dada a sensação de inutilidade associada ao lugar socialmente atribuído ao trabalho. Logo, a ausência de atividade laboral na terceira idade é muitas vezes interpretada como sinal de senilidade e debilidade decorrente do avanço da idade, levando o idoso a encarar a velhice de forma depreciativa e a conformar-se com a nova identidade que lhe é imposta pela sociedade (*Ibid.*, 2012).

Silva e Helal (2017, citado por Barros; Raymundo, 2021) destacam a importância central do trabalho na vida dos indivíduos, a ponto de ser considerado como sua "casa" ou "vida". Nesse contexto, a exclusão do trabalho na terceira idade gera um sentimento de perda de espaço e alteração na identidade social do idoso. Esse fenômeno também é associado à vergonha, refletindo a ideia de que a ausência de trabalho pode levar à exclusão remunerada e à miséria, sendo semelhante à experiência dos desempregados que se sentem marginalizados pela falta de contribuição para o crescimento econômico do país (Moreira, 2012). No entanto, a sociedade é contraditória ao reconhecer a aposentadoria como um direito e continuar estigmatizando o idoso aposentado como improdutivo e inútil (Soares; Silva, 2015).

Do ponto de vista histórico, a mercantilização da capacidade produtiva do trabalho, conforme postulada por Marx, tem sido uma realidade intrínseca à sociedade capitalista. Este sistema busca, prioritariamente, a lucratividade e resultados imediatos, utilizando-se da troca da capacidade laboral pela produção de bens como meio de garantir sua própria subsistência. Nesse contexto, o trabalhador se vê imerso e subjugado ao sistema capitalista, o qual, embora caracterizado por sua natureza exploratória e alienante, é responsável por prover sustento financeiro ao trabalhador, ao mesmo tempo em que molda sua identidade (Silva, 2019).

Em virtude dessa dinâmica cultural das sociedades capitalistas, Zanelli, Silva e Soares (2010 apud SILVA, 2019) debatem a concepção de que o trabalhador deve permanecer ocupado incessantemente, tornando momentos de lazer, como folga e descanso, irrelevantes e indesejáveis. Dessa forma, considerando que a maior parte da

existência humana é dedicada ao trabalho, a privação dessa atividade laboral acarreta desorientação e perturbação emocional, despertando um sentimento de futilidade e desamparo nos indivíduos desempregados, especialmente entre os idosos.

Beauvoir (1990) argumenta que, sem conhecimento sobre o que fazer no tempo livre, os idosos aposentados tendem ao aborrecimento, levando ao seu isolamento e à perda da dignidade e do lugar na sociedade. Além disso, essa cultura de dedicação ao trabalho cria o risco de viver em função do trabalho, tornando o idoso um ser despersonalizado, ou seja, um indivíduo para quem o trabalho não significa prazer, mas sim sofrimento (Moreira, 2012). Uyehara (2007) ainda destaca que os idosos enfrentam uma sociedade que glorifica a juventude, principalmente no mercado de trabalho. À vista disso, como a identidade assegura ao homem a continuidade da vida, Moreira (2012) destaca que o processo de adaptação ao envelhecimento sofre resistência por parte dos idosos, pelo receio de serem vistos como inválidos e impotentes, levando-os à tentativa de recuperar a antiga identidade de quando eram jovens.

Por fim, Rosanvalon (1998 apud MOREIRA, 2012) destaca que a humanidade não reivindicou o direito de ser sustentada pelo Estado e/ou Previdência, mas sim o direito de viver dos próprios esforços. No entanto, esta visão neoliberal e meritocrática deve ser contestada, considerando que os sistemas previdenciários não garantem aos aposentados apenas uma remuneração pelo longo tempo de contribuição laboral, mas também políticas de seguridade e proteção social. Moreira (2012) concorda com a perspectiva do autor de que o trabalho está intrinsecamente ligado à identidade do indivíduo. Ele argumenta que, quando o trabalho termina, a aposentadoria não proporciona ao idoso os meios para desenvolver uma nova identidade, resultando, então, em uma sensação de desvalorização que contribui para seu mal-estar psicológico.

### **3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA TRANSIÇÃO PARA A APOSENTADORIA**

A aposentadoria começou a ser implementada em países industrializados no final do século XIX. A intenção era simples: garantir que os trabalhadores mais velhos não enfrentassem dificuldades financeiras no fim de suas vidas. Muitos deles, antes dessa medida, acabavam em situação de vulnerabilidade e miséria quando já não conseguiam mais trabalhar. No entanto, alcançar a idade mínima exigida, geralmente

por volta dos 70 anos, era algo raro naquela época, devido a carência de condições básicas que o ser humano necessita, como saneamento básico e acesso integral à saúde. Com o passar dos anos e devido às lutas sindicais, essa realidade mudou. A aposentadoria deixou de ser vista como um favor do Estado e se tornou um direito dos trabalhadores. Além disso, com o aumento da expectativa de vida, hodiernamente, embora seja verdade que algumas pessoas cheguem à idade da aposentadoria com saúde e vitalidade, é importante reconhecer que isso pode não ser o caso para todos, especialmente para aqueles envolvidos em ocupações físicas extenuantes, como a agricultura (Fontoura *et al.*, 2015).

Desse modo, a transição para a aposentadoria emerge como um momento que desencadeia diversas mudanças na pessoa idosa. Entre suas consequências, ela traz uma sensação de desvalorização social, marcada pela perda de status e reconhecimento que o trabalho proporcionava. Somado a isso, representa, emocionalmente, a perda da identidade profissional, visto que na sociedade contemporânea, profundamente influenciada pela mentalidade capitalista, o trabalho vai além de garantir uma fonte de renda; é uma atividade intrinsecamente humana, que fornece propósito, conexão social e senso de realização pessoal. Da mesma maneira, durante a aposentadoria, os valores atribuídos pela sociedade exercem uma influência marcante, pois fazem a pessoa confrontar a iminente chegada da velhice e, conseqüentemente, ser vistas como economicamente improdutivas (Rodrigues *et al.*, 2006).

Além disso, a aposentadoria mal vivenciada pode afetar indiretamente o funcionamento cognitivo dos idosos, bem como suas consequências em uma sociedade não preparada e etarista podem suscitar no desenvolvimento de doenças de cunho psicológico, como a depressão. Muitas vezes, ao se aposentarem, os idosos experimentam uma redução nas interações sociais e nas atividades do dia a dia. Esses aspectos desempenham um papel importante na manutenção da saúde cognitiva e social, já que estar socialmente ativo, estimulado intelectualmente e envolvido em atividades físicas está associado a um menor risco de desenvolver doenças com quadro de demência. Além disso, a susceptibilidade à depressão entre os idosos aposentados também é uma preocupação para sua saúde mental e cognitiva. Estudos sugerem que idosos que lutam contra a depressão tendem a ter dificuldades em testes de memória,

enfrentando desafios adicionais nas funções executivas, atenção e velocidade de processamento (Tavares, 2007).

As complexidades relacionadas à aposentadoria se tornam ainda mais evidentes em um país marcado por profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. A maneira como uma pessoa que está se aposentando ou já está aposentada vivencia esse período dependerá de diversos fatores, como o vínculo emocional com o trabalho e o significado que ele possui, suas experiências de vida e suas aspirações para os anos seguintes, bem como suas expectativas e desafios pessoais (França, 2002).

Uma revisão de estudos internacionais sobre como as pessoas se ajustam à aposentadoria (Wang; Henkens; Van Solinge, 2011) descobriram que enfrentar desafios como problemas de saúde física, ter filhos que ainda dependem financeiramente, perder o cônjuge durante a transição para a aposentadoria, se aposentar mais cedo do que o planejado e ter que parar de trabalhar por questões de saúde podem tornar a adaptação à aposentadoria mais difícil. Essas situações podem representar obstáculos significativos para as pessoas à medida que entram nessa nova fase da vida.

No entanto, é importante considerar que muitos trabalhadores que já se aposentaram, quer seja por tempo de contribuição ou por aposentadoria antecipada, podem sentir o desejo ou a necessidade de permanecer ativos no mercado de trabalho. A decisão de se retirar do mundo do trabalho deve ser uma escolha livre para o trabalhador. Legalmente falando, a aposentadoria não significa necessariamente o fim da carreira profissional, pois muitos ainda desejam ou precisam continuar trabalhando para se sustentar e se manterem ativos (Camarano, 2001; França; Soares, 2009).

De acordo com as descobertas de Wang, Henkens e Van Solinge (2001), uma série de fatores emerge como determinantes significativos para uma transição bem-sucedida após a aposentadoria. Entre eles, destaca-se a importância de manter uma boa saúde física e mental, a decisão autônoma de se aposentar, o desfrute de estabilidade financeira, a participação em atividades de lazer e o engajamento em trabalho remunerado ou voluntário.

Além disso, a realização de planos para a aposentadoria, a busca por novas atividades nesse período, a manutenção de relacionamentos conjugais saudáveis e a insatisfação prévia com o trabalho ou experiência de desemprego antes da aposentadoria também emergem como aspectos relevantes para facilitar uma

adaptação positiva (Wang, Henkens e Van Solinge, 2001). Esses fatores destacam a complexidade envolvida na transição para a aposentadoria e a importância de considerar diversos aspectos pessoais e contextuais para promover um ajustamento satisfatório a essa nova fase da vida.

A representação estereotipada do idoso como uma pessoa frágil e debilitada não reflete mais a realidade atual. Atualmente, a aposentadoria é vista por muitos como um período de liberdade, distanciando-se das obrigações do trabalho, e permitindo aproveitar ao máximo a vida (Fontoura *et al.*, 2015). Essa nova perspectiva reflete uma mudança significativa na maneira como a sociedade enxerga o envelhecimento, priorizando a autonomia e a busca por experiências enriquecedoras.

Dito isso, fica explícito que o ajustamento à aposentadoria é um processo multifacetado, no qual a satisfação com a vida pode aumentar para alguns, diminuir para outros e permanecer estável para alguns aposentados (García; Ruiz, 2000). Porém, mesmo sendo desejada por muitos como uma oportunidade para se libertar das restrições do trabalho, a aposentadoria também é temida por aqueles que encontraram no trabalho fonte de prazer, investimento pessoal e reconhecimento social (Rosenkoetter; Garris, 1998). Essa dualidade de perspectivas destaca a complexidade dessa transição e como ela é influenciada pela experiência individual de cada pessoa trazendo consigo desafios, mas também novas oportunidades.

#### **4. O IMPACTO DA APOSENTADORIA NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS**

Segundo Zanelli *et al.* (2010), o trabalho estabelece ritmo, cronologia e regularidade nas fases da vida, permitindo que as pessoas cultivem confiança e orgulho em si mesmas, o que impacta diretamente no desenvolvimento da identidade, autoimagem e autoestima. Por isso, a transição para a aposentadoria marca uma fase significativa na vida das pessoas idosas, influenciando tanto a saúde física quanto mental.

Analisar a aposentadoria de uma perspectiva psicológica implica destacar a investigação dos comportamentos prévios, dos aspectos subjetivos e das consequências desse período, considerando tanto as variações entre diferentes indivíduos quanto às mudanças pessoais ao longo do processo de transição para a aposentadoria (Shultz;

Wang, 2011). Essa transição pode, portanto, desencadear sentimentos de irritabilidade, medo, insegurança, solidão e até mesmo depressão (Alvarenga *et al.*, 2009). A falta de interação social e a diminuição do senso de utilidade podem levar a um declínio na saúde mental.

Do ponto de vista da saúde física, a aposentadoria pode representar uma oportunidade para um estilo de vida mais saudável e ativo, uma vez que os indivíduos dispõem de mais tempo para se dedicarem a atividades físicas, além de poderem se dedicar a outros projetos que a vida com o trabalho formal anteriormente não permitia (Caldas, 2009). Em contrapartida, pode haver redução das atividades diárias e levar ao isolamento e a perda de motivação para a prática de exercícios devido a fatores de limitações físicas, como a redução da mobilidade, força muscular ou capacidade de realizar certas atividades (Xavier *et al.*, 2015). De acordo com Carvalho (2012), manter uma rotina consistente de atividade física durante essa etapa da vida é de extrema importância, considerando os diversos benefícios que ela proporciona, como a redução dos níveis de glicose e triglicérides, o equilíbrio do peso corporal, a regulação da pressão arterial, da diabetes e da obesidade, juntamente com o aumento da autoestima e o reconhecimento do próprio eu.

Também é fundamental ressaltar que, quando a aposentadoria é encarada como uma transição que impõe mudanças negativas no contexto social e pessoal, pode acarretar isolamento social, desajustes familiares e conjugais, problemas de saúde e até mesmo a morte nos primeiros momentos após o encerramento da vida profissional (Fraiman, 1990; Salgado, 1980). Outro aspecto importante é como as condições sociais influenciam diretamente a experiência de aposentadoria, pois de acordo com Zanelli (2012), o padrão financeiro, a natureza do emprego, o modo de vida e a saúde prévia estão vinculados ao bem-estar vivenciado nos anos após a aposentadoria. Da mesma forma, a saúde, o estado civil, os recursos financeiros e o grau de instrução desempenham um papel essencial na previsão da adaptação após o término da vida profissional.

Por outro lado, o conceito de envelhecimento ativo emerge como uma abordagem essencial para promover uma melhor qualidade de vida após a aposentadoria. O envelhecimento ativo é manter o equilíbrio físico, mental e social, explorando todo o potencial do indivíduo na sua fase mais madura, necessitando de

suporte tanto das políticas públicas quanto da família, sociedade, amigos e grupos afins, combatendo a discriminação e os estigmas associados ao envelhecimento em nossa sociedade (Ferreira, 2012).

Além disso, é fundamental garantir o acesso a serviços de saúde adequados e de qualidade para os idosos durante essa transição, isso inclui cuidados preventivos, gerenciamento eficaz de condições crônicas e suporte psicossocial para lidar com os desafios emocionais associados à aposentadoria. Segundo Camacho e Coelho (2010), ao analisar a evolução das políticas públicas para melhor amparar os idosos, analisam que é imprescindível uma reformulação dos serviços de saúde, com um foco maior na atenção primária, incluindo revisões das estratégias preventivas e de promoção à saúde. Ademais, os profissionais de saúde, especialmente os que trabalham na atenção primária, precisam de treinamento e orientação contínua para atender às demandas da população idosa de forma eficaz.

Em síntese, a transição para a aposentadoria representa um período com implicações profundas tanto para a saúde física quanto mental. Portanto, ao reconhecer e fortalecer os fatores de proteção, promover o envelhecimento ativo, garantir o acesso a serviços de saúde e implementar políticas e programas de apoio, podemos criar uma sociedade mais inclusiva e compassiva, onde os idosos possam desfrutar de uma aposentadoria saudável, significativa e satisfatória.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso profissional do indivíduo ao longo da vida é repleto de nuances sociais e individuais, transcendendo a mera questão financeira para se tornar um elemento fundamental na construção da identidade e da autoestima. No entanto, a transição para a aposentadoria pode ser um momento de conflito entre a expectativa de liberdade e os receios relacionados à perda de propósito e relevância na sociedade. Isso se dá pelo fato de que, geralmente, a utilidade das pessoas está vinculada ao trabalho e, ao se aposentarem, elas podem sentir que perderam essa relevância.

Nesse sentido, a aposentadoria é um tema e/ou uma fase composta por representações culturalmente arraigadas de preconceito que perpassam a ideia de um estágio da vida onde se entrará em declínio, o que contrasta com a possibilidade e direito de vida ativa e saudável para a terceira idade. Os desafios dessa transição são

amplificados por fenômenos como a comercialização do trabalho, que tende a diminuir o valor atribuído aos idosos na comunidade e pela falta de preparação para enfrentar as mudanças emocionais e sociais que acompanham essa fase.

Contudo, é importante reconhecer que a aposentadoria também representa uma oportunidade para a exploração de novos interesses, de novas relações sociais e da adoção de um estilo de vida mais saudável e equilibrado. Nesse sentido, o conceito de envelhecimento ativo surge como uma abordagem fundamental para promover a qualidade de vida dos idosos, incentivando a participação em atividades físicas, intelectuais e sociais.

Nesse contexto, políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão dos idosos na sociedade. É imperativo que essas políticas não apenas garantam o acesso a serviços de saúde adequados, mas também criem oportunidades significativas de engajamento social e profissional para os idosos. Isso pode incluir programas de capacitação, incentivos para a contratação de trabalhadores mais experientes, e a promoção de atividades recreativas e culturais adaptadas às necessidades dessa faixa etária.

Por fim, a interseção entre aposentadoria, trabalho e envelhecimento constitui um ponto crucial para reflexão e ação em nossa sociedade. Muitas vezes, a velhice é encarada com aversão devido a estigmas arraigados, mas é importante questionar por que isso ocorre. A idade, por si só, não deveria ser um obstáculo para o trabalho, pois a experiência e a sabedoria acumuladas ao longo dos anos podem ser ativos valiosos em qualquer contexto profissional. Quanto à aposentadoria, embora seja um marco significativo na vida de alguém, não precisa ser necessariamente triste ou limitante. Pode ser encarada como uma nova fase de liberdade e autodescoberta.

Assim, é essencial garantir que as políticas públicas e os ambientes de trabalho promovam uma cultura inclusiva, livre de preconceitos e exclusões relacionadas à idade, sendo fundamental promover uma mudança nas representações, discursos e práticas sobre o envelhecimento, reconhecendo e valorizando a contribuição contínua das pessoas ao longo de suas vidas. Assim, podemos construir uma sociedade mais inclusiva, na qual o cuidado com o bem-estar e o desenvolvimento pessoal seja acessível e incentivado em todas as idades.



## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, L. N. et al. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 796–802, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/BB8DfgvKRz4ZyYjtYQzwmCv>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BARROS, A. L.; RAYMUNDO, T.M. Envelhecimento, trabalho e tecnologia: motorista de aplicativos como possibilidade laboral para a população 50+1. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/5dRzLndGWt49LgZmMypxRgs>. Acesso em 12 mai. 2024.
- BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BORGES, M. B. O. **A produção de conhecimento sobre o envelhecimento humano: aspectos históricos e sociais**. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2991/2/20262462.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- CALDAS, C.P. **Preparação para uma aposentadoria ativa**. In: Barros Junior, J.C. (org.). Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade. São Paulo: Editora Edicon, 2009.
- CAMACHO, A. C. L. F.; COELHO, M. J. Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 279–284, 2010. Disponível em: [www.scielo.br/j/reben/a/DkxckM7QvYPcq7NHKqJLmhs](http://www.scielo.br/j/reben/a/DkxckM7QvYPcq7NHKqJLmhs). Acesso em: 15 mai. 2024.
- CAMARANO, Ana Amélia. **O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2068>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Trabalho realizado no Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto, Portugal. v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: [https://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo\\_licenciatura.php?codigo=TL0097](https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?codigo=TL0097). Acesso em: 15 mai. 2024.
- CARVALHO, T. **Sedentarismo na terceira idade**. Monografia (Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: [https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Sedentarismo\\_terceira\\_idade.pdf](https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Sedentarismo_terceira_idade.pdf). Acesso em: 15 mai. 2024.

- CHRISOSTOMO, A. C. R.; MACEDO, R. O trabalho segundo a visão de um grupo de aposentados. **Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.14, n.1, p. 149-161, mar. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6933/5025>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- FERREIRA, D. S. Memória, trabalho e identidade: trajetórias de vida de mulheres idosas dos quilombos Botafogo e Caveira na Região dos Lagos (RJ). **História Oral**, v. 24, n. 1, p. 107–125, 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1131>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- FERREIRA, O. G. L. et al. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Santa Catarina, v. 21, n. 3, p. 513–518, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/fMTQ8Hnb98YncD6cC7TTg9d>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- FONTOURA, D. DOSS.; DOLL, J.; OLIVEIRA, S. N. DE. O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 1, p. 53–79, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623645774>. Acesso em: 15 mai. 2024
- FRAIMAN, A. P. **Nós e nossos velhos**: forças que falam e forças que se calam, 1990. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- FRANÇA, L. H. F. P. **Repensando Aposentadoria com Qualidade**: um manual para facilitadores de programas de educação para aposentadoria. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ, 2002. Disponível em: <http://www.crde-unati.uerj.br/publicacoes/pubEletronica.asp>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 4, n. 29, p. 738-751, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- GARCÍA, A. J. M., e RUIZ, E. J. G. F. La preparación para la jubilación: revisión de los factores psicológicos y sociales que inciden en un mejor ajuste emocional al final del desempeño laboral. **Anales de Psicología**, v. 16 n. 1, p 87-99, 2000. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesps/article/view/29981>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/MwXzWZCVJJrXGGqtmBNDpVx>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MOREIRA, A. H. A identidade social do idoso e as relações de trabalho: a realidade por trás das salvaguardas legais. **Kairós-Gerontologia**, v. 15, n. 1, p. 91–107, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/13108>. Acesso em: 12 mai. 2024.

ROCHA, J. A. O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. **Revista Farol**, v. 6, n. 6, p. 78-89, 2018. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/113>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RODRIGUES, M. AYABE NH, LUNARDELLI MCF, CANÊO LC. A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 1, p. 53-62, jun. 2005. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S16793390200500100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16793390200500100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 mai. 2024.

ROSENKOETTER, M. M.; GARRIS, J. M. Psychosocial changes following retirement. **Journal of Advanced Nursing**, v. 27, n. 5, p. 966-976, 1998. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9637323>. Acesso em: 19 mai. 2024.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Biblioteca Científica SESC, 1980.

SANTANA, J. C. de; FURTADO, V. C.; FHON, J. R. S.; SANTOS NETO, A. P. dos; LIRA, R. de; LIMA, F. M. de. **Etarismo nos tempos atuais**. Epitaya E-books, v. 1, n. 58, p. 11-22, 2024. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/918>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SHULTZ, K. S; WANG, M. Psychological perspectives on the changing nature of retirement. **American Psychologist**, Washington, v. 66, n. 3, p. 170-179, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0022411>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SILVA, L. C. A. As Implicações da aposentadoria na construção da identidade do idoso. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 145-163, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18687>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SOUSA, S. M. N.; FELIPE, T. W. S. S. A construção da categoria velhice e seus significados. PRACS: **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 7, n. 2, p. 19-33, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233922912.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

- SOARES, N.; SILVA, A. L. O envelhecimento ativo como experiência de vida: narrativas de pessoas idosas. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 7, n. 5, p. 173–181, 2015. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/5886>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- SOUSA, Carolina Silva; RODRÍGUEZ-MIRANDA, Francisco P. Envelhecimento e educação para resiliência no idoso. **Educação & Realidade**, v. 40, p. 33-51, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Zj8PXymxschsBmtYX6Tgtd/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- TAVARES, L. **Estimulação em idosos institucionalizados**: efeitos da prática de atividades cognitivas e atividades físicas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30371718.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- UYEHARA, A. M. G. The work market awake for aged people. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 43–50, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/12981>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- VÉRAS, M. P. B.; FELIX, J. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, p. 441-459, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/hzDpS83dRF7RNvpvfxZb3hq>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- WANG, M., HENKENS, K., e VAN SOLINGE, H. Retirement adjustment: A review of theoretical and empirical advancements. **American Psychologist**, Washington, v. 66 n.3, p 204–213. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0022414>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- XAVIER, L. N. et al. Grupo de convivência de idosos: apoio psicossocial na promoção da saúde. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 557-66, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324041519013.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- ZANELLI, J. C; SILVA, N; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: Construção de projetos para o pós–carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ZANELLI, J. C. Processos Psicossociais, bem-estar e estresse na aposentadoria. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 329-340, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n3/v12n3a07.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

# CAPÍTULO XI

## A IMPORTÂNCIA DO PERDÃO NA SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR DE MULHERES IDOSAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

### THE IMPORTANCE OF FORGIVENESS IN THE MENTAL HEALTH AND WELL-BEING OF ELDERLY WOMEN: EXPERIENCE REPORT IN COMMUNITY INTERVENTION

DOI: 10.51859/ampla.cmf4230-11

Sabrina Benício de Farias Silva <sup>1</sup>  
Bruna Minelly dos Santos Fernandes <sup>1</sup>  
Elayne Lira Porto <sup>1</sup>  
Ana Laura de Araújo <sup>1</sup>  
Paula Alípio Andrade de Sousa <sup>1</sup>  
Raquel da Silva Guedes <sup>1</sup>  
Viviane Alves dos Santos Bezerra <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

<sup>2</sup> Professora Substituta na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Bacharel em Psicologia pela Universidade de Campina Grande.

#### RESUMO

O perdão é um processo mental que envolve a decisão consciente de livrar-se do ressentimento ou raiva em relação a alguém que causou algum tipo de ofensa ou dano. Na Psicologia, o perdão é estudado por seus benefícios à saúde mental e emocional, como a redução de depressão, ansiedade e estresse, aliado à melhora do bem-estar e dos relacionamentos. Trabalhar o perdão com as pessoas idosas é crucial, pois o acúmulo de experiências e ressentimentos, pode afetar negativamente a qualidade de vida dessa população. Promover o perdão entre os idosos pode melhorar a saúde mental, aumentar a paz interior e favorecer a reconciliação de relações, contribuindo para um envelhecimento mais saudável. Diante disso, o presente trabalho visa apresentar uma intervenção com um grupo de mulheres idosas focada na raiva e no perdão, utilizando os pressupostos da Psicologia Social Comunitária. Esta abordagem integra as relações sociais e comunitárias no processo terapêutico, promovendo transformações sociais e pessoais. A intervenção resultou em uma oportunidade significativa para entrar em

contato e expressar sentimentos de raiva e ressentimento entre as participantes, além da possibilidade de refletirem sobre as diferentes maneiras de lidar com a raiva, sendo o perdão apenas uma delas. As conclusões indicam que intervenções focadas no perdão podem ter um impacto positivo substancial na saúde mental e no bem-estar das pessoas idosas, ressaltando a importância deste tema na Psicologia e na promoção de um envelhecimento saudável.

**Palavras-chave:** Perdão. Saúde Mental. Envelhecimento Saudável.

#### ABSTRACT

Forgiveness is a mental process that involves the conscious decision to let go of resentment or anger towards someone who has caused some type of offense or harm. In Psychology, forgiveness is studied for its benefits to mental and emotional health, such as reducing depression, anxiety and stress, combined with improving well-being and relationships. Working on forgiveness with elderly people is crucial, as the accumulation of experiences and resentments can negatively affect the quality of



life of this population. Promoting forgiveness among the elderly can improve mental health, increase inner peace and promote the reconciliation of relationships, contributing to healthier aging. Given this, the present work aims to present an intervention with a group of elderly women focused on anger and forgiveness, using the assumptions of Community Social Psychology. This approach integrates social and community relationships into the therapeutic process, promoting social and personal transformations. The intervention resulted in a significant opportunity to get in

touch and express feelings of anger and resentment among the participants, in addition to the possibility of reflecting on the different ways of dealing with anger, forgiveness being just one of them. The conclusions indicate that interventions focused on forgiveness can have a substantial positive impact on the mental health and well-being of older people, highlighting the importance of this topic in Psychology and in promoting healthy aging.

**Keywords:** Forgiveness. Mental Health. Healthy Aging.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década 1980, observou-se o início do desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre a temática do perdão no cenário internacional. No Brasil, por sua vez, produções científicas sobre o tema só começaram a surgir por volta dos anos 2000. (Santana; Lopes, 2012). Desse modo, nota-se que a discussão científica sobre o perdão pode ser considerada atual, ainda mais tendo em vista o cenário de constante violência na qual todos estão submetidos e a necessidade de livrar-se de mágoas e ressentimentos proveniente de conflitos de nível pessoal e social (Robalo, 2010).

É notório que os conflitos podem provocar traumas, que têm como efeito uma repercussão negativa na vida daquele que sofre com as injúrias recebidas por parte de um ofensor (Dauber, 2016). A partir disso, é possível notar a importância que o perdão assume nas relações interpessoais e no bem-estar emocional, uma vez que este pode ser utilizado para dar interpretações e significados novos à uma situação de conflito, auxiliando o sujeito a libertar-se do ressentimento que reflete negativamente em seu corpo e mente.

Santana e Lopes (2012) afirmam que o conceito de perdão diverge substancialmente dentro e fora da psicologia, não havendo um consenso sobre ele. Porém, algumas concepções se assemelham: Seligman (2019) define o perdão como o ato de liberar o ofensor do ressentimento e da raiva proveniente da situação causadora do conflito, reconhecendo o dano causado, aceitando a humanidade do ofensor e priorizando sua paz interior. Moreira e Cafieiro (2020), por sua vez, o conceituam como uma mudança cognitiva e comportamental da pessoa ofendida para com ofensor, nesta definição o perdão apresenta-se como um ato de compaixão devido à sua essência intrinsecamente não-punitivista. Em suma, o perdão permite à vítima libertar-se dos

sentimentos negativos e promove diversos benefícios para a saúde daquele que perdoa, além de ser uma atitude de suma importância para manutenção e equilíbrio das relações sociais.

Para Mendonça *et al.* (2021) a transgressão de sentimentos negativos como raiva, ressentimento e demais emoções, cognições e comportamentos hostis, simultaneamente, aumenta sentimentos positivos como compaixão e empatia, gerando assim uma conexão mais saudável entre corpo e mente. Segundo os autores supramencionados, essa relação propicia que pessoas que perdoam tenham uma diminuição dos níveis de pressão arterial e rápida recuperação cardiovascular. A mágoa, por sua vez, pode ocasionar no corpo o aumento do ritmo cardíaco e demais problemas no coração, aumento da gordura e liberação das reservas de açúcar na corrente sanguínea, dentre outros sintomas associados à raiva e ao estresse.

Além da saúde física, os sentimentos negativos também podem influenciar substancialmente a saúde mental. Segundo Cristofolini (2011), as emoções agem em consonância com o nosso físico, estabelecendo uma relação direta entre corpo e mente, gerando angústia, tristeza e até sintomatologias como fraqueza e desmaios. Desse modo, o ato de perdoar pode beneficiar de forma significativa a saúde mental, pois ele propicia o surgimento de estratégias de enfrentamento, maior capacidade de diálogo e compreensão, além da superação da raiva e de ressentimentos residuais que promovem uma modificação das posições. Desse modo, a pessoa que ocupava o papel de vítima, torna-se um agente ativo para seguir em frente e modificar sua própria história (Dauber, 2016).

Em face do exposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência de uma intervenção realizada junto a um grupo de mulheres idosas a qual abordou a temática da raiva e do perdão. Espera-se por meio deste trabalho reiterar a importância de discutir essas temáticas junto a população idosa, bem como fornecer subsídios para a prática de profissionais que atuam junto a este público.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, que se configura como uma modalidade de manuscrito que possibilita a apresentação crítica de práticas e/ou intervenções profissionais, tendo como propósito servir de inspiração e motivação para

que a experiência seja replicada (Mussi *et al.*, 2021). As atividades descritas neste artigo foram realizadas por intermédio do componente curricular Estágio Básico IV, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que tem como fim instrumentalizar graduandos do curso de Psicologia para a atuação em diferentes contextos comunitários.

O referido estágio foi desenvolvido entre os meses de março e junho de 2024, em um grupo de mulheres idosas (*Grupo Deus Conosco*) da cidade de Campina Grande-PB. O *Grupo Deus Conosco* se reúne semanalmente há mais de dez anos e conta com a participação de cerca de vinte e seis senhoras. Os encontros acontecem em um espaço cedido pela igreja da qual as senhoras fazem parte e abriga atividades com públicos diversos residentes da comunidade. Como aporte teórico e metodológico adotou-se os pressupostos da Psicologia Social Comunitária, em diálogo com a Psicologia do Envelhecimento e a Psicologia Social do Desenvolvimento, que se interessa pelas denominadas emoções morais, como é o caso do perdão. Todas as atividades realizadas junto ao referido grupo buscaram identificar demandas latentes e trabalhá-las por meio de intervenções grupais. Dentre as diferentes atividades realizadas, destaca-se neste trabalho aquela que teve como objetivo trabalhar as temáticas da raiva e do perdão junto ao grupo de idosas.

A intervenção ocorreu em três etapas, a saber: aquecimento, momento destinado para a preparação do grupo e estabelecimento de vínculo; desenvolvimento, sendo este o momento no qual ocorre a realização da dinâmica principal; e, fechamento, ocasião em que é realizado o apanhado geral sobre o que foi vivenciado na intervenção e os participantes podem trazer suas impressões sobre o encontro. O relato da atividade será apresentado considerando cada uma dessas etapas e discutidas à luz da literatura pertinente.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: ACESSANDO A RAIVA E COMPREENDENDO O PERDÃO COMO UMA POSSIBILIDADE**

A intervenção realizada com o grupo de idosas *Deus Conosco* foi iniciada com uma reflexão sobre a emoção Raiva, seguida pela distribuição de papéis pretos para todas as participantes presentes. Posteriormente, foi explicado que o objetivo era que cada uma das idosas compartilhasse com o grupo um episódio de raiva vivenciado



recentemente. Após essa etapa, as participantes poderiam amassar o papel e depositá-lo em um vaso de vidro transparente.

Esperava-se que a dinâmica tivesse um manejo delicado, devido ao fato de que o perdão é um tema central do cristianismo, endossado como uma ética da vida cristã, na qual o verdadeiro cristão é convocado a perdoar assim como perdoou Cristo aos seus algozes; “Davam-lhes graças, porque não se vingavam dos maus tratos suportados, e pediam-lhes perdão de sua inimizade”.<sup>1</sup> (Sabedoria 18, 2 *in* Bíblia Ave Maria, 2015). A perspectiva proposta durante a intervenção buscava abrir um espaço seguro para que a raiva pudesse se apresentar de forma mais livre e espontânea, sendo o perdão apresentado como uma das formas de elaborá-la, portanto, a elaboração da raiva desencadeada através do perdão foi apresentada como uma das alternativas possíveis.

Durante a realização da dinâmica, foi observado um alto nível de engajamento por parte das idosas, que se mostraram ativas e participativas ao expressarem suas experiências com a emoção Raiva. A conversação sobre as raivas subjetivas de cada uma delas aconteceu de forma natural e sem resistências consideráveis e foi possível perceber que elas demonstraram raiva ao amassar os papéis. Durante as falas, houve vários momentos em que elas se identificaram com relatos das colegas, o que fez com que elas compartilhassem experiências parecidas. Percebemos que essa identificação gerou um engajamento maior na dinâmica, fazendo com que elas se sentissem confortáveis para compartilhar as experiências com as colegas do grupo, reforçando assim o sentimento de pertença.

Dentre os relatos, muitas mencionaram situações de estresse e raiva decorrentes das atividades domésticas a elas destinadas. Através disso, elas compartilharam que, os familiares com os quais elas dividem o espaço doméstico, não colaboram na manutenção da ordem e limpeza do ambiente. Como postula Renk *et al.* (2020), a responsabilidade pelo cuidado é exercida majoritariamente por mulheres, sendo elas ainda as principais responsáveis por cuidar do bem-estar da família, sendo atribuídas a elas a responsabilidade pelo preparo das refeições, pela limpeza do

---

<sup>1</sup> É necessário enfatizar que o livro de Sabedoria é destinado apenas as denominações católicas, que têm como base postular ensinamentos de bem-viver ao povo cristão. Esse livro se encontra na Bíblia Ave Maria, haja vista que trabalhamos com um grupo de idosas que têm como base os preceitos católicos e, portanto, Marianos. Seguindo, por sua vez, a construção de uma identidade baseada no papel social de Maria, aquela que é vista como exemplo de mulher a ser seguido.

ambiente doméstico e o bem-estar da família e dos membros que a compõem, dentre outras responsabilidades atribuídas socialmente; sem que estas recebam nenhuma remuneração por esse trabalho.

Desse modo, é possível perceber de que forma os papéis de gênero se apresentam na velhice, pois as mulheres idosas, além de todas as atribuições citadas anteriormente, ainda ficam responsáveis por cuidar dos netos e, muitas vezes, por assumir o sustento da família. Em um estudo realizado sobre os papéis de gênero na velhice, Fernandes (2008) buscou entender, por meio da Análise do Discurso, a forma como os idosos enxergam os seus papéis e funções. Com relação aos resultados obtidos, enquanto os homens em sua maioria falavam frases como: *devo me manter ativo, praticar esporte; ser o cabeça da família*; as mulheres, por outro lado, relataram que deviam: *cuidar da família e da casa, cuidar dos filhos e netos; como mãe e avó, ser boa conselheira; como esposa, cuidar bem do esposo; cumprir minha missão de avó*.

Em um outro estudo realizado em com 135 idosos (sendo 77,6% mulheres) Rabelo e Neri (2015) apontaram que a maioria dos participantes do estudo contribuía diretamente para o sustento da família, inclusive priorizando as necessidades dos seus descendentes em detrimento das suas. Desse modo, é possível perceber que ambos os estudos corroboram com a discussão sobre o papel que a mulher idosa desempenha dentro da família, que muitas vezes é de colocar o bem-estar das pessoas com as quais convive acima do seu próprio bem-estar. A partir disso, vemos como é indispensável abordar com esse grupo temáticas que envolvam um olhar para os próprios sentimentos e emoções, propondo reflexões acerca das vivências, por considerarmos que esse grupo composto por mulheres está dentro de uma realidade histórica e social na qual as mulheres nem sempre podiam expressar seus sentimentos e emoções sem que fossem taxadas como agressivas ou desviantes, dentro de uma perspectiva patriarcal.

Além disso, algumas idosas destacaram que a falta de honestidade e sinceridade também desencadeiam sentimentos de raiva e frustração em seus cotidianos. Diante disso, foi questionado sobre as ações adotadas pelas participantes diante do sentimento de raiva experienciado. Algumas delas relataram adotar uma postura passiva, deixando o momento passar, enquanto outras destacaram o atrito como uma estratégia para lidar com quem provocou a raiva. Além disso, a atitude de se afastar de tais indivíduos foi apontada como uma alternativa para lidar com a situação de conflito.

Como pontua Souza, Baldwin e Rosa (p.490, 2000) a sociedade reflete um ideal de feminilidade que reforça a ideia de que a mulher deve ser pura, autossacrificada e centrada nos cuidados com os outros, em detrimento de seus próprios desejos e necessidades. Nesse sentido, o conceito de marianismo e o modelo de Maria, portanto, reforçam um papel social e cultural específico para as mulheres, enfatizando submissão, pureza e autossacrifício, ideias que têm raízes históricas profundas e continuam a influenciar a percepção e o papel das mulheres na sociedade atual.

Tendo isso em vista, é importante ressaltar que a vida das idosas é afetada pela carga de trabalho e sofrimento, intensificada pelo sentimento de raiva devido ao não reconhecimento do importante trabalho que realizam em suas casas. A socialização dessas mulheres foi moldada por uma época de forte cultura patriarcal, resultando em frustração que se manifesta em suas palavras e silêncios. Esse sentimento de raiva está ligado a eventos como abandonos (reais ou simbólicos), traições, mentiras e a desvalorização do trabalho doméstico. Dessa maneira, a raiva faz parte de um sistema de sujeição que começa na educação diferenciada por gênero, continua com a divisão de tarefas domésticas, e culmina em idosas que perderam a clareza sobre seus próprios desejos. Isso as leva a criar formas alternativas de lidar com as emoções provocadas pela injustiça social, gerando silenciamento e passividade, como resultado de uma construção histórico-cultural.

Reconhecendo essa necessidade, buscamos trabalhar com essas mulheres que a raiva é uma das emoções humanas básicas, que todos podem experimentar, e que frente a uma situação que desperte a raiva, é importante criar estratégias de enfrentamento, que muitas vezes, envolve se posicionar de maneira assertiva.

Neste sentido, de acordo com Reich *et al.* (2022) a raiva é uma experiência e uma expressão. No primeiro desenvolve-se um estado emocional caracterizado por sentimentos que variam de intensidade e que promovem no corpo tensão muscular e excitação, além de possibilitar que situações que são vistas como desagradáveis e frustrantes recebam maior resposta emocional. A segunda, denominada como a expressão da raiva costuma acontecer de algumas maneiras: por meio da externalização da raiva em pessoas ou objetos, denominando o que seria a raiva para fora; através da internalização dessa raiva, reprimindo este sentimento; através do controle da raiva e da ira. Ainda de acordo com Reich *et al.* (2022), a raiva dá origem a várias sensações que

podem variar de um aborrecimento até um estado de fúria que pode culminar em agressão, porém, apesar de ser algo designado como negativo que pode dar origem a diversos problemas, a raiva pode representar uma resposta a situações de injustiça, trazendo fim a situação danosa inicial.

O segundo momento da atividade consistiu em uma análise das repercussões da raiva, introduzindo a proposta de perdão como uma das alternativas para a transformação dessa emoção. Para isso, foi disponibilizado um recipiente contendo os papéis nos quais as participantes haviam descrito suas experiências relacionadas à raiva anteriormente. Neste momento, as participantes foram convidadas a retirar os papéis e questionadas acerca do que gostariam de fazer com relação aos sentimentos expressados, muitas pontuaram que, por vezes, era mais fácil exercer o perdão, enquanto outras ressaltaram que não conseguiam lidar de forma racional e preferiam se afastar da situação.

Desse modo, elas responderam que lidam com a raiva esperando que ela passe e que por mais que suas emoções se mantenham afloradas durante um período, em algum momento elas são amenizadas e a situação se modifica. Outras responderam que costumam conversar com a outra pessoa, parte do conflito, para pedir ou aceitar as devidas desculpas e por fim há quem disse que não perdoa e que sente muita dificuldade em exercer o perdão. Quanto a isso, reforçamos que muitas vezes o perdão faz parte de um processo que pode demandar tempo e que esse tempo não é igual para todos os sujeitos, falamos também sobre como esse processo irá depender da gravidade do ocorrido e das pessoas que estão envolvidas na situação.

Sob essas perspectivas, o perdão se coloca muitas vezes como um desafio para a pessoa que foi atingida, seja pela gravidade do ocorrido, ou pela própria subjetividade em jogo. De acordo com Pinho e Falcone (2018), algumas questões podem dificultar o perdão e estas estão mais relacionadas ao ofensor, como por exemplo: falta de arrependimento e traços negativos de personalidade, ou seja, quando o ofensor não demonstra indícios de que está arrependido, dificilmente a vítima irá repensar sobre o ocorrido sob a ótica da motivação ou sobre a imperfeição humana.

Sobre reconciliar-se ou não, a maioria informou que a reconciliação é tida como uma alternativa, principalmente quando o conflito é no núcleo familiar. O resultado

sobre a reconciliação não foi tão positivo quando o ofensor não fazia parte do âmbito familiar, como amigos ou conhecidos.

De acordo com McCullough *et al.* (2001), a capacidade de perdoar não está necessariamente ligada à reconciliação entre as partes envolvidas. O ato de perdoar não implica em substituir emoções negativas por positivas, mas sim em promover a liberação de sentimentos e comportamentos prejudiciais, como o desejo de vingança. Essa perspectiva trazida pela psicologia conflitou com a perspectiva cristã apresentada em 2 Coríntios 5: Os ministros de Deus levam a palavra de reconciliação ao mundo (Bíblia Sagrada, 2015).

Com base nessa visão, uma integrante do grupo interveio trazendo a perspectiva cristã do perdão. Em sua fala o perdão aparece como sendo uma obrigatoriedade para aqueles que buscam seguir os passos de Cristo, além disso, embasada na visão cristã, ela pontuou para o grupo que o perdão e a reconciliação se alinham de forma dependente, de modo que para acontecer um, precisa surgir o outro. A fala foi acolhida, embora não reforçada, e em seguida a dinâmica encaminhou-se para o encerramento.

Pontuamos a representação dos papéis colocados no pote como um símbolo de reconstrução. Apesar de estarem amassados e rasgados, há a possibilidade de refazê-los, porém não da mesma forma que antes. Esse movimento pode ser relacionado ao ato de perdoar e seguir em frente, pois mesmo diante das dificuldades e traumas, é possível encontrar maneiras de superar as adversidades e continuar avançando mesmo que a situação não se restaure do mesmo modo de outrora. Ademais, reforçamos que o perdão é uma das alternativas vantajosas para lidar com situações que envolvam raiva e ressentimentos, mesmo que o ato de perdoar não implique no restabelecimento do vínculo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um tema ainda pouco estudado, o perdão e seus desdobramentos demonstram a importância do debate científico acerca desse tema, principalmente com relação aos seus efeitos no bem-estar individual e o seu impacto nas relações sociais. Pensar sobre o perdão envolve ainda outros temas pertinentes, como a violência e os efeitos negativos da raiva e dos ressentimentos sobre a saúde física e mental.

A raiva e o ressentimento são considerados sentimentos negativos, por sua vez, são vistas como estruturais, enquanto o perdão e a compaixão estão geralmente alinhados com preceitos cristãos e religiosos (Rique; Camino, 2009). Desse modo, quando a intervenção foi elaborada, esperava-se que as participantes fizessem essa correlação do perdão com os ensinamentos cristãos, haja vista que elas têm como base esses preceitos. Por outro lado, o sentimento de raiva é visto como algo negativo dentro da perspectiva cristã, no entanto, no decorrer da intervenção, trabalhamos a raiva como uma emoção humana básica a qual todos estamos passíveis de experienciar e quando reprimida ou mal manejada, pode trazer consequências consideráveis para o sujeito.

Nesse sentido, a intervenção junto ao grupo de idosas, que abordou a temática da raiva e do perdão, trouxe ganhos significativos no desenvolvimento emocional das participantes. O processo foi dividido em três etapas: aquecimento, desenvolvimento e fechamento. No aquecimento, o grupo foi preparado e vínculos foram estabelecidos. Durante o desenvolvimento, a dinâmica principal permitiu a expressão de episódios de raiva recentes, seguidos pela elaboração desses sentimentos através da proposta de perdão. No fechamento, um apanhado geral sobre as vivências permitiu que as participantes refletissem sobre suas experiências.

Sendo possível explicitar os efeitos negativos originados a partir da falta de recursos positivos, como postula Martin Seligman, em seu livro *Florescer: uma nova e visionária interpretação do bem-estar*, a falta de recursos positivos, como emoções positivas, força de caráter e sentido podem dar origem a uma vida profundamente vazia e depressiva, sendo o perdão uma ferramenta imprescindível para neutralizar ou transformar a raiva e a amargura em sentimentos positivos. Nas palavras do autor: “O apego à raiva e à amargura mantém a depressão e mina o bem-estar” (Seligman, p.24, 2012).

Sendo assim, a raiva torna-se prejudicial quando o sujeito não tem consciência, controle sobre suas emoções ou reflexão sobre as formas de canalizar sua raiva construtivamente (Reich *et al.*, 2022). O perdão surge desta forma como uma alternativa para transpor os sentimentos de raiva, possibilitando que o ressentimento dê lugar a sentimentos positivos.

Como um dos resultados, tivemos um alto nível de engajamento das idosas, que se sentiram confortáveis para compartilhar suas experiências e identificaram-se com os

problemas relatados pelas colegas. Muitas expressaram sentimentos de raiva decorrentes de situações cotidianas, como a falta de colaboração em tarefas domésticas e a desonestidade. A intervenção permitiu que essas emoções fossem expressas de forma espontânea.

A análise das repercussões da raiva e do perdão evidenciou que, embora algumas idosas preferissem adotar uma postura passiva diante da raiva, outras viam a discussão e o afastamento como estratégias válidas. A reconciliação apareceu com mais frequência em conflitos familiares do que em conflitos com amigos ou conhecidos. A perspectiva psicológica apresentada, que enfatiza o perdão como uma forma de liberar sentimentos prejudiciais sem necessariamente implicar em reconciliação, contrastou-se com a visão cristã de que o perdão e a reconciliação são interdependentes.

Por fim, a intervenção foi concluída com a reflexão sobre a possibilidade de reconstrução de relações ou de laços, simbolizada pelos papéis amassados e rasgados, mas que eram passíveis de serem consertados (desamassados ou remendados). Esse simbolismo teve como objetivo reforçar a ideia de que o perdão, na maioria das vezes, não tem como objetivo retomar as relações da forma como elas eram antes, mas sim ressignificá-las da forma que é possível para as pessoas envolvidas. Em resumo, a atividade promoveu um espaço seguro para a expressão e elaboração de emoções, contribuindo para o desenvolvimento emocional e a melhoria das relações interpessoais das participantes.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, G. A. KIMURA, M. DUARTE, Y. A. D. O. LEBRÃO, M. L. SANTOS, B. D. **Religiosidade e qualidade de vida relacionada à saúde do idoso.** Revista de Saúde Pública, v. 49, 2015
- ARRUDA, Marlene de Jesus Ferreira Carvalho. **O ABC das emoções básicas.** Relatório (Mestrado em psicologia da educação) - Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2014.
- BÍBLIA. Bíblia Sagrada. [S. T.]. 1ª Edição. Salt Lake City, Utah, EUA: Igreja de Jesus Cristo dos últimos dias, 2015. Acesso em 24/05/2024. Disponível em: [https://www.churchofjesuschrist.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800\\_por.pdf](https://www.churchofjesuschrist.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800_por.pdf)
- CRISTOFOLINI, Glória Maria Alves Ferreira. **Os efeitos das emoções negativas na saúde de nosso corpo.** In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.). Anais. 3ª JORNADA INTERESTADUAL DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. Balneário

Camboriú/SC. Centro Reichiano, 2011. [ISBN – 978-85-87691-20-0]. Acesso em: 17/05/2024.

DAUBER, Lia. CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADE EST, 2016, São Leopoldo. **Perdão na saúde mental: ferramenta para a vida [...]**. [S. l.: s. n.], 2016

DESOUZA, Eros. BALDWIN, John R. ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 13, p. 485-496, 2000

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**. São Paulo: Lua de papel, 2011. 287 p.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. **Papéis sociais de gênero na velhice: o olhar de si e do outro**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2009 set-out; 62(5): 705-710.

LIMA, Rayane Carvalho de. **O estudo do perdão em crianças: contribuições da literatura atual**. Orientador: Júlio Rique Neto. 2022. TCC (Bacharelado em psicologia) - UFPB, João Pessoa, 2022.

MENDONÇA, Thais Costa. SOUZA, M. R. SANTIAGO, Diego dos P. PINTO, Anderson P. OLIVEIRA, Rafaela de S. MELO, Matheus S. SOUZA, Clara S. SANTOS, Ana C. F S. dos. **Benefícios do Perdão em Indivíduos com Pressão Arterial Elevada: Uma Revisão Integrativa**. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21041>

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa: nova ortografia conforme acordo ortográfico da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2024.

MOREIRA, Marcia S. M. CAFIEIRO, Gabriela. **O perdão como processo individual e suas consequências nas relações interpessoais**. 2020.

MORENO, M. T. N. (2007). **Raiva: uma das emoções ligadas à gastrite e à esofagite**. (138 p.). São Paulo: Vetor.

MUSSI, S. S. FLORES, F. F. ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, pp. 60-77. 2021.

PINHO, Vanessa Dordron de. FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. **Estudo qualitativo sobre fatores facilitadores e dificultadores do perdão interpessoal**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, v. 18 n. 1 p. 189-208. Janeiro a abril de 2018.

SANTANA, Rodrigo Gomes. LOPES, Renata Ferrarez Fernandes. **Aspectos Conceituais do Perdão no Campo da Psicologia**. Psicologia: Ciência e Profissão, [s. l.], v. 32, ed. 3, p. 618-631, 2012.



- SELIGMAN, Martin E. P. Florescer [recurso eletrônico]: **uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar**/ Martin E. P. Seligman; tradução Cristina Paixão Lopes. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. recurso digital
- SELIGMAN, Martin. **Felicidade autêntica**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2019.
- SILVESTRE, Rafaela Luiza Silva. VANDENBERGHE, Luc. **Os benefícios das emoções positivas**. Contextos Clínicos, [s. l.], v. 6, n. 1, Jan-Jun 2013.
- RABELO, Doris Firmino. NERI, Anita Liberalesso. **Tipos de configuração familiar e condições de saúde física e psicológica em idosos**. Cad. Saúde Pública 31 (4). Abril, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00087514>
- RECH, Dyane Lombardi. SCHMIDT, Karine Elisa Schwarzer. RUDNICKI, Tania. SCHMIDT, Marcia Moura. **Técnicas para Manejo da Emoção de Raiva: Uma Revisão Sistemática Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 22, núm. 1, 2022, janeiro-abril, pp. 292-307 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
- RIQUE, Júlio. CAMINO, Cleonice Pereira Santos. **O Perdão Interpessoal em Relação a Variáveis Psicossociais e Demográficas**. Psicologia: Reflexão e Crítica, [s. l.], p. 525-532., 2009.
- ROBALO, Maria de Lourdes Vieira. **Perdão e esperança na promoção da saúde mental do Sênior**. Orientador: Professora Doutora Maria Cristina Faria. 2010. Tese (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade de Algarve, Faro, 2010.
- RENK, Valquiria Elita. BUZIUQUIA, Sabrina Pontes. BORDINI, Ana Silvia Juliatto. **Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado**. Cad Saúde Colet, 2022; 30(3) 416-423. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030228>



**AMPLLA**  
EDITORA

